

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Gisele Rocha Côrtes

Violência Doméstica contra Mulheres:
Centro de Referência da Mulher - Araraquara.



Araraquara / São Paulo.
2008

GISELE ROCHA CÔRTEZ

Violência Doméstica contra Mulheres:
Centro de Referência da Mulher - Araraquara.

Trabalho de Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Gênero, Identidades e Etnia

Orientadora: Professora Dra. Lucila Scavone

Araraquara /São Paulo
2008

GISELE ROCHA CÔRTEZ

Violência Doméstica contra Mulheres -
Centro de Referência da Mulher - Araraquara.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Membros componentes da Banca Examinadora:

Lucila Scavone

Presidente e orientadora:

Profa. Dra. Andréa de Sousa Túbero Silva

Membro Titular:

Profa. Dra. Heleieth Bongiovanni Saffioti

Membro Titular:

Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Membro Titular:

Profa. Dr. Maria Alice Rosa Ribeiro

Membro Titular:

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

**Dedico esta tese a
Shirley e Curt referências eternamente presentes em
minha vida.
(in memoriam)**

**Para todas as mulheres que lutam cotidianamente por uma sociedade
mais justa e igualitária**

AGRADECIMENTOS

A jornada foi muito longa e sempre compartilhada com pessoas queridas que contribuíram cada um/a à sua maneira com apoio, incentivo e profunda solidariedade durante a caminhada.

À equipe do Centro de Referência da Mulher, Aline, Cleonice, Cristina, Cristiane, Daniele, Elisângela, Gisele, Juliana, Leila, Lizandra, Marlene, Paula e Selma pelos anos de trabalho coletivo e pelo apoio irrestrito para a concretização desta tese.

À Profa. Dra. Lucila Scavone que despertou meu olhar para as desigualdades de gênero no meu primeiro ano de faculdade e desde então me acompanha e incentiva. Deixo aqui registrados também meus profundos agradecimentos pela confiança, pela imensa compreensão e pela palavra amiga nos momentos difíceis.

À professora Dra. Heleieth Saffioti, referência fundamental na luta contra a violência de gênero e pela construção de uma sociedade igualitária.

À amiga e professora Dra. Andréa Túbero Silva a quem tenho como referência de articulação da teoria com a prática militante, agradeço também pela amizade, pelos acolhimentos e encorajamentos constantes.

Aos professores (as) Dra. Maria Alice Ribeiro, que me “acompanha” desde a banca de dissertação do mestrado e ao professor Dr. Marcos César Alvarez, por ter aceitado generosamente o convite para participar da banca.

À Profa. Dra. Maria Isabel Baltar pelas palavras de incentivo.

Ao meu irmão Mauro, pelo amparo constante, pelas palavras de confiança, através das quais sempre reencontrei a calma e a coragem para

seguir adiante e acreditar que chegaria este momento, sem seu apoio esse trabalho não seria concretizado.

As minhas irmãs Jacqueline e Mônica, e meu irmão Renato que apesar de distantes fisicamente estiveram presentes no coração.

A Loy, Felipe, Kelen, Gabriela, Chico, Isadora, Margareth, Victor, Gaída, Gabriela, Andréa, Carol, em cujas conversas sempre encontrei forças e conselhos acolhedores.

A Tatiana, grande incentivadora nesta longa caminhada, pelo apoio fundamental.

A Ana Beatriz e Rafael pela contribuição na digitalização dos dados de pesquisa e pelas palavras de incentivo.

A Keila e Gisela, que sempre estiveram dispostas a escutar meus desabafos.

A Rosângela pela generosidade, como também pela diagramação e organização da tese.

A Maria Diva, que apesar de ter conhecido há pouco, forneceu - me motivação para acreditar que era possível.

A todas as mulheres guerreiras que aceitaram gentilmente me conceder entrevistas, sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

A todos/as aqueles/as que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização desse sonho.

E à Prefeitura de Araraquara, em especial ao prefeito Edinho Silva por ter confiado em mim e ter proporcionado sempre as condições objetivas para a concretização do trabalho.

Resumo

A violência doméstica, um sério problema social que afeta milhares de mulheres cotidianamente em todo o mundo em todas as idades, classes sociais, etnias, graus de escolaridade, orientação sexual e religião, é considerada uma das mais graves manifestações de violência de gênero. Na presente pesquisa, foi abordada a problemática da violência doméstica contra mulheres, tendo como campo de análise o Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”, situado na cidade de Araraquara, São Paulo. Tendo por objetivo traçar um perfil sócio-econômico das 1414 mulheres atendidas no órgão, no período de junho de 2001 a dezembro de 2006, ressaltando quesitos como: a idade, o estado conjugal, a renda individual, a etnia, o grau de escolaridade e a ocupação profissional das mulheres. Buscou-se também conhecer e compreender os mecanismos estruturais da organização social de gênero, incorporados pelas mulheres atendidas no órgão, vítimas de violência doméstica cometida pelo (ex) companheiro. Utilizando como referencial teórico-metodológico, o conceito de relações de gênero, de “*habitus*” e violência doméstica, foram analisadas as maneiras pelas quais as mulheres, escolhidas para a análise, ressignificam/subvertem o conjunto de esquemas classificatórios que consagram a dominação masculina, nas relações de violência.

Palavras-chave: Relações de Gênero, *Habitus*, Violência de Gênero, Violência Doméstica contra Mulheres, Violência Simbólica, Políticas Públicas.

Abstract

The domestic violence, a serious social problem that it affects thousands of women daily all over the world in all of the ages, social classes, etnia/races, education degrees, sexual orientation and religion, is considered one of the most serious manifestations of gender violence. In the present research, the problem of the domestic violence was approached against women, having as analysis field the Center of Reference of the Mulher " Heleieth Saffioti ", located in the city of Araraquara, São Paulo. Aiming to draw a socioeconomic profile of the women assisted in the organ, in the period of June of 2001 to December of 2006, emphasizing requirements as: the age, the matrimonial state, the individual income, the etnia/races, the education degree and the women's professional occupation, was looked for to know and to understand the structural mechanisms of the social organization of gender, incorporate for the women assisted in the organ, victims of domestic violence committed by the (former) companion. Using as theoretical-methodological reference, the concept of gender relationships, of " habitus " and symbolic violence, the ways were analyzed by the which the women, chosen for the analysis, resignify/subvert the group of qualifying outlines that consecrate the masculine dominance, in the violence relationships.

Key Words: Relationships of Gender, Habitus, Violence of Gender, Domestic Violence against Women, Symbolic Violence, Public Politics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1^a	Mulheres por região - Geral	p.100
Gráfico 1b	Mulheres por região - Violência Doméstica Declarada	p.101
Gráfico 1c	Mulheres por região – Violência Doméstica Não Declarada	p.102
Gráfico 1d	Total de Mulheres por estrato, por região	p.102
Gráfico 1e	Evolução do número de mulheres que procurou o Centro de Referência da Mulher por ano	p.104
Gráfico 2^a	Mulheres por faixa etária	p.105
Gráfico 3^a	Mulheres em função do estado conjugal	p.106
Gráfico 3b	Evolução anual da busca de apoio no Centro de Referência da Mulher	p.107
Gráfico 4^a	Distribuição geral das mulheres por raça/etnia	p.109
Gráfico 4b	Mulheres que declararam/não declararam ter sofrido violência, em função da raça/etnia	p.110
Gráfico 5a	Mulheres que procuraram o Centro de Referência da Mulher, por nível de instrução	p.112
Gráfico 6a	Classificação das ocupações para o conjunto das mulheres que procuraram o Centro de Referência da Mulher	p.115
Gráfico 6b	Agrupamento de ocupações	p.116
Gráfico 7a	Mulheres por nível de renda	p.117
Gráfico 7b	Evolução da renda por categoria de análise	p.118
Gráfico 8a	Número de filhos por mulheres	p.120
Gráfico 9a	Como conheceu o Centro de Referência da Mulher	p.121
Gráfico 9b	Como conheceu o Centro de Referência da Mulher (caminhos mais significativos)	p.122

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO.....	11
2. RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E HABITUS.....	20
2.1 O CONCEITO RELAÇÕES DE GÊNERO.....	20
2. 2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E HABITUS	30
3 . BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	45
3.1.VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	45
3.2. A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	63
3.3. O UNIVERSO DA PESQUISA: O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER "HELEIETH SAFFIOTI"	88
3.4. Perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”	98
3.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	126
4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	174
ANEXO A - Lei N° 5.616.....	175
ANEXO B - Lei N° 5.427	176
ANEXO C - Classificações das Variáveis	177
ANEXO D - Dados dos gráficos.....	180
ANEXO E - Regiões do Orçamento Participativo.....	190

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui um sério problema social que afeta milhares de mulheres cotidianamente em todo o mundo. É uma grave manifestação da violência de gênero, e atinge as mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias, graus de escolaridade, orientação sexual e religião.

O movimento feminista e o movimento de mulheres configuraram-se como os protagonistas mais contundentes da politização da violência doméstica no Brasil na década de 1970, na medida em que transgrediram dicotomias e fronteiras, inserindo no espaço público, o debate e a denúncia referentes àquela modalidade de crime considerada de “foro interpessoal”, “intersubjetivo”, estanque do espaço político.

Justamente por acometer mulheres no espaço intrafamiliar, em relações afetivas, a violência doméstica não é postulada como problema estrutural ou como uma violação dos direitos humanos, assim como outras formas de violências que ocorrem nas ruas, perpetradas por estranhos.

Outra questão a considerar são os princípios alicerçados na dominação masculina inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas referentes à “sacralização” da família e o poder conferido a categoria social homens para normatizar, controlar e disciplinar a conduta das mulheres, podendo utilizar diferentes formas de humilhação e privação. (SAFFIOTI, 2001b).

Por outro lado, subvertendo os ditames ordenadores da dominação masculina, as manifestações públicas, as pesquisas centralizadas na compreensão da dinâmica das relações de violência e as revoluções simbólicas travadas por milhares de mulheres levaram a várias conquistas

como a implantação dos SOS, das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher, das Casas Abrigo, dos serviços de atendimento ao aborto legal, dos Centros de Referência da Mulher, entre outras.

Três eixos de análise sobre a violência doméstica foram produzidos no Brasil, segundo Heilborn e Sorj (1999). Num primeiro momento, as pesquisas além de mensurarem a violência contra mulheres orientaram-se para o modo como a justiça operava, evidenciando como as categorizações de gênero atuavam no benefício das mulheres ou agravamento da situação de sua avaliação moral, segundo a tipologia do crime. Um segundo conjunto de pesquisas, também destacada por (IZUMINO, 2003; SANTOS; IZUMINO, 2005) norteou-se pelas representações femininas sobre a violência, recortando nesse campo de estudos o diálogo entre a cumplicidade e a vitimização feminina em relação à violência. Um terceiro núcleo de trabalho, segundo (HEIBORN; SORJ, 1999), foi iniciado na segunda metade da década de 90, tematizando os órgãos institucionais atuantes no campo da violência, os extintos SOS Violência, as Delegacias de Polícia Especializada e os equipamentos sociais como os Centros de Referência da Mulher e as Casas Abrigo.

No presente estudo, será abordada a violência doméstica, tendo como campo de análise o Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”, política pública específica de atendimento às mulheres, implantada na cidade de Araraquara em 13 de junho de 2001.

Nesse sentido, primeiramente, será traçado o perfil das mulheres atendidas no referido órgão, durante o período de junho de 2001 a dezembro de 2006, apresentando um panorama quantitativo relativo à faixa etária, estado

civil, grau de escolaridade, região de moradia, raça/etnia, profissão, nível de renda e quantidade de filhos/as.

Num segundo momento, procurar-se-á conhecer o *habitus*, ou seja, os esquemas de percepção sobre a violência doméstica incorporados por mulheres vítimas de violência cometida pelo companheiro. Nesse contexto, serão analisados os princípios subjacentes à visão das mulheres, enfocando como o contato com o Centro de Referência da Mulher, por meio do atendimento terapêutico, da orientação jurídica e de atividades específicas sobre as relações de gênero, pôde contribuir para o reconhecimento/ressignificação de disposições sociais alicerçadas na dominação masculina.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tinha como objetivo dar continuidade à pesquisa elaborada no mestrado referente ao discurso médico sobre o aborto provocado, mas quando em 2003 iniciei o trabalho no Centro de Referência da Mulher, tornou-se significativo e instigante conhecer e compreender mais profundamente o contexto em que me inseria, as estruturas imanentes às trocas cotidianas que me constituíam e me resignificavam a cada dia.

Nessa dinâmica, o processo de construção do problema de pesquisa foi permeado por mudanças de rotas pessoais, de percepções da realidade e descoberta da militância política, considerando que “estranhar o familiar” e objetivar a subjetividade configuraram-se como um dos maiores desafios para a materialização desse estudo.

De fato, a experiência no Centro de Referência da Mulher suscitou questionamentos a respeito das disposições sociais incorporadas pelas

mulheres, que dinamizam as permanências e as mudanças nas relações de violência: Quem são as mulheres que se direcionam ao Centro de Referência da Mulher? Através de quais meios tomaram conhecimento do órgão? Como as mulheres estruturam as percepções, as reações nas relações de violência vivenciadas? Quais as estratégias mobilizadas pelas mulheres para romper com a situação de violência? De que forma o atendimento fornecido pelo órgão contribui para a resignificação/ reconhecimento de princípios arbitrários que aprisionam as mulheres nestas relações?

Para tentar responder essas questões, serão utilizados como eixos norteadores da investigação, a categoria analítica e histórica “gênero” formulada por Scott (1990), o conceito de “violência doméstica” elaborado por Saffioti (1999, 2001a, b, 2004) e de *habitus* por Bourdieu (1996, 1999).

A categoria sociológica “gênero” rompe com as concepções biologizantes construídas sobre as diferenças entre os sexos, introduzindo o caráter relacional, não linear e sócio-histórico dos domínios ideológicos e estruturais instaurados sobre os corpos sexuados. (SCOTT, 1990).

Nessa perspectiva, refletir a respeito da violência doméstica tendo como enfoque as relações de gênero implica descortinar uma série de disposições sociais, de conceitos normativos, de símbolos culturalmente disponíveis, enfim, de poderes desiguais entre mulheres e homens construídos historicamente e normatizados pela estrutura social.

Adota-se o conceito de violência doméstica formulado por Saffioti (2001 b, p. 131) como o tipo de violência que acomete “[...] vítimas não - parentes consangüíneos ou afins, vivendo parcial ou integralmente no domicílio [...], no qual o agressor é o *pater familias*. Utilizamos o conceito em virtude de nosso

foco de pesquisa, mulheres vítimas de violência (rotinizada) cometidas pelos (ex) companheiros, alicerçada na organização social de gênero, que privilegia o masculino. (SAFFIOTI, 2004).

A dinâmica da organização familiar em geral é direcionada por representações binárias do feminino e do masculino (natureza/cultura; emoção/razão; mente/corpo; subjetividade/objetividade), elencadas por Scott (1990).

A violência praticada nesse âmbito é difícil de ser denunciada, publicizada, uma vez que no imaginário social, a preservação da instituição familiar sobrepõe-se como valor à integridade física da própria vítima, que, no limite, é vista como responsável por seus problemas e pela busca de solução para os mesmos. As mulheres são socializadas para consubstanciar seu destino de boa mulher/esposa/mãe e preservar o núcleo familiar. Essas disposições aliadas ao medo, à dependência emocional/financeira das mulheres em relação a seus cônjuges, à perda da auto-estima, à culpa, à deficiência do sistema judicial, como também à ausência de uma política integrada de serviços tendem a aprisionar as mulheres nas relações de violência.

Dessa forma, a violência na modalidade doméstica cometida por homens contra mulheres assume uma feição crônica e estabilizada, é empreendida sobre a mesma vítima, (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995), passando a ser concebida como algo natural, “normal”, “na ordem das coisas”, sua existência parece tão inevitável que dispensa justificção. (BOURDIEU, 1999).

As estruturas históricas da dominação masculina estão materializadas nos espaços sociais, na família, nas oportunidades de acesso a determinadas

carreiras, nos salários desiguais, nos institutos escolares, nas práticas médicas, nas legislações, nas injunções direcionadas aos usos que ambos os sexos fazem de seus corpos, enfim, estão embutidas na totalidade objetiva do mundo, assim como estão fortemente arraigadas nas identidades subjetivas, nos princípios de visão, nos esquemas interpretativos que os indivíduos e os grupos detêm a respeito dessa configuração hierárquica.

Para compreender como as mulheres interiorizam o conjunto de esquemas classificatórios resultantes de estruturas objetivamente dadas no espaço social, no caso específico, da violência doméstica, e como podem modificar capitais culturais que consagram a dominação masculina, será utilizado o referencial teórico *habitus* de Bourdieu (1996b).

O *habitus* é produto das aprendizagens passadas, das experiências vivenciadas, da história dos indivíduos e do grupo a que pertencem, enfim, das instituições de socialização e funciona como matriz de percepções, de escolhas que um agente singular ou um grupo determinado faz nos domínios mais diferentes da prática.

Os agentes sociais não são anônimos, as interações se dão de forma socialmente estruturada, ou seja, ao analisar, avaliar e se posicionar diante dos fenômenos, os indivíduos utilizam um conjunto de esquemas classificatórios, resultantes da interiorização de estruturas objetivamente delineadas por meio do “capital cultural”, do *habitus*, no espaço social onde se inserem. (BOURDIEU, 1996 a,b).

Os códigos hierárquicos de gênero não se reduzem a uma “simples representação mental, uma fantasia (“idéias na cabeça”), uma ideologia” (BOURDIEU, 1999, p.53), mas estão incorporados no *habitus*, nas estruturas

objetivas, convertendo-se em esquemas de percepção, de pensamento e ação que alicerçam relações de dominação. Assim, as relações de violência no espaço intrafamiliar são marcadas profundamente por relações de poder, nas quais o princípio masculino é tomado como modelo de todas as coisas. (BOURDIEU, 1999).

Nessa perspectiva, as mulheres e os homens, ao se proporem refletir sobre as dominações de origem diversa, (gênero, classe e etnia), tendem a utilizar, nem sempre de maneira consciente, esquemas interpretativos, enunciados recortados do ponto de vista dominante. Dessa maneira, é estabelecida uma concordância entre a estruturação objetiva, material do mundo e as representações mentais, cognitivas, construídas sobre o mesmo.

Saffioti (2004) aponta que a incorporação de classificações que ratificam a dominação masculina é fenômeno que se situa aquém da consciência, o que refuta a concepção de que as mulheres são cúmplices ou coniventes com a violência. Só podemos falar em cumplicidade quando tratamos de categorias de sexo, raça/etnia e de classe social, igualmente autônomas, o que não se concretiza na realidade brasileira.

A estrutura social androcêntrica fornece à categoria social “homens” poderes para definir a forma de como a realidade será percebida, de modo que as categorias dominantes ficam suscetíveis a captar a realidade de forma mascarada. As mulheres reagem à situação de violência doméstica, entretanto, com doses de poder profundamente desiguais perante os homens e com a consciência mediatizada pelas estruturas da dominação masculina.

Na presente pesquisa, tem-se como pressuposto que o contato das mulheres com o Centro de Referência da Mulher e com outras referências

analíticas sobre a violência doméstica, por meio dos atendimentos prestados, fornece às mesmas subsídios para reelaborar, reconhecer os fundamentos estruturantes da dominação simbólica. A proximidade com outros “bens e esquemas práticos” pode conduzir as mulheres a transformar as disposições subjetivas e objetivas adquiridas e reatualizadas que consagram a dominação masculina nas relações de violência doméstica vivenciadas.

Foi realizada também uma pesquisa quantitativa objetivando conhecer o perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência bem como fornecer subsídios para avaliar, redefinir e traçar políticas públicas mais próximas da vivência cotidiana das mulheres.

Com efeito, para compor o universo da presente pesquisa realizou-se um levantamento quantitativo, um banco de dados, dos atendimentos efetuados pelo Centro de Referência da Mulher, no período de 2001 a 2006, por meio das fichas de atendimento preenchidas pelas mulheres. Posteriormente, para aprofundar o conhecimento qualitativo sobre a temática, realizaram-se 02 entrevistas em profundidade com mulheres em situação de violência doméstica cometida pelo (ex) companheiro.

Com a utilização da metodologia qualitativa, procurou-se enfatizar os esquemas de percepção, as ações e reações das mulheres na vivência da violência doméstica, buscando os significados, a compreensão dos esquemas simbólicos, que não são possíveis de captar nos gráficos e nos dados estatísticos. Buscou-se o aprofundamento do conhecimento qualitativo sobre a violência doméstica, relacionando os depoimentos pessoais das mulheres, colhidos por meio de entrevistas gravadas, com roteiro pré-definido, com as suas condições sociais de existência. De acordo com Queiroz (1987), em seu

anonimato, contém o indivíduo um microcosmo de configurações de seu meio social, não se trata de considerá-lo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade, o que se pretende é compreender através de suas experiências, de suas posturas, as estruturas da coletividade da qual participa.

Tendo em vista tais considerações, no presente estudo, no primeiro capítulo serão apresentadas algumas questões teóricas norteadoras da pesquisa, ressaltando a importância de incorporar os conceitos “gênero” e *habitus* na reflexão sobre a violência doméstica. Posteriormente, será realizado um breve panorama das lutas feministas para a tematização pública da violência doméstica no Brasil, a partir da década de 1970. Na terceira parte, será apresentado o campo de pesquisa, com os dados quantitativos das mulheres que procuraram o Centro de Referência da Mulher de Araraquara, e as análises qualitativas de duas entrevistas realizadas com objetivos de contribuir para o conhecimento sobre o tema.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E *HABITUS*

2.1 O CONCEITO RELAÇÕES DE GÊNERO

O termo gênero emergiu nos fins do século XX num momento de intensa efervescência epistemológica entre os/as pesquisadores/as das Ciências Sociais, em debates sobre a reformulação de modelos científicos. Surgiu como um novo modo de reflexão sobre a organização social entre os sexos, com a orientação metodológica de que “[...] o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de *naturalizar* processos de caráter histórico.” (SAFFIOTI, 1992, p. 183) ¹

A categoria histórica e de análise “relações de gênero” foi introduzida por feministas inglesas e americanas na década de 1970, explicitando que as diferenças entre os sexos são construídas socialmente e possuem caráter relacional, ou seja, as imagens de mulheres e homens são definidas em termos recíprocos e não podem ser entendidas separadamente.

Os estudos de linha francesa não incorporaram essa expressão, utilizando o conceito “diferença sexual” ou “relações sociais de sexo” de ascendência marxista, proveniente do conceito “relações sociais de produção”.

¹ Saffioti (2004) afirma que o primeiro estudioso a conceituar e mencionar o conceito de gênero foi Robert Stoller. A autora ressalta que apesar de Simone Beauvoir não ter formulado o conceito de gênero, apresentou seus princípios na frase “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher.”

[...] No contexto francês faz pouco sentido usar a expressão gênero, sobretudo pela crítica que as cientistas sociais dessa nacionalidade fazem ao termo, assinalando laivos por demais culturalistas nessa escolha e por sustentarem que qualquer dimensão da vida social implica sua *modelização*, isto é, seu afastamento de um quinhão natural que porventura pudesse manter [...] (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 195)²

Nos Estados Unidos, a origem dos estudos feministas, *feminist* ou *women's studies* em conjunto com os estudos raciais, encontrava-se nos movimentos de contestação ocorridos nas universidades americanas ao longo da década de 1970. O conceito gênero foi desenvolvido por teóricas que alteraram os paradigmas no interior de diversas disciplinas.

Os estudos sobre mulheres impuseram um reexame crítico das premissas e paradigmas do trabalho científico existente:

[...] Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal, e subjetiva, quanto às atividades públicas e políticas. (SCOTT, 1990, p. 6).

² As autoras realizam um debate histórico sobre os dois termos no texto “Estudos de Gênero no Brasil”.

Os estudos balizados pelo feminismo lançaram críticas ao modelo cartesiano de ciência, marcado por pressupostos androcêntricos, conflitantes com as experiências das mulheres. Os neopositivistas pautavam as análises tendo como referência o corpo masculino, realizando distinções arbitrárias e binárias entre sujeito e objeto, natureza e cultura, mulheres e homens, marginalizando a relação dialética entre os indivíduos e a sociedade. (FARGANIS, 1997).

Em meados dos anos 1980, o uso do conceito relações de gênero surgiu no Brasil, por meio de um frutífero diálogo entre academia e movimento social, tendo sido introduzido nas Ciências Sociais pelo movimento feminista nos seus questionamentos e reivindicações sobre a situação social das mulheres (SCAVONE, 1996). Os “estudos de gênero” ou de “relações de gênero” foram as estratégias encontradas para institucionalizar os debates com o feminismo na academia brasileira.³

Na década de setenta, constatou-se uma gradativa alteração do termo mulher (mulher na política, mulher na força de trabalho) como uma categoria empírico-descritiva, pelo termo gênero, uma categoria histórica e analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Essa modificação favoreceu a emergência de análises pautadas em características relacionais da construção do feminino e do masculino. Os homens foram abrangidos como uma categoria empírica a ser compreendida nessas pesquisas e surgia, nesse contexto, uma vertente que lançava prioridade para

³ Heilborn e Sorj (1999) relatam que a expressão “relações sociais de sexo” esteve muito presente na produção brasileira, principalmente na Sociologia do Trabalho. Com as mudanças mais gerais das Ciências Sociais e a antropologização das Ciências Sociais no Brasil, a utilização do conceito gênero tornou-se praticamente hegemônica.

a estrutura social mais do que aos indivíduos e seus “papéis”. (HEILBORN; SORJ, 1999).⁴

A utilização do termo relações de gênero contribuiu para a legitimidade dessa área de pesquisa tendo em vista que os termos mulher e feminismo mobilizavam discriminações e preconceitos. (HEILBORN; SORJ, 1999).

A conceituação de gênero enfrenta uma disputa tanto na academia quanto no campo político. Teles (2007), por exemplo, destaca o questionamento de várias estudiosas feministas sobre as teóricas do gênero. As primeiras receosas da despolitização da luta feminista na construção do conhecimento defendem o termo “diferenças sexuais”, pressupondo que no emprego do último está inerente a prática feminista, tendo em vista que “[...] são as próprias mulheres que deverão apresentar alternativas para saber, fazer, construir e decidir, conquistando justiça, igualdade e autonomia.” (TELES, 2007, p. 52).

O conceito relações de gênero é utilizado por várias correntes de pensamento, principalmente de intelectuais feministas, marxistas, pós-estruturalistas, de distintas formas, mas todas com a orientação metodológica de rejeição ao determinismo biológico como justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres. As diversas acepções teóricas foram (são) construídas e dinamizadas tendo em vista as prioridades conceituais, políticas e históricas de quem o/a utiliza como instrumento de análise da realidade.

⁴ Na ótica de Saffioti (2004), os estudos sobre mulher (es) não devem ser substituídos, inteiramente, pelos estudos de gênero. É essencial a descrição e o registro da história das mulheres tendo em vista a invisibilidade social da ação das mesmas no processo histórico e as possibilidades de captação do caráter histórico do patriarcado.

Há estudiosas/os que empregam os estudos sobre relações de gênero como ferramenta de análise das relações entre mulheres e homens, objetivando explicar as origens do patriarcado. Há aquelas pautadas na compreensão da alienação e coisificação das diferenças humanas, da divisão sexual do trabalho, da semiótica do corpo, da sexualidade, das micro técnicas do poder, da linguagem. Algumas vertentes pesquisaram a construção da identidade do sujeito, a estrutura da psique das mulheres, entre outras. (SCOTT, 1990; TELES, 2007; FARGANIS, 1997).⁵

O conceito de gênero não constitui somente uma categoria de análise metodológica abstratamente desenvolvida, mas sim um fenômeno histórico construído na dinâmica das práticas sociais “[...] Antes de poderem ser concebidos como constructos intelectuais, operaram na realidade empírica enquanto categorias históricas.” (SAFFIOTI, 1999, p. 143).

No tocante à historização das categorias sociais, a autora debate o uso do conceito de gênero e de patriarcado, assinalando que, desde o desenvolvimento da cultura, por volta dos 250 mil anos da humanidade, foram construídas representações do feminino e do masculino, configurando-se assim o gênero.

[...] A diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder. (SAFFIOTI, 2004, p. 133).

⁵ Farganis (1997) faz referências a teóricas como Dorothy Dinnerstein, Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Alison Jaggar, Nancy Harstock, Sandra Harding, entre outras.

Nesse contexto, gênero constitui um conceito genérico, uma categoria ontológica que cobre toda a história, entretanto, o termo não explicita o vetor da exploração-dominância, apenas o presume, tendo em vista a lógica patriarcal. Contrapondo-se ao alto grau de extensão e de neutralidade do termo, Saffioti (2004) aponta os conceitos de ordem patriarcal de gênero, androcentrismo, falocracia. O patriarcado indica o período histórico, refere-se a milênios da história mais recente, por volta de seis ou sete milênios, aborda a falocracia, o androcentrismo e a primazia do patriarca nas estruturas de poder.

Na presente pesquisa, procurou-se trabalhar com a definição de gênero, tendo como orientação metodológica, a conceituação analítica e histórica de Scott (1990), historiadora e feminista americana, cujo texto “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, publicado no país em 1990, teve grande impacto e repercussão nos estudos brasileiros desenvolvidos sobre a temática. (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007).

A autora apresenta como ponto central a premissa de que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1990, p. 14). Nesta vertente, a construção das relações de gênero envolve quatro elementos interdependentes:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam as representações simbólicas geralmente contraditórias (Eva e Maria como símbolos de mulher; público e privado, como esferas estanques, por exemplo);

2. Os conceitos normativos que instauram as interpretações das significações do masculino e do feminino, objetivando limitar e conter as possibilidades metafóricas. Estas noções estão presentes nas doutrinas

religiosas, políticas, educacionais, entre outras, e assumem a forma característica de uma oposição binária que impõe de maneira categórica e sem equívocos os significados do feminino e do masculino. Em geral, a posição tomada como dominante é naturalizada, fixada como a única possível. (Homem Ativo x Mulher passiva, Heterossexualidade x Homossexualidade, por exemplo);

3. O gênero é constituído pelo parentesco, mas não se restringe a ele, é construído e perpassa diversos domínios sociais: a economia, a organização política, o mercado de trabalho, a família, o âmbito religioso, o educacional, o científico, dentre outros;

4. A influência das relações, das organizações, das representações sociais historicamente situadas na construção da identidade subjetiva é outro elemento importante. O processo de construção de gênero estrutura relações sociais de poder profundamente desiguais entre as categorias sociais mulheres e homens, dinamizando a subordinação feminina em várias esferas: na participação da vida pública, na inserção no mercado de trabalho segregado e discriminatório, na divisão sexual do trabalho, na repressão da sexualidade feminina, nas idéias, na violência doméstica sofrida por milhares de mulheres, dentre outras.

Essa dinâmica, na ótica de Scott (1990), se efetiva a partir da interpretação de que a organização social humana realiza sobre as diferenças percebidas entre os sexos e na organização, construção e distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica.

Em torno das distinções anatômicas dos órgãos sexuais, as representações do senso comum, os conteúdos científicos e a linguagem

constroem uma série de atributos, que convertem as diferenças em desigualdades, de modo que o princípio masculino é tomado como modelo de todas as coisas.

Para analisar a delimitação das estruturas hierárquicas, Scott (1990) utiliza a perspectiva foucaultiana de poder, a qual abre espaço para compreendê-la como uma prática social que permeia todas as esferas, em nível micro e macro social.

O poder nessa vertente não está engessado em um pólo único de soberania. O Estado, por exemplo, não se configura como uma instituição, uma estrutura. Desta forma, não há como “adquirir”, “transmitir”, “guardar” o poder, uma vez que ele se dilui em diversos pontos e “[...] em meio a relações desiguais e móveis.” (FOUCAULT, 1988, p. 90). Não há aqueles que o possuem (homens) e aquelas dele desprovidos (mulheres), os dois extremos da relação o detém, ainda que seja em doses fundamentalmente desiguais e heterogêneas.

Para uma compreensão sobre o vetor dessas disposições sociais é essencial analisarmos a violência de gênero, como estratégia de exploração – dominação da categoria social homens. Nesse sentido, o inimigo da mulher não é o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada por homens, como também por mulheres. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Várias pesquisas foram (são) produzidas objetivando compreender a dinâmica das relações hierárquicas entre mulheres e homens, e as terminologias utilizadas para captar o fenômeno são variadas, muitas vezes utilizadas como sinônimos, “violência de gênero”, “violência contra a mulher”,

“violência intrafamiliar” e “violência doméstica” (ALMEIDA, 2007; IZUMINO, 2003; BANDEIRA, 2003; SANTOS, 2001).

A categoria violência de gênero foi utilizada pela primeira vez no Brasil por Heleieth Saffioti e Sueli de Almeida Souza, em 1995, no livro *Violência de Gênero. Poder e Impotência* em que as autoras evidenciaram a forma endêmica desta violência democraticamente distribuída. (IZUMINO, 2003).

[...] o fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – tanto no espaço público como no privado – e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1985, p. 8).

O conceito de violência de gênero é o mais amplo de todos os elencados, envolvendo também crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício do poder patriarcal, a categoria social homens possui legitimidade para controlar e normatizar as ações das demais categorias sociais. Do ponto de vista teórico, é importante atentarmos para o fato de que as mulheres não estão isentas de praticar violência uma vez que postular essa concepção significa consumir uma idílica essência feminina, que não converge com as discussões sobre a organização social de gênero. As mulheres são atoras de violência em diversos níveis, principalmente quando se trata de crianças, contudo, cada categoria social tem poderes, incentivos e treinamentos

diferenciados da sociedade para punir os “conflitos”, “desvios” e determinar a conduta das demais categorias. Como infere Saffioti (1994), em decorrência da falocracia, a agressividade das mulheres, em contraposição a dos homens, dificilmente é convertida em agressão.

Já o termo violência contra mulheres explicita o alvo contra o qual a violência é dirigida. Nesse caso, envolve não só parentes ou conhecidos residindo sob o mesmo teto, mas também agressões cometidas por qualquer desconhecido que não tenha nenhuma relação estabelecida com a vítima. (SAFFIOTI, 2001a).

Nesse conceito, não estão abertas as possibilidades de apreensão e análise de conduta de mulheres violentas, mas, segundo Melo e Tele, encoberto na aparente neutralidade dos termos homicídio e assassinato.⁶

⁶ Segundo Almeida (1998), o termo “femicídio” foi utilizado pela primeira vez no Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres, em 1976.

2. 2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E *HABITUS*

A violência doméstica, objeto de análise do presente estudo, constitui uma modalidade da violência de gênero, que engloba as violências que recaem sobre:

[...] vítimas não-parentes consangüíneos ou afins. Estão neste caso, empregadas domésticas, ainda com uma forte presença dentre as vitimas de violência sexual cometidas por seus patrões, afilhadas (os) e agregadas (os), vivendo parcial ou integralmente no domicílio no qual o agressor é o *pater famílias*. (SAFFIOTI, 2001b, p. 131).⁷

Apesar da categoria não explicitar o vetor da agressão, o termo foi adotado na presente pesquisa em virtude da forte presença das mulheres como alvo principal da violência doméstica, cometida especialmente pelos (ex) companheiros e pela alta incidência de casos atendidos no Centro de Referência da Mulher. Importante salientar que a violência doméstica manifesta-se tanto no espaço do domicílio como fora dele já que o espaço de domínio do patriarca não é apenas territorial, mas também simbólico. (SAFFIOTI, 2001b).⁸

⁷ A violência intrafamiliar apresenta aproximações com a violência doméstica, e muitas vezes se confunde com ela, mas indica violências sofridas unicamente sobre membros da família nuclear ou extensa. Configura uma modalidade de violência que se processa por dentro da família. (SAFFIOTI, 2001 a ; ALMEIDA, 2007).

⁸ Violência conjugal é um outro conceito utilizado para definir as agressões nas relações do casal. (IZUMINO, 2003).

O local de trabalho da mulher é um dos focos dos homens, nas suas ações violentas, especialmente após o rompimento da relação. Objetivando desmoralizar a ex - companheira, colocar em risco seu emprego, alguns homens cometem agressões físicas e/ou verbais no emprego da mesma. (SAFFIOTI, ALMEIDA, 1995).

Historicamente, a família é representada como instituição pilar da sociedade, o domicílio como o lugar do aconchego, da segurança e da afetividade, consagrado como um ambiente protegido de disputas, em contraposição ao espaço público permeado por hierarquias, competições e violências. Mas, o espaço intrafamiliar não se configura um campo homogêneo e harmônico, tendo em vista que as interações tecidas neste âmbito estão entrelaçadas e imbricadas em condicionamentos, normatizações marcadas por três contradições básicas: o gênero, a raça/etnia e a classe social.

Ao longo da história, as investigações produzidas na esfera da violência doméstica tiveram papel fundamental na politização do privado, no processo de desmistificação da sacralização da família, evidenciando a negação da existência autônoma das mulheres neste âmbito. .

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (2002), enquanto os homens estão mais suscetíveis a sofrer agressões, assassinatos, no âmbito público como acidentes de trânsito e homicídios, a chance de uma mulher ser vítima de violência em sua casa pelo próprio companheiro ou ex-companheiro é nove vezes maior do que na rua.⁹

⁹ Os homens estão inseridos no contexto da violência em distintos lugares, na grande maioria das vezes, inclusive como produto-alvo das próprias relações gendradas pelo poder, que associam o risco à identidade masculina, legitimando os homens a atuarem de forma violenta e “fazerem valer os seus direitos em nome da honra”. (MEDRADO; LYRA, 2003, p. 18). No mesmo estudo, contabilizou-se que 25% dos dias de trabalho perdidos pelas mulheres, isto é,

A pesquisa “A Mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, no ano de 2001, em 187 municípios de 24 estados do país, indica que cerca de 6,8 milhões de mulheres, num universo de 61,5 milhões, já sofreram espancamentos pelo menos uma vez, na grande maioria dos casos, pelo próprio parceiro/marido, na residência. Projeta-se cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 5,8 mil/dia, 243/hora ou 4/minuto - uma a cada 15 segundos. (VENTURI; OLIVEIRA, 2004).

No estudo citado, o marido ou parceiro figuravam como os principais responsáveis pelas agressões, de modo que 53% das ocorrências de violência significam ameaça à integridade física com armas e 70% quebradeira. Outros agressores comumente citados eram o ex-marido, o ex-companheiro e o ex-namorado, que, somados ao marido ou parceiro, constituem significativa maioria em todos os casos. (VENTURI; OLIVEIRA, 2004).

A dinâmica da organização familiar na ordem patriarcal de gênero é direcionada por padrões fundamentados em dicotomias assimétricas (natureza - cultura; emoção - razão; reprodução - produção) do feminino e do masculino. Nestes termos, cabe ao patriarca assumir o papel de provedor das necessidades materiais da família, tendo legitimidade para normatizar e corrigir as condutas de todos/as os membros do grupo domiciliar, especialmente das mulheres e crianças, utilizando diferentes formas de violência, caso considere necessário. (SAFFIOTI, 2001 a,b).

um em cada quatro tem como causa a violência doméstica. OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002, disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/. Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

No tocante à paternidade, pressupõe-se que o pai deva ser “um provedor, mui secundariamente, um pai afetivo” (MACHADO; MAGALHÃES, 1999, p. 184). Como contraponto, às mulheres cabem assumir com “devoção” a responsabilidade pela educação dos/as filhos/as, pelo bem-estar de todos os membros da família, uma vez que “é dotada biologicamente dos atributos para exercer essas funções”.¹⁰ Além disso, espera-se a resignação frente às diversas agressões para a preservação da harmonia do sagrado núcleo familiar e consubstanciar seu destino de boa mulher/esposa/mãe obedecendo ao macho. (SAFFIOTI, 2004).

No imaginário social, a preservação da instituição familiar sobrepõe-se, como valor à integridade física da própria vítima, que, no limite, é vista como responsável por seus problemas e pela busca de solução para os mesmos.

Os condicionamentos dominantes referentes a certas classificações e compreensões de violência, principalmente quando se trata de mulheres casadas ou em uniões estáveis levam ao não reconhecimento da violência produzida na intimidade e na rotina de uma relação conjugal e, conseqüente aprovação dos atos abusivos cometidos pelos homens na posição de senhores e donos de suas mulheres. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006).

Essas disposições, aliadas à dependência emocional/financeira das mulheres em relação a seus cônjuges, ao impacto de anos e anos vivendo sob medo e ameaças, à perda da auto-estima, ao sentimento de culpa, à pressão familiar que evoca “ruim com ele, pior sem ele”, à deficiência do sistema

¹⁰ Pelo fato de a gravidez acontecer no corpo da mulher, a maternidade assume caráter natural-biologizante e, historicamente, o desejo de ser mãe, às atividades desempenhadas com as crianças no espaço intrafamiliar são considerados como elementos naturais na vida de todas as mulheres, o que não possui veracidade histórica. (TUBERT, 1996).

judicial, como também à ausência de uma política integrada de serviços, tendem a aprisionar as mulheres nas relações de violência.

Outro aspecto essencial a ser destacado é o fato de a violência ocorrer no seio de relações afetivas, o que também contribui para que as mulheres preservem a convivência com o agressor, muitas vezes acreditando na mudança de comportamento do mesmo e na possibilidade de manter uma relação mais harmônica. (IZUMINO, 1998; MACHADO; MAGALHÃES, 1999; SOARES, 2005).

Desta forma, a violência na modalidade doméstica cometida por homens contra mulheres assume uma feição rotineira, uma vez que é empreendida sobre a mesma vítima, é constantemente reatualizada, diferentemente das violências ocorridas em espaços públicos entre sujeitos diferentes e desconhecidos. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; SILVA, 2001a).

Os esquemas interpretativos sobre a violência doméstica na lógica patriarcal de gênero integram e organizam a sociedade, as sociabilidades, os afetos, propagando que a violência é uma manifestação da virilidade masculina e da posição de superioridade e dominação de homens frente às mulheres como fato imutável por ser originado na natureza. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006).

Estes conceitos normativos, que instauram as interpretações das significações do masculino e do feminino, num esquema de oposição binária, naturalizadora das práticas sociais, estão presentes não só nas doutrinas religiosas, nas políticas públicas, nas legislações, como também na construção da identidade subjetiva de mulheres e homens.

Nesses termos, a violência passa a ser concebida como algo natural, “normal”, “evidente”, “na ordem das coisas”, sua existência parece tão inevitável que dispensa justificção “[...] dito de outra forma, existe uma inversão de causas e efeitos.” (BOURDIEU, 1996 b, p. 32).

Silva (2001a) salienta que quando a violência é considerada episódica, esporádica, inclusive pelas próprias vítimas, torna-se quase impossível perceber/reconhecer/problematizar o lugar efetivo de produção da violência – a organização social do gênero na configuração histórica atual definida pela estrutura de dominação masculina que, por sua vez, se reatualiza.

Como dito anteriormente, na presente pesquisa, procurou-se conhecer os esquemas de percepção sobre a violência doméstica incorporados por mulheres vítimas desta modalidade de violência, buscando apreender como o contato com o Centro de Referência da Mulher contribui para o reconhecimento/ressignificação de disposições sociais balizadoras da dominação masculina.

Nesse sentido, o referencial teórico de Bourdieu possibilita trilhar esse caminho, ou seja, compreender como os agentes sociais incorporam instrumentos de conhecimento de estruturas objetivamente dadas que os mantêm presos a dominação, assim como oferece pistas para analisarmos a transformação e a resignificação do “habitus” alicerçado em distintas formas de dominação.

Bourdieu (1996a) desconstrói concepções substancialistas, (de gênero, de etnia e de classe) inscritas numa espécie de essência biológica “que transforma em natureza um produto arbitrário da história” e leituras que

analisam as práticas “em si mesmas e por si mesmas”, independentemente do universo social onde se inserem.

Os agentes sociais organizam seus princípios e classificações da realidade por meio de uma operação relacional e dialética de interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. Esse processo se consubstancia a partir da incorporação de uma série de disposições transmitidas pelo *habitus*, definido pelo autor como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de seu regente. (BOURDIEU, 1983, p.61).

O *habitus* é produto das aprendizagens passadas, das experiências vivenciadas, da história dos indivíduos e do grupo a que pertencem, enfim das instituições de socialização e funciona como matriz de disposições, de percepções, de escolhas que um agente singular ou um grupo determinado faz nos domínios mais diferentes da prática.

As características de um tipo particular de condições materiais de existência e a posição que o agente ocupa no espaço social operam como princípios geradores de esquemas interpretativos. Os indivíduos vestem o *habitus* como hábitos. Nas relações sociais, tendem a empregar como instrumentos de conhecimento as disposições anteriormente interiorizadas, como os chavões, os ditados, as metáforas. (BOURDIEU, 1999).

Essa dinâmica de incorporação de valores, de percepções, de avaliações, enfim do *habitus* de que o ser social é produto, se processa por meio de mecanismos estruturantes complexos. Inscrevendo-se não somente nas estruturas objetivas, os condicionamentos históricos e sociais imprimem suas marcas também nas estruturas cognitivas, nos atos de construção que os agentes organizam do mundo e de seus poderes. (BOURDIEU, 1999). Decorre daí o efeito duradouro e eficaz do *habitus* uma vez que se delinea sob a forma de leis sociais incorporadas, atuando na “objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais” e assegurando a concordância “entre a conformação do ser e as formas de conhecer, entre as expectativas interiores e o curso exterior do mundo.” (BOURDIEU, 1996a).

Transportando a discussão de interiorização do *habitus* para o processo de construção de gênero, podemos afirmar que nas mais distintas esferas existem mecanismos ordenadores que legitimam o fato de os homens deterem poderes sobre as mulheres.

Para compreender a forma como o *habitus* da visão dominante e das relações de poder entre os sexos operam, retroalimentando os mecanismos que consagram os sistemas de dominação masculina, podemos utilizar o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1996 a,1999), considerada uma

violência sutil, suave, invisível às suas próprias vítimas, a qual se dinamiza pelas vias puramente simbólicas do conhecimento e da comunicação, mais especificamente pelo desconhecimento dos esquemas balizadores da dominação. Na concepção do autor, “todo poder comporta uma dimensão simbólica”, uma forma de dominação que não é materializada, não se estabelece de maneira declarada, já que nem sempre os indivíduos compartilham dos efeitos que a mesma produz e das referências que ela põe em prática:

[...] o efeito da dominação simbólica não se estabelece na lógica pura das consciências cognocentes, mas na obscuridade dos esquemas práticos do habitus, onde está inscrita – freqüentemente inacessível às tomadas de consciência reflexiva e aos controles da vontade [...] (BOURDIEU, 1996, p.143).

Nesta perspectiva, os agentes sociais, homens e mulheres, ao se proporem refletir sobre as dominações, de origem diversa, (gênero, classe e raça/etnia), tendem a utilizar, nem sempre de maneira consciente, esquemas interpretativos, enunciados, recortados do ponto de vista dominante. Desta maneira, estabelece-se uma concordância entre a estruturação objetiva, material do mundo e as representações mentais, cognitivas, construídas sobre o mesmo.

Estas disposições atuam de maneira tão intensa que as relações de poder que colocam em prática são encobertas e submersas e as condições

sociais de produção da qual são resultantes, nem sempre passam pelo crivo do questionamento e da análise crítica. Desta forma, dominação tende a ser mantida, podendo até adquirir outras feições como afetividade, proteção, dependência, ciúmes, dentre outras.

Ao realizar a discussão sobre o sentido dos conceitos normativos de gênero e seu funcionamento para manter ou para mudar a ordem social, Scott (1990) lança o seguinte questionamento: Como podemos, no interior da teoria, compreender a articulação permanente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores reconhecidos socialmente estão associados à masculinidade, à repressão de aspectos femininos e não à feminilidade?

A autora responde, apontando para os sistemas simbólicos em analogia com Bourdieu (1996 a), esclarecendo que:

[...] Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido (o que não significa dizer que linguagem é tudo, mas que uma teoria que não a leve em consideração não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história humanas. (SCOTT, 1990, p. 12).

Por meio da socialização, das experiências que os agentes, mulheres e homens vivenciam, ocorrem atos de conhecimento com reconhecimento da dominação, mas com desconhecimento dos fundamentos dessa dominação, concretizando-se a violência simbólica. (SILVA, 2001a).

Essa “alquimia simbólica” perpassa pelas mentes com alto grau de complexidade e de maneira tão refinada, que os agentes sociais ficam propensos a concordar, a aderir aos princípios que ela produz e agir em seu cotidiano de acordo com as “leis” que lhe são transmitidas, com as possibilidades que lhe são apresentadas. As mulheres tendem a se conduzir pelos esquemas/padrões androcêntricos, com o capital simbólico que as desqualificam. Isso aparece em várias situações, por exemplo, pela avaliação negativa que muitas mulheres fazem sobre seu potencial em decorrência de um reforço contínuo de que não são dotadas e capazes para realizar e assumir determinadas atividades, assumindo a postura de que “isso não é para mim.”

Os agentes sociais em geral atuam numa relação dialética entre uma situação e um *habitus*, que opera como uma “espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo.” (BOURDIEU, 1996a, p.42).

Esse processo engendra e reproduz relações de poder uma vez que o pólo dominado, no caso, as mulheres, tende a utilizar categorias, esquemas classificatórios construídos do ponto de vista dos dominantes “para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes”, o que o autor denomina como a “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação”. (BOURDIEU, 1999, p. 47).

Os traços da dominação masculina estão tão arraigados nos agentes que mesmo depois de desaparecidas as pressões externas que cerceiam a autonomia, a liberdade e a igualdade de acesso a determinadas locais e funções, as censuras tendem a ser seguidas e os padrões morais ainda

continuam instalados nas mentes, nas percepções e nas ações, caso não sejam ressignificadas.

È necessário esclarecer que essa “alquimia simbólica” não se estabelece unicamente pela via da dominação masculina e não é abraçada apenas pelas mulheres. Mesmo sem ter a intenção de vitimizar as mesmas, não podemos desconsiderar que as mulheres recebem o reforço incessante de padrões hierárquicos de gênero, que não foram por elas construídos. Como afirma Saffioti (2001b), todas as relações sociais são normatizadas pela falocracia, não existe ser humano fora das matrizes de gênero, além de que o gênero designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto-representação do feminino e do masculino. A autora continua enunciando que não podemos falar em responsabilidade, aceitação, consentimento das mulheres com a violência, assim como inferir que os homens individualmente são inimigos das mulheres. Ocorre, entretanto, a incorporação de uma série de disposições, mecanismos simbólicos, que as mantém aprisionadas a dominação. Se não possuímos o conhecimento das armas conceituais balizadoras das relações de poder, como podemos ressignificar a dominação?

A maioria esmagadora das vítimas situa-se na matriz dominante de gênero, ou seja, a da obediência ao macho. Ou seja, pelo menos perante seu homem, encarnam a lógica patriarcal de gênero, não tendo parâmetros para discernir sobre seus atributos e os de seu companheiro. Tendem, via de regra, a diminuir suas próprias qualidades, exaltando as do

companheiro. É freqüente que digam que seus maridos as espancam quando bêbados, mas que são excelentes pessoas em estado sóbrio. (SAFFIOTI, 2001a, p. 19).

Outro aspecto essencial a ser destacado incide na concepção de que os homens necessitam utilizar da violência para garantir a manutenção dos lugares sociais hierarquizados. As mulheres não são passivas, assujeitadas, cúmplices das relações de violência. Embora não manipulem as mesmas parcelas de poder que os homens e muitas vezes se direcionando pela consciência dominada, agem e reagem, no momento da agressão ou posteriormente, como por exemplo, procurando apoio externo, ou mesmo “esquecendo” de arrumar a casa ou jogando água fervente sobre o companheiro. (SAFFIOTI, 2001a; RANGEL, 2001).

Nos interstícios das normas instituídas, nas margens dos discursos hegemônicos competentes, nas brechas da estrutura de poder/saber surgem novas representações, principalmente auto-representações, que vão organizando o gênero em termos diferentes. Desta forma, o gênero não é concebido como camisa de força e as mulheres oferecem resistência ao domínio masculino. (SAFFIOTI, 1994, 2001).

As pesquisas explicitam (ALMEIDA, 1998; BARBOSA, 2001; SOARES, 1999; MACHADO; MAGALHÃES, 1999; SILVEIRA, 2006) que é justamente quando as mulheres transgridem, desestabilizam o controle patriarcal, quebram o “acordo entre as estruturas objetivas e subjetivas” há o aumento do risco de femicídio. De acordo com Machado e Magalhães (1999), os conflitos se instauram quando há o rompimento do “contrato”, a “descolonização” das

mulheres, quando as imagens que elas representam passam a não corresponder as imagens do que deveriam ser.¹¹

Outro fato a ser destacado é que as relações estabelecidas nesse âmbito são indissociáveis dos condicionamentos, das normatizações da estrutura social, marcadas por três contradições básicas da sociedade: o gênero, a raça/etnia e a classe social, que se mesclam e potencializam a configuração da violência doméstica. Quanto mais sujeitas a esse conjunto de desigualdades, maiores as possibilidades das mulheres se tornarem vulneráveis à preservação de sua integridade física e emocional. (ALMEIDA, 2007; RUFINO, 2004).

Essas considerações não implicam que a ordem social institucionalizada seja imutável, invariável e eterna e que os “sujeitos” estejam fadados a aceitar e reproduzir essas disposições. Bourdieu não corrobora com a concepção de que os agentes são meramente subprodutos da estrutura social, ou “partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob pressão de causas”. O autor entende que as estruturas de dominação (de gênero, classe e raça/etnia) e as relações de poder delas advindas não são processadas unicamente pelas vias macro-sociais (do Estado, da Família, da Escola para o indivíduo). Em seu referencial, o autor ressalta o aspecto micro-social, ou seja, os indivíduos também movimentam o conjunto de princípios que circulam na sociedade. Desta forma, Bourdieu (1999) se aproxima das análises relacionais apontadas por Scott (1990) e Saffioti (1994, 2001a).

¹¹ Nos Estados Unidos, uma média de 50% das mulheres são assassinadas pelo parceiro quando tentam a separação. (Soares, 2005).

Ao afirmar que as estruturas de dominação são produzidas por um intenso trabalho de socialização “difuso e contínuo” e ao refutar as análises substancialistas, Bourdieu já aponta a possibilidade de transformação de ordens simbólicas e objetivas, que transmitem e reforçam valores e esquemas de pensamento que resultam em relações onde alguns/algumas são inferiorizados/as e onde as diferenças corporais são justificativas para o cerceamento da autonomia.

Para esclarecer essa discussão é importante ressaltar que o *habitus* não se configura como uma estrutura fixa e imóvel, e nem determina uma homogeneidade de práticas sociais. De fato, a dinâmica de incorporação e reprodução do *habitus* se processa por meio de “*estruturas estruturadas e predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes*” e operam como “*princípios geradores de práticas distintas e distintivas*”. (BOURDIEU, 1996a, p.22). As diferenciações têm como fundamento a condição correspondente de que o agente ou o grupo desfrutam em um espaço e campo social determinado e em dada situação de “*oferta de bens e práticas possíveis*”.

O movimento feminista vem tornando públicas as oposições cognitivas e materiais, travadas há séculos por mulheres de diversos espaços sociais em busca de uma sociedade igualitária e é um exemplo consolidado de que é possível subverter a organização do mundo social inspirada na lógica dos padrões dominantes de gênero.

3. BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

3.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A tematização pública da violência doméstica teve início no Brasil a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 num período conhecido como “abertura política”, em que o país começava a sair gradualmente da ditadura militar, da opressão e da repressão das liberdades democráticas.¹²

As mulheres se configuraram como uma das forças sociais de resistência ao cenário político instaurado, atuando em prol da democratização dos processos decisórios, na luta armada, no movimento de Anistia dos/as exilados/as políticos/as e nas reformulações partidárias. (MORAES, 2003; TELES; MELO, 2003).

O feminismo contemporâneo brasileiro emerge nesse contexto associado à influência do feminismo internacional, de efervescência de diversos movimentos sociais, principalmente estudantis que buscavam um novo modo de fazer política e contestavam os tradicionais papéis patriarcais impostos pela sociedade burguesa, nos países europeus e nos EUA. (SCAVONE, 2008).

¹² A ditadura militar no Brasil ocorreu de 1964 a 1985 em um cenário de profunda concentração da propriedade fundiária e de precárias condições de vida para a maioria da população. Nesse contexto emergiam a organização de movimentos urbanos e do campo, movimento operário e sindical, movimentos estudantis, a Liga dos Camponeses, o Movimento Sem Terra, ativistas da Teologia da Libertação, dentre outros. Esses grupos constituíram uma das correntes da esquerda brasileira em conjunto com as matrizes marxistas e lutaram pela democratização da sociedade brasileira e contra a hegemonia norte americana. (MORAES, 2003).

Uma das principais referências teóricas do movimento internacional foram as idéias de Simone de Beauvoir expressas em “O Segundo Sexo”, livro publicado em 1949 e, “A Mística Feminina” de Betty Friedman, em 1963. (MORAES, 2003; SCHUMAHER, 2005).

No Brasil, a produção acadêmica sobre a mulher tem um marco histórico, a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, defendida em 1967, a qual inseriu no debate marxista a questão da opressão das mulheres. (PINTO, 2003).

Num contexto mundial de movimentação e pressão das mulheres em busca de outras formas de inserção social e pessoal, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a I Conferência Mundial da Mulher e instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher.¹³ (SCHUMAHER, 2005).

A legitimidade conferida pela ONU à questão das mulheres alargou espaços para a discussão e o estabelecimento de eventos públicos no Brasil, em uma conjuntura política permeada pelo cerceamento das liberdades democráticas.

Em junho de 1975, foi realizada uma atividade no Rio de Janeiro, apoiada pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com o lema “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. A pauta englobava questões relativas ao trabalho, à saúde, à educação, à legislação, à discriminação étnico - racial, dentre outros. Participaram do Seminário vários grupos de oposição à ditadura, inclusive grupos católicos. Na ocasião, foi

¹³ O evento foi realizado na cidade do México, com a presença de delegações de diversos países, incluindo o Brasil.

criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹⁴ (TELES, 2003; SARTI, 1998).

No mesmo ano, outro espaço ocupado pelas feministas acadêmicas de São Paulo, principalmente as ligadas à área da educação e às ciências sociais foi a participação na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte. O encontro foi um dos poucos espaços de debates no Brasil que conseguia driblar a censura do regime militar, graças à sua legitimidade acadêmica:

[...] Mas o que é importante reter aqui é que a reunião das mulheres nesse evento inaugura um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram: a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil. (PINTO, 2003, p. 62).

Ainda em 1975, foi criado em Londrina o periódico *Brasil Mulher*, abrindo à imprensa questões femininas e propondo a defesa pública do Movimento pela Anistia a todos os presos e perseguidos políticos. Em São Paulo, no ano de 1976, surge o periódico *Nós Mulheres*, publicação fundamental para disseminar as idéias feministas e o combate à discriminação. Foi a primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a se auto-proclamar feminista. Levantava bandeiras denunciando a dupla moral e a repressão sexual, como a opressão da mulher em todas as classes. Em seu primeiro

¹⁴ A proposta do órgão incidia em desenvolver pesquisas, reflexões e divulgação de problemas decorrentes da condição social das mulheres. O centro realizou uma pesquisa sobre violência contra a mulher na Baixada Fluminense, logo após sua instauração. O órgão funcionou de 1975 a 1979. (SAFFIOTI, 1998).

número, a questão étnico/racial esteve presente, sendo publicado o depoimento de uma mulher negra que denunciava o racismo no país. Alguns anos depois, em 1981, foi criado o jornal *Mulherio*, por iniciativa de um grupo de feministas de São Paulo ligadas à Fundação Carlos Chagas. A publicação teve grande legitimidade nos meios universitários, chegando a alcançar no terceiro número três mil assinaturas. Os volumes abordavam o trabalho doméstico, a situação da mulher negra e foi precursor da idéia da extensão da licença maternidade para os pais. (DUARTE, 2003; TELES, 2003).

Os jornais mencionados perduraram até 1979, 1978, 1987, respectivamente. As publicações fortaleceram as reivindicações feministas e trataram de questões polêmicas para o período, tais como: anistia, aborto, mulheres na política, sexualidade, a extensão da licença maternidade, racismo, entre outros. (DUARTE, 2003; TELES, 2003).

É essencial resgatar a intensa atuação das mulheres do movimento negro na luta pela redemocratização do país, na formação do feminismo brasileiro e na afirmação do racismo como variável das desigualdades, até mesmo entre as mulheres.

Lutando pela subversão da ordem patriarcal de gênero com o reconhecimento das especificidades étnico-raciais (corpo, saúde, trabalho, família), as mulheres negras organizaram-se e atuaram para a inclusão de políticas focalizadas no âmbito estatal. No Rio de Janeiro, em 1980 foi criado o

grupo Luiza Mahin¹⁵, segmento do Movimento Negro Unificado (MNU). Em 1982 e em 1983 foram criados em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, o Coletivo de Mulheres Negras. Em 1985, o Centro de Mulheres da Favela e Periferia do Rio de Janeiro.

É imprescindível destacar também que o feminismo brasileiro se desenvolveu por meio de uma articulação peculiar com as mulheres das camadas populares organizadas em Clubes de Mães e Associações de Donas de Casa. Esses movimentos de mulheres surgiram no início da década de 70 em diversas regiões do país, pautados por mobilizações e reivindicações vinculados ao acesso à creche, à moradia, a melhores condições de trabalho, entre outros, num cenário de urbanização e crescimento industrial no país.

O primeiro movimento de massas pós-64, o Movimento do Custo de Vida (posteriormente denominado Movimento contra a Carestia), responsável por aglutinar milhares de pessoas e fortalecer as lutas pela democracia, foi coordenado pelas mulheres da periferia de São Paulo.

[...] Num dos documentos elaborados por elas mesmas, há um relato de como tudo começou: “[...] aos poucos, as mães, conversando umas com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha. [...] Se ajuntar um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra,

¹⁵ Foi uma articuladora dos revoltosos na chamada revolta dos malês, um dos eventos mais emblemáticos da história da resistência negra na Bahia, em 1835. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007).

é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim encontrem uma verdadeira solução. Isso se deu ainda no governo Médici – de intensa repressão política. O Movimento ia crescendo, até que essas mães aproveitaram a declaração oficial de que 1975 era o Ano Internacional da Mulher para pôr as “manguinhas de fora”. (TELES, 2003, p. 79).

Os diálogos, as trocas de experiências dinamizadas entre o movimento de mulheres e de feministas foram constantes. Marcados por concepções plurais do fazer político, ambos apresentaram e fortaleceram um núcleo-tema comum: a contestação da lógica do patriarcado-capitalismo, inserindo as mulheres como sujeitos políticos no espaço público. (SAFFIOTI, 1988).

O movimento de mulheres reuniu força e experiência, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e começou a causar incômodo no interior dos sindicatos, na Igreja e nos movimentos sociais e políticos “[...] Em quase todas as reuniões uma mulher pedia a palavra e falava sobre a especificidade feminina.” (TELES, 2003, p. 100).

Nesse contexto, estabeleceu-se o embate entre os grupos políticos, e, em especial, entre as organizações da esquerda ortodoxa, de setores da Igreja Católica progressista, grande aliada na luta contra a ditadura. Para alguns grupos, o feminismo, a exemplo de negros e homossexuais, configurava-se como um sério desvio pequeno burguês, apolítico, além de constituir uma

ameaça à dominação masculina.¹⁶ Nessa vertente, o enfoque de temas taxados como “específicos” comprometiam a unidade operária e a luta pelas transformações gerais. (COSTA, 2005).

Contudo, subvertendo as resistências e as tradicionais formas de organização patriarcais reinantes no âmbito público e privado, marcadas pela assimetria e pelo autoritarismo, o feminismo brasileiro dos anos 70, em sua pluralidade, em suas múltiplas frentes, consolidou-se e revolucionou o espaço da política:

[...] em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política como o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua

¹⁶ A tensão à participação das mulheres em eventos e reuniões era tão intensa que a Frente de Brasileiros no Exílio ameaçou retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres estivessem participando das discussões feministas. (PINTO, 2003)

força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder e às formas em que é exercido (COSTA, 2005, p.2).

A articulação da plataforma feminista, assim como a de vários outros movimentos de mulheres, encontrou seu referente empírico e expressivo na crítica à “violência contra a mulher”. Sem marginalizar a denúncia da violência estatal, os grupos ressaltavam a violência sofrida pelas mulheres, principalmente aquela localizada no espaço doméstico e perpetrada por conhecidos, parentes e principalmente por maridos e (ex) companheiros das vítimas. (SUAREZ; BANDEIRA, 2002).

Uma das singularidades do movimento feminista brasileiro era sua forte associação com a defesa dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação (das mulheres). Ao passo que nos momentos iniciais, a movimentação feminista nos Estados Unidos e na França pautava-se nos direitos individuais, na liberdade sexual nos espaços amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se traduzir na autonomia das relações pessoais, de trabalho, no âmbito público. O movimento feminista brasileiro ressaltou desde a sua origem, nos anos setenta, a reivindicação pelos direitos sociais e a luta pela abertura democrática. (MACHADO, 2002; DINIZ, 2006).

A movimentação feminista de libertação das mulheres nos Estados Unidos (anos sessenta) e na França (anos setenta) enfatizava a liberdade sexual, denunciava que o corpo e o sexo feminino eram controlados pelos homens. Assim, a luta

pela liberdade sexual foi consentânea à denúncia da violação sexual e da relação sexual obtida à força pelo companheiro. Tratava-se de politizar o privado. Para o movimento feminista brasileiro, as palavras de ordem iniciais referentes à violência se deram em 1979 em torno da denúncia dos homicídios cometidos por maridos contra suas esposas. Menos que a reivindicação pela liberdade sexual, lutava-se pelo direito à sobrevivência e denunciava-se a impregnação dos valores culturais misóginos e discriminatórios nas leis do código penal e civil, e nas interpretações da jurisprudência. (MACHADO, 2002, p. 3).

A publicização de assassinatos de mulheres de camadas médias pelos (ex) companheiros e a denúncia da existência de um padrão continuado de defesa e impunidade dos assassinos, alicerçados na legítima defesa da honra consolidou formas instituintes de organização das feministas brasileiras. (ALMEIDA, 1998).

As mobilizações atingiram seu auge após 30 de dezembro de 1976, quando Doca Street, assassino de Ângela Diniz, (que não desejava mais a manutenção da relação) foi liberto com o argumento de legítima defesa da honra. As mulheres ocuparam as ruas, as praças, os tribunais, os meios de comunicação para publicizar a revolta contra a violência e o assassinato de mulheres não reconhecidos como crime por entidades da justiça criminal. A

primeira vitória nesta batalha concretizou-se com a condenação posterior do assassino.¹⁷

A denúncia de violências contra mulheres da classe média foi um fato histórico no enfrentamento da violência contra a mulher. No Brasil, fazia-se crer que as violências eram cometidas por homens negros e pobres, que agrediam as mulheres em decorrência do alcoolismo e da pobreza. A violência contra a mulher era considerada uma problemática de caráter puramente econômico. “[...] Transformada a sociedade brasileira, as desigualdades econômicas e sociais seriam eliminadas e tais problemas se equacionariam. Até lá... a mulher deveria permanecer calada” (TELES, 2003, p. 131).

As feministas não se silenciaram e através das campanhas “Quem ama não mata”, “O Silêncio é Cúmplice da Violência”, “Denuncie a Violência contra Mulher”, mobilizaram os grupos, de um lado, em torno de denúncia a diversas expressões de violência dirigidas à mulher, e por outro, voltaram-se para a criação de estruturas de apoio destinadas às mulheres que enfrentavam situações de violência. As primeiras formas de organização, de prestação de serviços ancoradas em iniciativas militantes, foram os SOS – Mulher. (ALMEIDA, 1988). Concebidos no II Congresso da Mulher Paulista (1980), por uma Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher¹⁸, os órgãos foram implantados em Recife, em 1978, em São Paulo, Campinas e Belo Horizonte

¹⁷ No livro “Os Crimes da Paixão”, Mariza Correa, baseada em pesquisa realizada na cidade de Campinas, em 1974, evidenciou como os argumentos de “legítima defesa da honra” e “crimes pela paixão”, inexistentes no Código Penal Brasileiro, eram utilizados pela defesa e legitimados pelo júri popular para absorver os acusados da morte ou tentativas de morte de suas companheiras.

¹⁸ O evento foi realizado na cidade de Valinhos (SP). A Comissão foi formada por representantes dos grupos feministas de São Paulo, Associação de Mulheres, Grupo 08 de março, Grupo Lésbico, Brasil Mulher e Centro da Mulher Brasileira. (Gregori, 2003).

(denominados Centro de Defesa da Mulher), 1980 e no Rio de Janeiro em 1981.¹⁹

Os SOS funcionavam de forma autônoma através de plantões de reflexão, campanhas públicas sobre violência e prestação de serviços (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita) para mulheres vítimas de violência. Os atendimentos eram dados por militantes e voluntárias em Psicologia e Direito. (GREGORI, 1992; SUAREZ; BANDEIRA, 2002).

Poucos anos depois, esses órgãos fecharam em decorrência de uma série de fatores, dentre eles, a falta de recursos materiais para a manutenção das entidades, a inexistência de uma rede de atendimento integrada, as divergências entre as feministas sobre o caráter do atendimento prestado (prática assistencialista/prestação de serviços x processo de conscientização/transformação das mulheres em militantes feministas) e por fim, o isolamento do SOS frente a outros grupos feministas e à sociedade em geral em prol do princípio da autonomia. (GREGORI, 1992; MONTEIRO; SORJ 1985).²⁰

¹⁹ Segundo Gregori (1992) a prática do SOS nasceu nos Estados Unidos e em países europeus como a Inglaterra e a França no início dos anos 1970. Nesses países até hoje a manutenção dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência em geral são prerrogativas dos movimentos sociais.

²⁰ O SOS Ação Mulher e Família, sediado em Campinas (SP), ainda existe como uma organização não-governamental configurando-se, atualmente, como entidade de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Mantém, desde 1987, convênio de cooperação com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sendo filiada à Federação das Entidades Assistências de Campinas (Feac) e tendo o apoio da Prefeitura Municipal, da Cruzada das Senhoras Católicas e dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. O atendimento não é só centrado na mulher vítima de violência, mas se estende a todos os membros da família, e, se necessário, a vizinhos, amigos, trabalho, escola. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/sosacaomulher/html/historico.htm>. Acesso em: 08 jun. 2008. A pesquisadora Josely do Carmo Benini realizou um estudo de caso sobre o órgão em dissertação de mestrado intitulada: "SOS: Ação Mulher de Campinas: população atendida e queixas apresentadas. Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP – 1995.

Maria Filomena Gregori, em pesquisa intitulada “Cenas e Queixas” a respeito do trabalho do SOS de São Paulo, relata:

[...] todo o problema se resumiu no fato do SOS não ter criado canais para que as “clientes” participassem e não ter aberto espaço para a redefinição das “estratégias” de atuação. Essa ausência de propostas de mobilização e de avaliação limitou as chances da entidade para sair de uma crise, o que acabou determinando o seu fim (GREGORI, 2003, p. 118).

Entretanto, com todos os desafios e fragilidades, a experiência do SOS foi determinante como canal de expressão para as mulheres vítimas de violência doméstica que não possuíam alternativas de apoio para superar a situação vivenciada, bem como guia de referência para serviços de atendimento na área de violência contra a mulher, implantados na década de 90, como os Centros de Referência da Mulher. (SILVEIRA, 2006).

Com a Anistia, em 1979, a reorganização partidária ²¹, à eleição direta de governadores em 1982, o movimento feminista ampliou-se, diversificou-se e adentrou em grupos partidários, sindicatos e organizações não-governamentais.

Convém salientar que muitas ativistas do movimento de mulheres se identificaram com as propostas de dois partidos legalmente reconhecidos e de oposição ao regime. O Partido Democrático Brasileiro – PMDB (sucedâneo do

²¹ Essa reorganização colocou fim no bipartidarismo presente na cena político partidária brasileira pós - 64. Dividia-se entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) composta por partidos de sustentação dos governos militares - União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PSB), Partido Republicano (PR) - e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de oposição ao regime. (MORAES, 2003).

MDB), e do recém-criado Partido dos Trabalhadores “[...] defensor do socialismo e da democracia e o mais avançado dos programas feministas.” (MORAES, 2005, p. 11), que em 1980 aglutinou militantes da esquerda armada, lideranças sindicais e movimentos de base influenciados pelos defensores da Teologia da Libertação. (SCHUMAHER, 2005).²²

Enquanto alguns setores feministas concebiam ser necessário ocupar partidos políticos e instâncias governamentais em um contexto de redefinição de políticas públicas, outros grupos compreendiam que a autonomia do movimento deveria ser mantida. Com a fragmentação do movimento em torno de distintos temas e a posição refratária à participação na instância governamental, algumas feministas dirigiram-se para o trabalho em organizações não-governamentais. (FARAH, 2004).

A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais impulsionou as feministas a reconsiderarem sua posição frente ao Estado na medida em que a possibilidade de propagar e integrar a política feminista era uma realidade. Outro elemento era o reconhecimento por parte do movimento dos limites de transformação de um aparelho patriarcal como o Estado, de ressignificação de mentalidades sem a articulação com mecanismos mais amplos de comunicação. Desta forma, a ação do feminismo, enquanto um movimento social organizado, associado a diversas entidades da sociedade brasileira, foi pressionar, fiscalizar e influenciar o Estado para a definição de políticas sociais e o desenvolvimento

²² Havia outros partidos de oposição à ditadura como o Partido Comunista, Partido Comunista Brasileiro e o Movimento Revolucionário 08 de outubro, mais conhecido como MR8, todos clandestinos. (TELES, 2003).

de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero, além da inclusão das mulheres como protagonistas no processo de formulação, da implementação e do controle das políticas públicas. (COSTA, 1995).

Nesse contexto, com a vitória de Franco Montoro - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o governo de São Paulo, foi criado em 1983 o primeiro órgão público estatal feminino no Brasil para fazer frente às reivindicações da igualdade de gênero, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF). O aparato de caráter consultivo, propositivo foi concebido por um grupo organizado e influente de feministas paulistas, ligadas ao PMDB.²³

Apresentava como diretriz defender a autonomia feminina com a elaboração de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado direcionadas por quatro eixos de atuação: trabalho feminino e a eliminação de discriminação em salário e emprego, saúde e direitos reprodutivos da mulher; creches e combate à violência. (LAIA, 2003).²⁴

Graças à atuação de ativistas do movimento negro no corpo técnico do Conselho foram realizados debates sobre a situação social das mulheres negras e a incorporação da opressão étnico/racial no conjunto das ações, culminando na criação da Comissão da Mulher Negra do CECF/SP.²⁵

²³ Para mais informações sobre a estrutura do Conselho e seu histórico, ver Amaral (2006), Laia (2003); Pinto (2003).

²⁴ As mulheres que formularam o plano de governo contaram com o apoio da Frente de Mulheres Feministas, o Pró-Mulher, a Casa da Mulher Paulista e militantes de partidos da frente eleitoral do PMDB como MR-8, PC do B, PCB. O decreto assinado pelo governador em 04 de abril de 1983 possuía uma versão significativamente alterada da proposta original apresentada pelas mulheres. (ALVAREZ, 1988).

²⁵ A representatividade negra no Conselho só foi viabilizada após reivindicações do Coletivo de Mulheres Negras perante a ausência de mulheres negras no órgão. Maria Aparecida Laia foi a primeira afro-descendente a assumir a presidência do CECF/SP, em 1995.

Posteriormente, a experiência de Conselhos, pioneira na América Latina, estendeu-se, estimulando a criação de estruturas semelhantes pelo país. Em Minas Gerais, o órgão foi implantado em 1983, pelo então governador Tancredo Neves - PMDB.²⁶

No tocante à violência, em 1984, foi instalado o Centro de Orientação Jurídica e de Encaminhamento à Mulher (COJE), dentro da Secretaria de Justiça, e em 1985, sob pressão do Conselho Estadual da Condição Feminina, o governo do Estado de São Paulo implantou a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, sob a chefia da delegada de polícia Rosemary Corrêa. As DEAMs, como ficaram conhecidas, foram criadas no âmbito das políticas de Segurança Pública com o intuito de prestar atendimento especializado à mulher em situação de violência de gênero.²⁷

Nos anos anteriores, as mulheres que recorriam às delegacias tradicionais experimentavam a vivência de uma segunda forma de violência, a humilhação, a incompreensão e o machismo. (BLAY, 2003). Os delegados e policiais banalizavam as denúncias apresentadas, desencorajando as mulheres a prosseguirem com as queixas. Não eram nada raros distintos questionamentos sobre a responsabilidade feminina pela agressão e violência sexual vivenciadas: “Será que você não preparou o jantar dele e ele ficou aborrecido?” “Não será por que você anda na rua de minissaia?” (TELES, 2003, p. 133).

²⁶ No mesmo ano foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), no Ministério da Saúde.

²⁷ O Decreto nº 23.769 de 06 de agosto de 1995 que criou a primeira delegacia da mulher determinava como competência do órgão a investigação e apuração dos delitos ocorridos contra pessoa do sexo feminino e crime contra os costumes. (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE); CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA, 1987).

Como resultado dessa situação, um índice pequeno de ocorrências era registrado, dificultando o dimensionamento e a denúncia da violência contra mulheres como um problema social e de segurança pública. Na ótica feminista, a implementação das DEAMs em diversas regiões do país viabilizaria um atendimento diferenciado às mulheres, estimulando-as a denunciarem seus agressores. (IZUMINO, 1998).

No Estado de São Paulo, em quatro anos, foram implantados 48 órgãos, de modo que, posteriormente, a quantidade cresceu significativamente. Entre 1990 a 1994, havia 124 unidades funcionando em todo o Estado (9 na capital, 11 na Grande São Paulo e 104 no interior do Estado).

No mesmo ano, em agosto de 1985, foi instituído o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), instituído pelo então Presidente José Sarney – PMDB com o objetivo de promover, em nível nacional, políticas para eliminar a discriminação da mulher. (LAIA, 2003; BLAY, 2003). Em sua primeira gestão (1985-1989), o CNDM estava articulado ao Ministério da Justiça e tinha uma estrutura deliberativa e executiva, semelhante a uma secretaria de estado, que lhe proporcionou ações mais efetivas nos campos da saúde, trabalho, legislação, violência e combate ao racismo.

A proposta de instauração do CNDM resgatou, de forma intensa, as posições divergentes prementes no âmago do feminismo relacionadas à possível perda de autonomia do movimento frente ao Estado. Contudo, em razão da atuação direta de algumas feministas na esfera de decisão e formulação das ações, o CNDM de fato se consolidou como organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas específicas para as mulheres e,

contradizendo o temor de muitas feministas, consubstanciou-se na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe rendeu a legitimidade de toda a sociedade. (COSTA, 2005).²⁸

O CNDM desempenhou papel fundamental para a conquista de direitos das mulheres e para transformações das relações de poder, em 1988, no processo de promulgação da Constituição, um marco na história do país. A ampla articulação do CNDM, com o movimento feminista, com as associações de mulheres e com “bancada feminina” suprapartidária, criada pelas 26 deputadas do Congresso Constituinte denominada “lobby do batom” foi responsável pelo acolhimento das propostas feministas na Constituição Federal.

Com o slogan “Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher” e o uso da estratégia feminista “de ação direta de convencimento dos parlamentares”, o movimento conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, tendo sido o setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou”. (COSTA, 2005, p. 5).

Uma das ferramentas estratégicas para a aprovação das prerrogativas feministas foi a “Carta das Mulheres”, documento escrito por feministas e entregue pelo CNDM ao Presidente da Assembléia Constituinte, Ulisses Guimarães (PMDB), com agenda ampla de reformas e garantias, objetivando aprofundar os direitos democráticos e a criação de uma sociedade com menos exclusão social. A carta apresentava originalidade em dois aspectos: no

²⁸ Nos vinte e três anos de existência, o CNDM teve suas funções e atribuições modificadas, sendo quase extinto em 1990 em decorrência da Medida Provisória 150 que excluía sua autonomia administrativa e financeira.

tocante à violência contra mulheres, redefinia o conceito de estupro e seu enquadramento penal, e a solicitação da criação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres em todos os municípios do país. (PINTO, 1994; SCAVONE, 2008).²⁹

A Constituição Federal inclui no Artigo 226, que aborda a família, um parágrafo escrito por orientação do movimento de mulheres, reconhecendo que “[...] O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.” (BARSTED, 2006, p. 71).

²⁹ Essa dinâmica acompanhou as conquistas do cenário internacional, decorrentes das Conferências da Mulher realizadas no México em 1975, em Copenhague (1980) e Nairóbi (1985), nas quais a violência de gênero passou a ser abordada como problemática a ser assumida pelos Estados participantes e signatários dos documentos produzidos nos encontros. (HERMAMM, 2002).

3.2 A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

No bojo do processo de democratização da sociedade brasileira, de conquistas obtidas com a Constituição e da ratificação pelo Estado Brasileiro de tratados internacionais, alguns estados e municípios com articulação feminista previram em leis orgânicas a criação de órgãos específicos de proteção às mulheres vítimas de violência, especialmente na modalidade doméstica. (BARSTED, 2006; HERMANN, 2002).

Em meados dos anos 80 e início da década de 90, foram criados em algumas regiões do país órgãos específicos de atendimento, como as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), as Casas - Abrigo e os Centros de Referência da Mulher, bem como foram alteradas as legislações referentes à temática.

As DEAMs foram as primeiras ações estatais implantadas e as que mais se disseminaram pelo país. Atualmente, existem 403 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, distribuídas de forma bem desproporcional nas diferentes regiões. O número de equipamentos é extremamente reduzido, cobrem apenas 10% do total de municípios brasileiros. Do total das entidades, 193 unidades (47,9%) estão concentradas no Sudeste³⁰, 67 (16,6%) na região Sul, 65 (16,1%) no Nordeste e 39 (9,7%) no Centro-oeste e Norte.

³⁰ Dentre as 193 unidades, 131 estão concentradas no Estado de São Paulo, conforme informações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na seção referente a atendimentos específicos para mulheres. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/gerenciamento/atendimento_mmulher.php?uf=SP. Acesso em 07 jul. 2008.

A proposta feminista, inédita em toda a América Latina³¹, de implantação das DEAMs, pressupunha que um aparato especializado composto majoritariamente por delegadas e agentes policiais femininas (escrivãs, investigadoras) seria o local adequado para que as mulheres pudessem denunciar sem constrangimentos a violência física, psicológica e/ou sexual, vivida e mantida em silêncio, na invisibilidade social. (IZUMINO, 1998).

Para tal, o movimento feminista elegeu como princípio fundamental a formação em Relações de Gênero para toda a equipe das DEAMs. Mas, até hoje, nenhuma legislação sobre as delegacias da mulher abordou a formação ou capacitação sob a perspectiva de gênero para os/as policiais titulares. Além disso, a Academia de Polícia, nunca integrou em seu currículo um curso específico sobre a temática. As raras capacitações constituídas pelo Conselho Estadual da Condição Feminina e por algumas ONGs de mulheres às policiais foram resultados da vontade política de algumas policiais em postos de coordenação dos trabalhos das delegacias. (SANTOS, 2001).

Como conseqüência, diversos estudos (BRANDÃO, 2006; BOSSELI, 2003; IZUMINO, 1998; SOARES, 1999) explicitam as dificuldades das/os agentes policiais para compreender a dinâmica da violência contra mulheres, culminando na reprodução das experiências discriminatórias das delegacias comuns. O fato de ser mulher policial e trabalhar nas DEAMs não implica que as profissionais compreendam as lógicas produtoras das relações violentas entre homens e mulheres uma vez que estão inseridas/os e interiorizam a

³¹ As DEAMs foram replicadas em vários países. Atualmente, além do Brasil, existem serviços policiais especializados no atendimento de mulheres na Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru, Equador, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Espanha, Paquistão e Índia. (BRASIL, 2006a).

mesma estrutura cultural das relações de gênero dominante. (BANDEIRA, 2003).

O processo de constituição das DEAMs foi marcado por discriminações sexistas tanto de policiais do sexo masculino, quanto de policiais do sexo feminino. (SANTOS, 2001). No interior da estrutura policial, campo hegemonicamente masculino³², o fato de as DEAMs serem chefiadas e atenderem como público-alvo mulheres em situação de violência, principalmente doméstica, repercutiu negativamente no reconhecimento das entidades.

As delegacias ficaram conhecidas no jargão policial como “cozinha da polícia”, “delegacia seca”, “delegacia de papel”. (SILVA, 2001b; SOARES, 1999).

Elas são bem vistas pela sociedade, mas “interna corporis” são vistas pelos colegas e funcionários como uma delegacia de menos importância, embora os policiais ocupantes de cargos de direção e comando reconheçam a grande quantidade de trabalho e sua necessidade. Porém, funcionárias são lotadas a contra gosto, muitas vêm de

³² Antes da inauguração da DEAM/SP e da obrigatoriedade imposta pelo decreto estadual de que os órgãos deveriam ser chefiados por mulheres, existiam apenas 15 delegadas de polícia no Estado. Em fevereiro de 1999, eram 388, no universo de 3102 delegados/as de polícia, em janeiro de 2003, 441, no universo de 3014 delegados/as. (MASSUNO, 2002; SANTOS, 2001). De acordo com Santos (2001), vários delegados declararam-se contrários à implantação das entidades.

'castigo' e não possuem capacitação adequada, enfim, é uma delegacia relegada a segundo plano.³³ (SILVA, 2001b, p. 16).

A marginalização das DEAMs na estrutura policial e a falta de comprometimento do poder público para com as entidades foram comprovadas em estudo recente denominado "Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher", coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A pesquisa, realizada em 2003/2004, teve como base questionários aplicados em 289 das 340 DEAMs em funcionamento no período, ou seja, 85% do total no país.

No tocante aos recursos humanos, verificou-se a existência de um total de 3.093 profissionais, sendo 2.138 do sexo feminino (69% do efetivo) e 955 do sexo masculino. As DEAMs atendem um público bastante heterogêneo, não sendo aparatos específicos de atendimento às mulheres vítimas da violência de gênero: 64% das DEAMs atendem crianças e adolescentes; 19% atendem homens heterossexuais, 22,4%, homossexuais masculinos e 26,2%, homens idosos.³⁴

³³ Depoimento de uma delegada obtido na Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Ver Silva (2001).

³⁴ Em 1996, no governo Mário Covas, de acordo com Santos (2001), o Decreto nº 40.693/96 não só ampliou as atribuições das delegacias da mulher, como também lhes forneceu uma nova caracterização. Além dos crimes contra a mulher, essas delegacias passaram também a investigar e apurar os delitos contra a criança e o adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A autora enuncia que, em um debate sobre a expansão das atribuições das delegacias da mulher, realizado na Assembléia Legislativa de São Paulo no início de 1996, uma parcela significativa de delegadas titulares de delegacias da mulher defendeu a ampliação de sua competência, inclusive com o acréscimo de crimes de aborto e infanticídio, temendo a extinção de tais delegacias,

Com relação à estrutura física: 32,58% das DEAMs do país não têm sequer armas de fogo, 20,60% delas não dispõem de uma linha telefônica convencional direta, 19,10% não têm viaturas e para 74,16% delas não foram disponibilizados coletes à prova de bala.

Em análise da “Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres”, realizada no ano de 2000, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Silva (2001b)³⁵ evidenciou a revolta de muitas delegadas perante a marginalização das DEAMs na corporação policial:

Apesar de existir há 15 anos, as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher não são vistas como de grande importância na estrutura policial e sempre somos preteridas quando há a distribuição de material e pessoal. A unidade policial de M. por exemplo, não dispõe de viatura policial desde sua inauguração (5 anos) e recentemente foram distribuídas 100 viaturas para a polícia civil do DEINTER, mas não recebemos nenhuma, ficando comprovada a forma como as DPDMs são tratadas. (SILVA, 2001b, p. 20).

Outro aspecto explicitado nas pesquisas citadas incide no significativo índice de DEAMs que realizam práticas fora dos procedimentos policiais típicos previstos. No estudo efetivado em 2004, 56,4 % de delegadas/os relataram

³⁵ Das 307 DEAMs existentes na época da investigação, 267 participaram do estudo.

realizar atividades de mediação de conflito, 56,2% práticas de conciliação, 50,9% atividades de orientação jurídica e 35,9 % atividades de prevenção da violência doméstica e de gênero. SILVA (2001b) constatou um número muito superior de delegacias que adotam práticas extrapoliciais: 93,63% das delegadas afirmam fazer aconselhamento, 71, 2% afirmam realizar atendimento *lacto sensu* de denúncias e queixas que não são computadas em Boletim de Ocorrência (B.O) e 55, 43% delas relatam ministrar palestras em escolas.

Ao cruzarmos os dados das diversas atribuições desempenhadas nas DEAMs com a estrutura de recursos humanos, explicitamos as dificuldades para uma intervenção adequada no âmbito das entidades. No tocante à equipe multidisciplinar, o levantamento do “Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher” enunciou que 60% das delegacias não contam com assistentes sociais e/ou psicólogos, somente 10,86% e 11,98 %, respectivamente, possuem essas profissionais no corpo técnico. Uma média de 30% das DEAMs não têm salas de triagem, 75% não possuem salas destinadas à assistência social, 68% não possuem salas de atendimento psicológico e 59% não possuem salas destinadas à orientação jurídica. (BRASIL, 2004). No tocante à violência de gênero, verifica-se a ausência de formação dos/as profissionais/as sobre a problemática “[...] Arrolando os temas de cursos pelos quais os funcionários das DEAMs já passaram na sua vida profissional, verificamos que a maior parte nunca passou por nenhum curso de capacitação [...]” (BRASIL, 2004, p. 22).

Ao longo dos anos, as DEAMs vêm combinando funções policiais com trabalho psicoassistencial e extrapolicial. As escritãs, investigadoras e

delegadas efetuam boletins de ocorrência, o encaminhamento das queixas e o trabalho investigativo concomitante à escuta, o aconselhamento das mulheres, bem como a conciliação de casais.

Nessa dinâmica, as/os profissionais tendem a responsabilizar as mulheres pelo desvirtuamento, pela manipulação do trabalho policial e pela apatia do cotidiano das delegacias, uma vez que o trabalho de investigação – valorizado dentro da corporação policial e para a qual foram treinadas/os, – é marginalizado, substituído pelo trabalho assistencial e conciliatório.

[...] Trata-se de um trabalho considerado morto, perdido. O que mais incomoda as agentes policiais é a sua impotência diante dos casos de violência conjugal. Esse fenômeno começa e se desenvolve de forma invisível para elas, e quando ganha dimensão policial, ainda assim não está completamente a seu alcance. A vítima pode retirar a queixa, nos casos previstos pela lei, e transformar todo um trabalho de investigação, quando efetivamente existe, e de tomada de depoimentos, em trabalho morto. Essa frustração é marcante para a caracterização da auto-avaliação das delegadas, e mostra a diferença entre a auto-identidade da instituição (polícia judiciária) e a identidade atribuída pela “clientela”. (RIFIOTIS, 1995, p. 17).

Frente a estas considerações, (SILVA, 2001b) indaga: Cabe às DEAMs compatibilizar práticas de repressão e punição com prevenção e atendimento às vítimas de violência como enunciavam as propostas feministas nos anos

1980? Imprimir um papel estritamente policial às delegacias de mulheres ou transformá-las em centros integrados de atendimento às mulheres vítimas de violência com condições efetivas de funcionamento? Tendo em vista que as DEAMs vêm respondendo às demandas psicossociais apresentadas pelas mulheres, é imprescindível situarmos o caráter que se deseja formatar ao trabalho das DEAMs.

Qualquer que seja a decisão é fundamental reequipar estas entidades tanto em termos físicos, tecnológicos e de recursos humanos, pois, atualmente, elas desenvolvem, em grande medida, tanto o papel policial quanto o social – mas não possuem condições estruturais para oferecer às comunidades serviços de qualidade em decorrência das fragilidades que as atingem.

Na visão de Suarez e Bandeira (2002), as DEAMs, embora nem sempre bem-sucedidas e sempre mal apoiadas pelas instâncias superiores do sistema de justiça criminal, ocasionaram positivos impactos na sociedade uma vez que vêm exercendo um papel essencial na ritualística jurídico-legal, na captação de dados, e, principalmente, no retorno do investimento político, que beneficiou, concretamente, muitas mulheres, e simbolicamente, todas.

É essencial frisar que a implantação das DEAMs beneficiou as mulheres mais excluídas:

[...] visto que a nova instituição teve como clientela privilegiada mulheres que, não sendo das classes médias e altas, careciam de acesso aos atendimentos jurídicos, médicos, psicológicos e outros serviços necessários para garantir sua

integridade física e moral.” (SUAREZ; BANDEIRA, 2002, p. 299).³⁶

As autoras apontam a emergência do aperfeiçoamento das entidades no tocante ao investimento humano e material, bem como a superação do isolamento das mesmas do sistema policial, mas enfatizam que as DEAMs inovaram em comparação às outras delegacias, ao admitirem a mediação como recurso eficaz e legítimo. Enfatizam que a prática da conciliação constitui valioso elemento na administração dos conflitos interpessoais, à proporção que diminui a ameaça de os conflitos administrados terem desdobramentos violentos.

Em que pesem as dificuldades e as necessidades de comprometimento do poder público, as DEAMs configuram-se como a principal política pública de atendimento à violência doméstica no país. A criação das delegacias tem contribuído para a construção da cidadania de gênero no país, cidadania esta que reconhece as posições sociais hierárquicas em função do sexo e fomentam a igualdade de direitos, incluindo o direito a terem direitos e o direito de terem acesso à justiça. (SANTOS, 2001).

Em âmbito nacional, os dados evidenciam que, com a instauração das DEAMs, houve um aumento da violência denunciada, uma vez que as mulheres se sentiram mais encorajadas a publicizar as diversas agressões sofridas. Logo em seu primeiro ano de existência, a DEAM de São Paulo, por exemplo, computou, sozinha, duas vezes mais ocorrências de mulheres vítimas de violência do que em todas as delegacias gerais da cidade. Nas primeiras,

³⁶ Não é demais esclarecer que o fato em hipótese alguma consubstancia a violência doméstica como prática existente nas classes populares, ocorre, entretanto, que as mulheres de classe média e alta possuem alternativas diferenciadas para resolver a vivência da violência.

foram registrados 7.000 casos e nos distritos policiais 3.000. (IZUMINO, 1998; SANTOS, 2001).

As lesões corporais e as ameaças configuram-se como os crimes mais denunciados pelas mulheres nas DEAMs, em geral praticados pelos (ex) companheiros. Contudo, distintas pesquisas (ARDAILLON; DEBERT, 1987; AZEVEDO, 1985; BOSSELI, 2003; BRANDÃO, 2006; DEBERT; OLIVEIRA, 2007; IZUMINO, 1998; MUNIZ, 1996; SOARES, 1999; SORJ, 2002) enunciam grandes disparidades entre os registros de Boletins de Ocorrência e a instauração de inquéritos policiais. Em São Paulo, no período de 1985 a 1989, do total de 8.493 de boletins de lesões corporais efetuados, segundo Izumino (1998), apenas 52, 13% dos 4.662, foram traduzidos em inquéritos policiais. Em 1993, menos de 12% do total de atendimentos realizados nas cinco delegacias do Rio de Janeiro converteram-se em medida judiciária e foram encaminhados ao Ministério Público. (SOARES, 1999).

Várias questões estão associadas à ocorrência de tal fenômeno, a fragilidade dos instrumentos legais de punição da violência doméstica, a resistência do sistema judiciário em criminalizar tal modalidade de violência, a ausência de uma política integrada de serviços, bem como a rejeição por parte das mulheres de punição legal para os companheiros.

As mulheres procuram recursos externos, como as delegacias, quando se deparam com uma situação em que não possuem mais condições para tolerar o tratamento recebido, e o limite diverge de caso para caso. Por diversos motivos como medo, dependência emocional/financeira das mulheres em relação a seus cônjuges, a afetividade envolvida na relação, a deficiência do sistema judicial, como também a valorização positiva de um modelo de

família e de casamento, muitas mulheres (mas não da absoluta maioria, e nem na absoluta maioria das circunstâncias) solicitam a suspensão da queixa criminal. (MACHADO, 2001).

A procura pela DEAM em geral é revestida pela confiança de que uma intervenção em nome do poder público, uma convocação policial aos companheiros, uma “conversa”, uma “prensa”, um “susto” podem frear a escalada da violência e levar à renegociação do pacto conjugal. (BRANDÃO, 2006; SORJ, 2002; MACHADO, 2001).

A refração à efetivação da denúncia e à punição dos companheiros, a “demora” em procurar ajuda, “as idas e vindas” são recorrentemente objetivadas no imaginário social como conivência das mulheres com a vivência da violência, expressas cotidianamente em “célebres” frases como: “é mulher de malandro, gosta de apanhar”, “Taí, apanha, mas engravida dele”, dentre outras.

No espaço social das delegacias especializadas, os referenciais não são distintos, com poucas exceções, as/os agentes policiais e as/os delegadas realizam julgamentos estereotipados sobre as mulheres vítimas de diversas ordens de agressões.

Em pesquisas realizadas com funcionárias/os das DEAMs, Brandão (2006), Bosseli (2003) e Lima (2002) constataram dois modelos interpretativos do perfil das mulheres: de um lado, as rotuladas como “sem vergonhas”, “as que dão moleza pros caras”, “as que merecem”; e, de outro, àquelas que são consideradas “pobres coitadas”, “vitimizadas”, “assujeitadas” pela dependência emocional e econômica, impossibilitadas da opção de penalizar os maridos.

O fato de muitas mulheres não denunciarem o marido quando este comete o primeiro gesto ameaçador, vêm gerando questionamentos (por que só agora a senhora veio à polícia?) e dúvidas a respeito da manutenção da queixa nas DEAMs. Essas questões pesam na decisão a respeito da validade da abertura de um inquérito policial. (ARDAILLON; DERBET, 1987).

Muitas vezes, a orientação para que as mulheres desistissem (desistam) do inquérito partia (parte) das próprias policiais. Por meio do uso de argumentos de manutenção da harmonia familiar, da fragilidade dos instrumentos legais as vítimas, em sua maioria, eram (são) aconselhadas a evitar um “inquérito capenga”. Comumente eram (são) expostos dois aspectos “técnicos” tendenciosos à materialização da suspensão: primeiro, a ausência de testemunhas nos crimes de ameaça; e segundo, a não-gravidade da lesão, conferida pelo IML, nos crimes de lesão corporal.

A cada “suspensão”, o discurso policial que anuncia “são todas iguais” e “sempre voltam atrás” é reforçado. Trata-se de um jogo perverso, pois se há uma crítica enfática à atitude da vítima que se posiciona espontaneamente favorável à suspensão da queixa, destituindo-a de credibilidade e generalizando sua conduta às demais mulheres que acionam a DEAM, tal crítica convive com mecanismos mais ou menos sutis que dirigem outras para o mesmo caminho. (BRANDÃO, 2006, p. 9).

Importante analisar a dinâmica de resolutividade dos casos de violência doméstica, como por exemplo, o processo de arquivamento, “engavetamento” de boletins de ocorrências e de inquéritos no âmbito das delegacias, associada à ineficácia do sistema judicial no que se refere à punibilidade dos acusados e à ausência de estruturas de atendimento e acolhimento às mulheres.

A legislação vigente até 1995, ano de promulgação da Lei 9.00/95, não imputava a suspensão da queixa como procedimento legal. Os delitos mais acionados pelas mulheres às DEAMs, lesão corporal e ameaça, eram julgados pelo Código Penal e o Código do Processo Penal de 1940.³⁷ Diante do registro da ocorrência, a/o delegada/o deveria abrir o inquérito policial, solicitar o exame de corpo de delito, convocar o agressor e as testemunhas para prestarem depoimento. Após estes procedimentos, o processo era encaminhado ao Ministério Público para o oferecimento da denúncia. (ARDAILLON; DEBERT, 1987). Importante destacar que nesse período, o crime de lesão corporal era de ação pública incondicionada, ou seja, o Ministério Público, conhecedor do crime através do inquérito policial, oferecia a denúncia independentemente da

³⁷ O Código Penal determinava uma distinção entre as lesões de natureza leve, grave e gravíssima: **Lesão corporal (de natureza leve)** - artigo 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena: detenção, de 3 meses a 1 ano. É leve a lesão que compromete as ocupações habituais da vítima por menos de 30 dias. **Lesão corporal de natureza grave** - artigo 129, parágrafo 1º - se resulta incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro sentido ou função; aceleração de parto. Pena: reclusão, de 1 a 5 anos. Artigo 129, parágrafo 2º - se resulta em incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto. Pena: reclusão de 2 a 8 anos. **Lesão corporal seguida de morte** – artigo 129, parágrafo 3º - se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. (BRASIL, Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

vontade da vítima, desde que existissem provas da materialidade e vestígios de autoria suficiente. (CAMPOS, 2003a).³⁸

Entretanto, pelos motivos apontados, a maioria das ameaças e lesões leves não chegavam ao Judiciário, eram mediados e conciliados na própria DEAM. “[...] Então, mesmo havendo a obrigatoriedade do inquérito e da denúncia, o fato é que, em certa medida, as Delegacias realizavam o desejo da mulher de “suspender o processo”. (CAMPOS, 2003a, p, 41).

A “eficácia” dessa dinâmica se devia ao fato de que as profissionais das delegacias especializadas imprimiam uma pressão policial, uma intimidação aos acusados para que abandonassem as práticas violentas, culminando em diminuição do crime de lesão corporal e crescimento do crime de ameaça no período de vigência dessa lei. (SORJ, 2002; CONRADO, 2001, SAFFIOTI, 2004).

Em 26 de setembro de 1995, houve uma significativa e trágica alteração da penalidade e operacionalidade dos delitos associados à violência doméstica. As conciliações informais efetuadas nas DEAMs foram oficializadas no Poder Judiciário. (DEBERT, 2007).

A maioria dos crimes praticados no âmbito familiar e doméstico (ameaças, lesão corporais leves, injúria) passaram a ser cobertos pelos Juizados Especiais Criminais (JECRIMns) criados pela Lei 9.099. Com a orientação de tornar a justiça menos burocrática, mais acessível à população e alicerçada no consenso, a nova lei passou a tratar de crimes e contravenções

³⁸ Segundo Izumino (1998), muitas mulheres desconhecedoras da ilegalidade da retirada do inquérito policial reduziam a importância e a gravidade da lesão frente aos juizes. Relatavam que o relacionamento voltara ao normal, objetivando que os agressores não fossem condenados.

consideradas de “menor potencial ofensivo”, com penas inferiores a um ano de reclusão. (IZUMINO, 2003).

A Lei 9.099/95 originou-se de um movimento de auto-reforma do Poder Judiciário brasileiro, apoiando-se no paradigma do Direito Penal Minimalista, “que considera o direito penal como *ultima ratio*. A Lei, então, traduz um sentimento e um discurso de redução do sistema punitivo clássico.” (CAMPOS, 2003a, p, 2).

Dessa forma, propôs como medidas a extinção da punibilidade, a suspensão condicional do processo (no lugar do *sursis* após a condenação) e substituição das penas de privação de liberdade por penas de caráter alternativo (compensações pecuniárias e serviços comunitários), que passaram a ser definidas em audiências nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. (IZUMINO, 1998).³⁹

Na ótica de Campos (2003a), as diretrizes da lei foram concebidas na crença de que o Poder Judiciário tivesse condições de dar mais rapidez aos delitos concebidos como “irritantes”, de caráter esporádico, a exemplo de brigas de vizinhança, delitos de trânsito, que emperravam o andamento do julgamento dos “crimes maiores”. Assim, os JECRIMns liberariam o Poder Judiciário para processar os crimes de maior gravidade.

³⁹ O Boletim de Ocorrência (B.O) foi substituído pelo “Termo Circunstanciado” (T.C), uma espécie de resumo da ocorrência, elaborado unicamente pela declaração da ocorrência firmada pela vítima (sem oitiva das testemunhas), acompanhado do laudo pericial (em casos de lesão). O T.C era remetido ao Juizado para a efetivação da audiência de conciliação e julgamento. (PANDJIARJIAN, 2002; SANTOS, 2001; CONRADO, 2001). Outro aspecto a ser mencionado incide na obrigatoriedade da representação da vítima nos crimes de lesão corporal. Caso não houvesse interesse da vítima em processar criminalmente o agressor, o Termo Circunstanciado (TC) não era encaminhado ao Juizado.

Com a instauração da lei, os JECRIMs feminilizaram-se⁴⁰ a grande demanda dos casos julgados diziam respeito à violência endêmica e ritualizada, cometida por homens contra as mulheres, em especial no espaço intrafamiliar. (CAMPOS, 2003a).

Na concepção de Machado (2001), as multas e cestas básicas imputavam uma banalização mercantil à violência doméstica, que muitas vezes trazia prejuízos à própria vítima, uma vez que o companheiro era também co-responsável pelo sustento familiar, além de descaracterizar em absoluto qualquer ação, ou qualquer ritual de reparação relacionado à violência contra a mulher. No período de vigência da lei, a autora aponta a negligência no encaminhamento dos agressores a ações públicas de reabilitação e reeducação.

Transcrevemos abaixo uma conciliação realizada no JECrim de Campinas, analisada por Debert; Oliveira (2007, p. 11).

[...] Temos aqui um caso vindo da delegacia da mulher. As versões sobre o fato relatado na delegacia são versões conflitantes. Não posso saber como ocorreu realmente. Não estava lá para saber. Tudo bem que temos os exames do IML para provar que houve lesão, mas não temos testemunhas para saber como ocorreu. Não tenho como saber quem está certo, é a sua versão contra a dela. Antes de tudo, quero explicar que se esse caso for levado adiante, as conseqüências não serão muito bombásticas. Além disso,

⁴⁰ Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, em 1999, os JECRIMs foram responsáveis pelo julgamento de mais de 30.000 processos. Destes, segundo Campos (2003), mais de 70% referiam-se a questões domésticas e conjugais.

vocês com idade superior a minha deveriam saber resolver isto sozinhos. Acho uma atitude correta ir até a DDM, nada justifica ele agredir a senhora, mas é um caso que se for levado prá frente só trará mais dor de cabeça.

Segundo Campos (2003b), a conciliação instigada consubstanciava a dominação masculina, a posição do agressor uma vez que aderira a ideológica crença na equidade ou situação de igualdade entre mulheres e homens perante a Justiça.

A manutenção da harmonia familiar em detrimento da autonomia e a vida das mulheres era a tônica de várias audiências de conciliação efetuadas no Brasil afora. O viés conservador e discriminatório de juízes, promotores, defensores públicos reforçaram o arquivamento massivo dos processos (90% dos casos), a insatisfação das mulheres e a “reprivatização” da violência doméstica, implicando um retrocesso das lutas feministas para a politização da violência no espaço público.

Graças às reivindicações do movimento feminista e de mulheres, este cenário foi alterado em 07 de agosto de 2006 com a promulgação, pelo Presidente Lula, da Lei 11.340\06, mais conhecida como Lei Maria da Penha.⁴¹

⁴¹ A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor Marco Antonio Herredia, condenado. Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, professor universitário, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Hoje, está em liberdade.

A referida lei estabelece a criação de Varas Criminais ou Juizados de Violência Doméstica, a eliminação do pagamento de cestas básicas, de penas pecuniárias e altera o status da violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo, referenciada na Lei 9099/95. Tipifica a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos e reconhece a violência psicológica como forma de violência. Propõe penalidades como a prisão do agressor e o encaminhamento para programas de recuperação e reeducação. Muitos debates estão sendo travados para o alcance de um patamar de consenso sobre a interpretação da lei e para o comprometimento dos vários setores envolvidos (Ministério Público, Delegacia Especial de Defesa da Mulher, Polícia Militar e Civil, Secretária da Saúde, entre outros) para o cumprimento da mesma.

No âmbito das políticas públicas, a violência esteve centrada no viés policial e judicial. A implantação de atendimento policial especializado não implicou necessariamente a criação concomitante de outros serviços, essenciais, para a materialização de política pública consistente. Essas deficiências têm desembocado na denominada rota crítica expressa por Camargo e Aquino (2003, p. 41) como “[...] exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas preventivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor [...]”

Ainda hoje, uma grande parcela de mulheres tem acesso à DEAM para realizar a denúncia, mas após a efetivação dos procedimentos legais são

obrigadas a retornar para casa com a ocorrência embaixo do braço, sob risco de sofrer novas agressões ou serem mortas pelos companheiros. (DAGORT, 2002). As próprias delegadas ficavam (ficam) de “mãos atadas” com a inexistência de infra-estrutura, como Casas - Abrigo para garantir a segurança das mulheres vítimas de violência, restando como alternativa a não instauração do inquérito e o retorno das mulheres à residência.⁴² (SAFFIOTI, 2004).

O movimento de mulheres reagiu ao isolamento das Delegacias de Defesa da Mulher, ao atendimento centrado na perspectiva policial, reivindicando ao Estado a promoção de políticas integradas para um atendimento mais eficiente junto às mulheres, englobando a criação de abrigos, centros de referência, defensorias públicas, serviços na área da saúde, geração de trabalho e renda, entre outros.

Os primeiros abrigos implantados no país resultaram da articulação de organizações feministas e da ampliação da interlocução com governos estaduais e municipais das cidades de São Paulo, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Maceió e Belo Horizonte, nos quais as políticas públicas para as mulheres passaram a incorporar a agenda política. (ROCHA, 2007).

Importante destacar que as experiências de órgãos de atendimento às mulheres em nível nacional, Casas Abrigo, Centros de Referência da Mulher, Coordenadorias de Políticas para as Mulheres, foram elaboradas em sua maioria por mulheres feministas organizadas dentro do Partido dos

⁴² As delegadas sofriam também pressões para arquivar processos em casos de agressões leves ou levíssimas da Corregedoria da Justiça, com vistas a agilizar o funcionamento da Justiça. (ARDAILLON; DEBERT, 1987).

Trabalhadores e concretizadas principalmente em governos petistas (GARCIA, 1988; GODINHO, 1988).

O Centro de Convivência de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (COMVIDA), vinculado à Secretaria de Segurança Pública, criado em 1986 no Estado de São Paulo foi a primeira experiência de Casa - Abrigo no país. Funcionava em um local sigiloso e oferecia assistência social, psicológica e jurídica para mulheres e filhos até 12 ou 14 anos, por um período de 90 dias. O serviço foi fechado após três anos de funcionamento e reinaugurado em 1992, devido à pressão do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. (SILVEIRA, 2006).

Em 1990 e 1991 foram criadas as Casas - Abrigo de Santo André e a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth, em São Paulo. ⁴³ As três experiências incluindo o COMVIDA foram essenciais para dimensionar o grau de dificuldade da implantação deste projeto no interior da máquina pública. (SILVEIRA, 2006).

A Casa Viva Maria de Porto Alegre foi criada em 1992, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e a Casa do Caminho em Fortaleza, em dezembro do mesmo ano. Em 1993, inaugura-se a Casa Abrigo no Distrito Federal e, em São Luís do Maranhão, em 1995. Em Belo Horizonte a Casa Abrigo Sempre Viva foi instituída em 1996. ⁴⁴

⁴³ As duas primeiras foram desativadas em 1992 e reabertas em 1997 e 2001 respectivamente. (SILVEIRA, 2006).

⁴⁴ Para maiores informações sobre a estrutura das Casas - Abrigo citadas e experiências internacionais de Casas - Abrigo ver Aboin (2002). Neste a autora afirma que nos Estados Unidos, as casas - abrigo para vítimas de violência doméstica em sua maioria são organizações sem fins lucrativos oferecidos por organizações de mulheres, que também mantêm linhas telefônicas de ajuda em crise, grupos de apoio, educação comunitária e outros serviços afins. O mais antigo refúgio norte - americano é o "Women's Advocates Shelter"

Com a intervenção do CNDM, em maio de 1996, o governo federal, via Secretaria de Estado e Direitos Humanos (SEDH)/Ministério da Justiça (MJ) lançou o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), com um capítulo específico de políticas públicas voltadas para a eliminação da discriminação de gênero na tentativa de garantir a cidadania das mulheres, conforme reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres. (MORAES, 2003).

A partir dele, criou-se o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual que previu ações articuladas nas três esferas do poder, estabelecendo termos de cooperação e convênio para a implementação de várias ações. Este contexto fortalecido com a eleição de governos democrático-populares em diversas cidades do país Impulsionou a criação de Abrigos. A partir de 1997, por iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e com financiamento do Ministério da Justiça, houve um movimento de implantação de Casas - Abrigo em todo o território nacional. Em 1996, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher destacava a existência de 172 DEAMs e de menos de 10 Casas Abrigos no país. (CAMARGO; AQUINO, 2003). Entre o período de 2000 - 2003 foram implantados mais de 45% de abrigos. ⁴⁵

O termo de referência para a implantação de Casas Abrigo, feito em Brasília, em 1997, apresenta a seguinte definição para os órgãos:

(Abrigo das Defensoras das Mulheres) criado no dia 01 de outubro de 1944. (HERMANN, 2003). Em 1982, havia mais de 300 casas no país. (Rufino, 2004).

⁴⁵ Segundo Rocha (2007), o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual foi construído em um cenário marcado pelas dificuldades estruturais do CNDM dentro do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual não desenvolvia um projeto governamental norteado pela promoção de políticas asseguradoras de condições de igualdade de gênero.

[...] as Casas - Abrigo constituem-se em locais seguros para atendimento a mulheres em situação de risco de vida iminente em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário onde as usuárias poderão permanecer por um tempo determinado após o qual deverão reunir condições necessárias para retornar ao curso de suas vidas. (BRITO, p. 2002, p. 133)

Os estudos sobre violência doméstica denunciam que uma grande parcela de mulheres é morta no processo de separação, ou logo após a separação do agressor. O momento da denúncia, de tentativa de rompimento da relação, de subversão de densas relações de poder estruturadoras da violência doméstica, instaura-se como circunstância potencialmente letal para as mulheres se as mesmas não tiverem acesso a estruturas institucionais de apoio. (Almeida, 1998).

A experiência de abrigos no Brasil é bastante tímida e nem de longe atende às necessidades das mulheres sob risco de morte em decorrência da violência doméstica. Atualmente, apenas 65 estão em funcionamento no país, com distintas formas de atendimento, estrutura e financiamento. Os poucos órgãos existentes estão distribuídos de forma desigual pelas diferentes regiões do país: região norte (8), nordeste (14), centro - oeste (6), sul (12) e sudeste (25). (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2007).

46

⁴⁶ Para obter informações qualitativas sobre Casas - Abrigo ver Rocha (2007).

As Casas-Abrigo têm o papel de salvaguardar a vida de mulheres em situação de violência doméstica, sendo identificadas como serviço de retaguarda. Os equipamentos públicos específicos para o acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação jurídica à mulher em situação de violência, nos “moldes” dos SOS Mulher, os centros de referência começaram a ser criados somente na década de 1990.

O primeiro órgão público municipal implantado no país com estas características foi a Casa Eliane de Grammont, criada em 09 de março de 1990, na gestão da prefeita Luíza Erundina - PT. A Casa teve importante papel na construção de uma metodologia de atenção, tornando-se modelo para as poucas experiências semelhantes. (SILVEIRA, 2006). Em agosto de 1996, foi criado pela prefeitura de Belo Horizonte, o Benvinda. Em Porto Alegre, o Centro de Referência da Mulher “Vânia Araújo Machado”, foi criado em 2002.

Em virtude do foco das políticas públicas durante toda a década de 1990 ter tido como foco a ótica da segurança, no binômio delegacia/casa abrigo (SILVEIRA, 2006; DINIZ, 2006; DELGADO, 2007), os centros de referência, com caráter preventivo e integral não eram reconhecidos.

Esta realidade passou a ser alterada com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério, visando a formular e a articular, no âmbito do Governo Federal, políticas de promoção da igualdade de gênero. No mesmo ano, com o lançamento do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher”⁴⁷ pela SPM, os centros ganharam expressão em termos de

⁴⁷ O foco do programa, ainda em funcionamento, é garantir assistência integral às mulheres em situação de violência, através da estruturação e manutenção de uma rede articulada de

política nacional. (SILVEIRA, 2006). Em termos quantitativos, é expressivo o aumento do número de serviços instaurados, em 2002 existiam apenas 17, já em 2006, o número chegou a 83, localizados, da seguinte forma: 90% das capitais brasileiras e em 25 % das cidades com mais de 100 mil habitantes. Atualmente, a quantidade ainda é pequena. São 99 implantados, sendo 54 no Sudeste, 14 no Sul, 08 no Norte, 06 no Centro - Oeste e apenas 01 no Nordeste. (BRASIL, 2007).⁴⁸

Os centros de referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam a promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência.

De acordo com Silveira (2006), não podemos afirmar que já exista um lugar simbólico para os centros, ao contrário do que acontece com as delegacias. Poucos estudos foram realizados em termos quantitativos e qualitativos sobre a dinâmica dos serviços, sobre a percepção, as repercussões dos atendimentos na vida das mulheres. Baseada na experiência da Casa Helenira de Rezende, a autora afirma que a demanda das mulheres que acionam os órgãos é bastante específica, vítimas de violência doméstica, caracterizando-se pela indefinição quanto ao melhor norte para romper a

serviços entre as diferentes esferas governamentais (delegacias da mulher, casas abrigo, centros de referência, serviços de apoio jurídico, defensorias públicas e serviços da rede pública de saúde, entre outros. (BRASIL, 2006b).

⁴⁸ Em 2006, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres lançou a Norma Técnica de Padronização para os Centros de Referência de Atendimento à Mulher. (BRASIL, 2006b).

relação violenta e, muitas vezes, pela rejeição da solução por meio da via policial.⁴⁹

Buscando contribuir para preencher essa lacuna de poucos estudos quantitativos e qualitativos sobre Centros de Referência da Mulher, além de objetivar traçar um panorama do perfil das mulheres que se encaminharam ao CRM de Araraquara, para traçar ações e políticas públicas de combate a violência de gênero, nos propomos a realizar o presente estudo.

⁴⁹ Em análise dos dados de atendimento do Benvinda, Centro de Apoio à Mulher de Belo Horizonte, Silveira (2006) aponta que 60% da demanda é de mulheres vítimas de violência doméstica.

3. 3. O UNIVERSO DA PESQUISA: O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER "HELEIETH SAFFIOTI" .

O Município de Araraquara está localizado na região central do Estado de São Paulo, composto por vinte e seis municípios, que ocupam 4,4% do território paulista, A cidade possui uma área total de 1.005,97 Km² com predominância de ocupação da área urbana.⁵⁰ De acordo com dados da Fundação Seade (2008) possui 199. 575 habitantes.⁵¹

Sua posição geofísica é fator determinante no mercado de fornecedores\as e consumidores\as, fato esse que é favorecido pelo cruzamento de grandes e importantes rodovias de escoamento, ferrovias, hidrovias e aerovias. Em termos de infra-estrutura básica, a rede elétrica atinge 100% dos domicílios, mais de 98% das vias urbanas são pavimentadas, 100% da população são atendidas com abastecimento de água potável e a rede da coleta de esgoto, este tratado em estação de tratamento de esgoto, atende a 100% da população.

De acordo com dados do Censo (2000) a cidade possui 182.471 habitantes, com 173.569 concentrados na área urbana e 8.902 na zona rural. Mulheres: 93.729 e Homens: 88.742. Os dados mostram 80,4 % população branca, e 18,8% população negra. A expectativa de vida era de 72,17 anos, a taxa de fecundidade de 2, 35 por mulher.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilRACentral.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2008.

⁵¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10 jul. 2008.

O Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti” foi criado no dia 08 de junho de 2001, através da Lei 5.616 (em anexo). O órgão presta uma homenagem à Professora Doutora Heleieth Saffioti, que tem dedicado sua vida à luta contra a violência de gênero, particularmente à violência doméstica.

Foi implantado visando desenvolver políticas específicas para as mulheres, prestando os seguintes atendimentos: acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, atendimento psicológico (individual e em grupo) e orientação jurídica. Configurou-se como o primeiro equipamento institucional de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica fora do prisma policial na cidade de Araraquara. É mantido pela Prefeitura Municipal, e está vinculado ao Gabinete do Prefeito.

No que se refere à estrutura de atendimento, nos casos de violência contra mulheres, a cidade possuía apenas a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, criada em 1988, e o atendimento jurídico gratuito da Procuradoria Geral do Estado, atualmente denominado Defensoria Pública, criado em 1984.

Fora do aparato institucional, em 1988, um grupo de mulheres empreendeu uma iniciativa pioneira, a criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher CEDRO - MULHER, organização não - governamental, baseada nos moldes do antigo SOS – Mulher. Neste, militantes voluntárias prestavam atendimento e orientação às mulheres, especialmente às vítimas de violência doméstica cometida pelo companheiro, maior demanda do órgão. De acordo com relato de uma de suas fundadoras, as integrantes do CEDRO enfrentaram muitas discriminações na cidade por se autodenominarem

“feministas”. Destaca-se também, o difícil diálogo com a Delegacia de Defesa da Mulher, em especial com a Delegada titular, que inicialmente se recusava a dialogar com integrantes do CEDRO para prestar informações sobre casos os atendidos.⁵²

A demanda para a criação do Centro de Referência da Mulher (CRM) partiu do Coletivo de Mulheres do Partido dos Trabalhadores – PT, que discutia a necessidade de um espaço específico, dentro da estrutura governamental de atendimento às mulheres, em especial àquelas vítimas de violência doméstica. Com a posse, em 2001, do prefeito Edson Antônio Edinho da Silva (PT), o Centro de Referência da Mulher foi inaugurado.

O Centro oferece atendimento das 8h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira. A mulher maior de 18 anos que se encaminha ao órgão em questão é inicialmente atendida por estagiárias do curso de Psicologia que realizam o acolhimento, o preenchimento da ficha de identificação e a encaminham para o tipo de atendimento necessário, que pode ser psicológico, orientação jurídica, oficinas, como também fazem encaminhamento social para outros serviços.⁵³

A equipe do Centro de Referência da Mulher (CRM) é composta por 01 Auxiliar para Serviços Gerais, 01 Agente Administrativa de Serviços Públicos, 01 Gestora, 02 Psicólogas⁵⁴, 01 Advogada (presta orientação jurídica uma vez

⁵² Atualmente o CEDRO – Mulher está em reformulação. Não foi possível obter dados de atendimento do referido órgão.

⁵³ O atendimento para mulheres menores de 18 anos é realizado pelo Centro de Referência do Jovem e Adolescente também mantido pela Prefeitura Municipal.

⁵⁴ As Psicólogas e a Agente Administrativa de Serviços Públicos foram contratadas por Concurso Público e desde 2002 trabalham no órgão.

por semana), 01 Estagiária de Direito, 01 Estagiária de Ciências Sociais, e 03 Estagiárias de Psicologia.⁵⁵

Desde a implantação do CRM, a equipe tinha como perspectiva não focalizar o atendimento somente no espaço interno do equipamento. Havia a proposta de realizar oficinas sobre Relações de Gênero, auto-estima com mulheres da comunidade. Desta forma, logo em 2001, foram dinamizadas as primeiras oficinas em Relações de Gênero com mulheres dos Assentamentos existentes na cidade. Com o passar dos anos, as oficinas foram sendo ampliadas e a equipe do CRM, depois de freqüentar cursos de qualificação em Relações de Gênero e Violência Doméstica passou a realizar oficinas para grupos de mulheres, servidores/as municipais da rede municipal de ensino, enfermeiras/os, guarda municipal, profissionais da Polícia Militar, entre outros grupos.

Na dinâmica das oficinas, são trabalhados conteúdos referentes à organização social de gênero e a violência doméstica, objetivando a desconstrução de mitos, preconceitos, valores referentes à violência doméstica, por meio da troca de experiências entre as profissionais da equipe e o público atingido.⁵⁶

Atualmente, o CRM registra 7.769 pessoas, mulheres e homens, atingidos pelas oficinas oferecidas. Importante ressaltar que toda a equipe do

⁵⁵ As estagiárias se encaminham ao Centro através do Projeto Jovem Cidadão, criado pela Prefeitura Municipal em 2003, no qual estudantes do ensino médio, técnico ou superior vinculados à estrutura do ensino público ou privado realizam estágios no período de até dois anos em áreas da Administração Municipal.

⁵⁶ No ano de 2003, com a implantação da Casa - Abrigo, as formações foram intensificadas. Todas as integrantes do CRM e da Casa - Abrigo freqüentaram cursos com profissionais da Casa Helenira de Rezende - SP, Casa da Cultura da Mulher Negra de Santos, do Laboratório de Prevenção à Violência da UFSCAr, dentre outros, semanalmente, durante três meses.

Centro de Referência da Mulher e da Casa - Abrigo participou de cursos de formação sobre Relações de Gênero e Violência Doméstica anualmente.

Outro espaço dinamizado no Centro desde 2004 são aulas de Yoga e relaxamento corporal para mulheres, nas quais 350 mulheres têm participado, incluindo as servidoras municipais. Importante salientar que o CRM não atende somente mulheres vítimas de violência doméstica do (ex) companheiro, como será visto nos dados referentes ao perfil de atendimento das mulheres.

Na política do CRM está englobada a Casa Abrigo “Alaíde Aparecida Kuranaga”⁵⁷, implantada em 08 de março de 2003, através de convênio do município com o Governo Federal. (decreto em anexo).⁵⁸ O projeto da Casa - Abrigo foi apresentado à Câmara Municipal pelos vereadores Edinho Silva e Vera Botta (PT).

A Casa - Abrigo é um equipamento para mulheres que estão com sua vida em risco em decorrência da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso⁵⁹ e temporário, no qual as mulheres poderão permanecer por um período determinado. O abrigamento é definido pela equipe do CRM, “porta de entrada” para a Casa Abrigo, de modo que a mulher nunca vai diretamente para o abrigo.

⁵⁷ A Casa - Abrigo presta homenagem a Alaíde Aparecida Kuranaga, estudante da UNESP, que foi violentada e assassinada em 1995, na cidade de Araraquara.

⁵⁸ Este último estruturou fisicamente o equipamento, com uma verba de R\$ 70.000,00, cabendo ao município custear os gastos com a equipe, aluguel e manutenção da casa. A despesa anual da Casa - Abrigo gira em torno de R\$ 138.000,00.

⁵⁹ A Casa - Abrigo muda de endereço anualmente. Em 2007 houve quebra da segurança do local após um vereador ter divulgado o endereço da casa em uma matéria no jornal por ele realizada para publicizar os gastos da prefeitura com aluguel. Uma semana depois do episódio um homem tentou invadir a casa de madrugada sendo impedido pela guarda de plantão. As mulheres foram transferidas na mesma semana para outras Casas fora de Araraquara, retornando após a mudança de residência.

Possui capacidade para abrigar doze pessoas, entre mulheres e seus respectivos filhos/as. O período máximo determinado para abrigamento é de noventa dias.⁶⁰

A equipe de atendimento da Casa - Abrigo é composta por uma coordenadora (Psicóloga), uma motorista, duas estagiárias de Psicologia (realizam trabalhos com as crianças) e quatro Guardas Municipais que realizam a segurança do local vinte e quatro horas. As psicólogas do CRM efetuam o atendimento terapêutico com as mulheres duas vezes por semana. Outras atividades como aulas de Yoga, relaxamento corporal e oficinas variadas são realizadas no local. As mulheres são responsáveis pela manutenção da casa e o cuidado com os/as filhos (as).

O processo de abrigamento é definido depois de verificado em diálogo com a mulher que a mesma não possui alternativas de segurança. Há que se respeitar o desejo das mulheres em ir para o local ou não. Existem casos em que são realizadas várias entrevistas com as mulheres para que seja tomada a decisão pelo abrigo. Desse modo, o abrigo é o último recurso uma vez que se configura como um penoso processo do ponto de vista da perda de vínculos sociais das mulheres e crianças, tornando-se um “mal necessário”. O parceiro comete a agressão, mas a mulher é retirada do convívio social, o que ocasiona a indignação por parte de muitas mulheres.⁶¹ (ABOIM, 2002; DAGORD, 2002).

Tendo em vista a manutenção da segurança das mulheres e da Casa, e o tamanho da cidade, as mulheres abrigadas não saem sozinhas, somente

⁶⁰ Esse prazo é flexível podendo ser alterado conforme as necessidades das mulheres (local para moradia, emprego, condição emocional, entre outros).

⁶¹ Antes de serem abrigadas as mulheres assinam um termo de compromisso concordando com as normas de funcionamento do órgão.

acompanhadas com uma funcionária da equipe técnica. As crianças permanecem na escola, mas são transferidas de bairro.⁶² Ao ingressarem na Casa são inseridas, caso haja concordância da mãe em projetos educativos, sociais articulados à Prefeitura. Além disso, são encaminhadas para atendimento psicológico no Centro de Referência do Jovem e do Adolescente e desenvolvem atividades lúdicas com as estagiárias de Psicologia.

Até o momento foram abrigadas 79 mulheres e 142 crianças. Destas mulheres três são reincidentes no abrigo. Há uma rede informal de Casas Abrigo, ou seja, quando há lotação em uma cidade ou quando o risco da mulher é alto a ponto dela não poder ficar na cidade, por conta das influências do agressor ela é transferida para abrigos de outras cidades, caso haja disponibilidade de vagas. A mesma situação é indicada quando a mulher já teve passagem pelo abrigo.⁶³ Interessante apontar que a cidade de São Carlos, que possui características sociais e territoriais semelhantes à Araraquara possui Casa Abrigo desde 2001 e atendeu no período até junho de 2008: 135 mulheres, com 258 crianças.⁶⁴ A diferença de atendimento em comparação a Araraquara é significativa, temos a hipótese de que além do tempo de existência do abrigo em São Carlos, outro fator preponderante para tal disparidade é a ausência de um atendimento com características mais preventivas na cidade, como o Centro de Referência da Mulher.

⁶² As profissionais das escolas municipais possuem conhecimento sobre a Casa - Abrigo e mantêm todo o sigilo da situação. A escola é um dos principais locais acionados pelos agressores para localizar as crianças e a mulher. Desde 2002 são realizadas oficinas, palestras sobre relações de gênero, atendimento no Centro de Referência da Mulher, na Casa - Abrigo para profissionais da educação.

⁶³ No Estado de São Paulo, no governo da prefeita Marta Suplicy (PT) houve a formalização de redes entre Casas - Abrigo no Estado, a qual a cidade de Araraquara estava englobada, mas com a troca de governo a rede foi desmanchada ocasionando dificuldades de transferência e falta de homogeneização dos serviços prestados.

⁶⁴ Dados obtidos com a responsável pela Seção de Atendimento às Mulheres em São Carlos.

A realidade e as demandas do Centro de Referência da Mulher e da Casa - Abrigo colocaram novos desafios na arena das políticas públicas para as mulheres no município. Uma das grandes questões incide na necessidade de implantar ações de geração de trabalho e renda para que as mulheres possam além de superar a luta contra a violência vivenciada, enfrentar a situação de marginalização e exclusão social a que estão submetidas, como será evidenciado nos gráficos referentes ao perfil das mulheres atendidas no órgão.

Uma das ações que têm contribuído neste sentido foi a Plenária Temática das Mulheres do Orçamento Participativo, criada em 2002. Nessa são discutidas e definidas as prioridades de investimentos para as mulheres.⁶⁵

Interessante ressaltar que na dinâmica do Orçamento Participativo, mulheres e homens podem se eleger para cargos de Delegados/as (realizam a intermediação da população com a equipe técnica da Coordenadoria de Participação Popular) e Conselheiros/as (atuam como delegado/as e votam o valor de investimentos para as demandas). Nos primeiros anos de governo, o número de mulheres que participavam das plenárias do OP era profundamente desproporcional com o número de mulheres eleitas Delegadas e principalmente, Conselheiras. Nos últimos 03 anos, os dados evidenciam uma mudança desse fenômeno. As mulheres têm tido representatividade igual ou superior aos homens.

⁶⁵ A maior parte das demandas eleitas pelas mulheres incidiu justamente em ações de geração de trabalho e renda: - curso de costura realizado no Fundo Social com 50 mulheres, lavanderia coletiva, Ambulatório de Oncologia, oficinas de papel reciclável, Fundo de Microcrédito para mulheres, construção de Cozinha e Padaria Industrial no Assentamento Monte Alegre. A demanda votada em 2008 foi o curso Promotoras Legais Populares.

Outra importante ação coordenada pelo Centro de Referência da Mulher, desde 2004, incide na implantação de um Protocolo de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, visando à atenção integral às mulheres em situação de violência e à articulação de serviços existentes na cidade (Defensoria Geral do Estado, Instituto Médico Legal, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Promotoria Pública, OAB, serviços de saúde, Polícia Civil e Militar, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entre outros). Esse processo foi beneficiado com a promulgação da Lei Maria da Penha, a qual institui as competências de cada órgão no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A lei do protocolo está em fase final de elaboração e deve ser votada na Câmara Municipal no segundo semestre.

Em 2006, foi assinado pelo município o Pacto Nacional de Políticas para Mulheres⁶⁶ junto à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. No mesmo ano foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher⁶⁷ e a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres.

A Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres tem como objetivos elaborar, articular, acompanhar e implementar políticas públicas que

⁶⁶ No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estão indicadas as políticas e linhas de ação propostas para promoção da igualdade de gênero em nível nacional. Foram formuladas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004. A II Conferência ocorreu em 2007 onde foram avaliadas as propostas elencadas em 2004 e elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Tendo em vista esse processo, o Centro de Referência da Mulher organizou em 2004 e 2007 as Conferências Municipais e Regionais de Políticas para as Mulheres da região central. (BRASIL, 2004).

⁶⁷ O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Araraquara foi instituído pela Lei nº 6.401, de 19 de abril de 2006, com a finalidade de defender os direitos humanos das mulheres visando assegurar o pleno exercício de sua participação no desenvolvimento social, econômico, político e cultural da cidade.

garantam a autonomia e a cidadania das mulheres. Com a criação desta última, objetivou-se garantir a transversalidade de gênero nas diversas áreas da administração, bem como ampliar as ações e programas para as mulheres.⁶⁸

⁶⁸ Para o fortalecimento institucional da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres foram enviados ao município R\$ 70.000,00 por meio de projeto aprovado na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

3.4. Perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher “Heleieth Saffioti”

O presente tópico tem por objetivo, a partir de dados gerais de 1414 mulheres que procuraram o Centro de Referência da Mulher – CRM, no período de 2001 a 2006, traçar um perfil geral das mulheres que tomam esta atitude, partindo do princípio de que estas o fazem por um ato de coragem na tentativa de superarem uma situação de violência. Para analisar os dados, as mulheres foram divididas em dois estratos: aquelas que na ficha de atendimento preenchida no CRM declararam ter sofrido violência doméstica (Violência Doméstica Declarada – VDD), e aquelas que não declararam ter sofrido violência doméstica (Violência Doméstica Não Declarada – VDND). Esses dois estratos reunidos formam o conjunto geral das mulheres que se dirigiram ao CRM para procurar apoio no período indicado.

O conjunto de dados foi produzido através das informações coletadas nas fichas de identificação existentes no Centro de Referência da Mulher, aplicadas pelas profissionais do órgão às mulheres no primeiro atendimento.⁶⁹ Na dinâmica dos atendimentos a equipe percebia a necessidade de inserir e retirar informações da ficha, portanto, as mesmas apresentam diferenciações de variáveis ao longo dos anos. Outro importante dado a ser destacado incide na ausência de homogeneidade no registro, na classificação das categorias quando preenchidas as fichas, especialmente no tocante à conceituação da violência vivenciada pela mulher.

⁶⁹ Importante salientar que algumas mulheres podem não ter declarado a vivência de violência doméstica no primeiro atendimento. Outro aspecto é que algumas variáveis não estavam preenchidas nas fichas de identificação.

Os dados foram classificados conforme ficha em anexo e digitalizados para a realização dessa pesquisa.

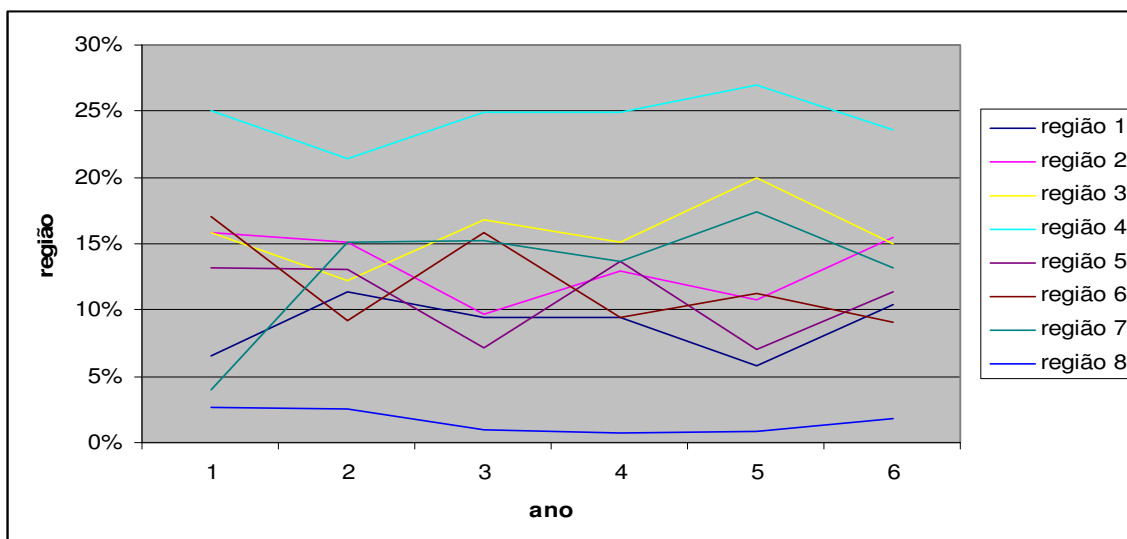
Importante salientar que este primeiro estudo busca traçar o perfil descritivo das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher, no período de 2001 a 2006. Almejamos que os dados coletados possam estimular o desenvolvimento de novas pesquisas, o delineamento de análises sobre o tema, o cruzamento dos dados, bem como com outros registros do Centro de Referência e demais órgãos implantados na cidade para possibilitar a compreensão do fenômeno e o avanço no desenvolvimento de ações integradas para a garantia da autonomia das mulheres.

- Região de moradia

A tabela 1a (anexa) mostra que 1369 mulheres, advindas de todas as regiões da cidade, procuraram o CRM entre 2001 e 2006. Dessas, 404 (quase 30%) declararam ter sofrido violência doméstica (física e/ou psicológica) do marido/companheiro ou do ex-companheiro, conforme indicado na tabela x1b.

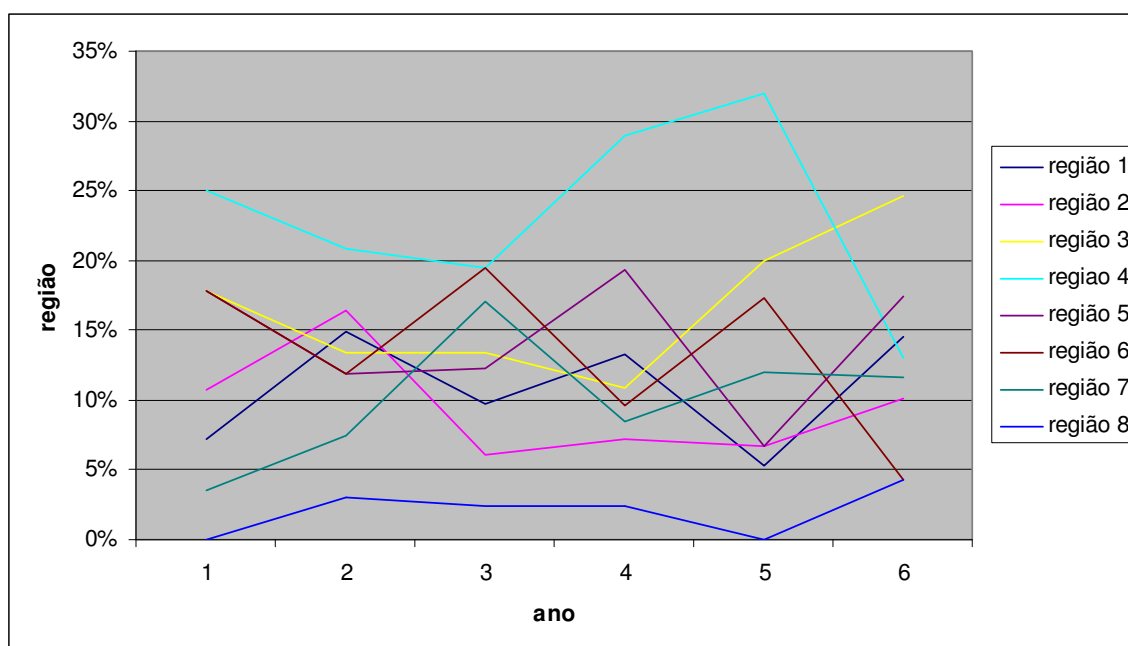
O gráfico x1a mostra que, para o conjunto das mulheres que procurou o CRM, há certa equivalência em termos numéricos, cerca de 10% a 15% para a maioria das regiões. Todavia, três regiões se destacam, de fato, duas de maneira muito significativa (regiões 4 e 8) e uma terceira como “tendência” (a região 3).

Gráfico x1a: Mulheres por região, Geral



Antes de serem analisadas as razões da situação de violência, procurou-se verificar se tal comportamento se mantinha entre os dois estratos de dados (VDD e VDND). Tais dados são apresentados nas tabelas x1b e x1c (anexas), respectivamente, e podem ser visualizados nos gráficos abaixo:

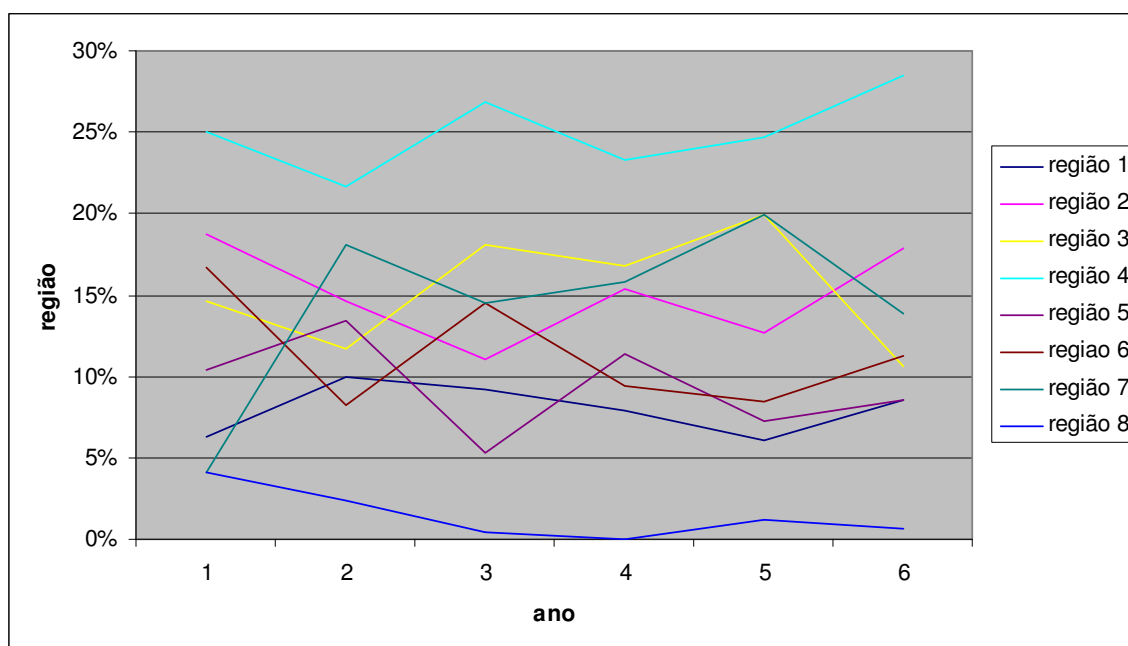
Gráfico x1b: Mulheres por região, VDD



O gráfico mostra que, dentre as mulheres que declararam ter sofrido violência doméstica, as mulheres da região 8 estão em menor número. As moradoras da região 4, por outro lado, permanecem em maior número. É interessante notar que, nessa última, há uma queda relativa entre os anos de 2001 e 2003, seguida de um grande aumento entre 2003 e 2005, e novamente uma queda significativa em 2006. Tal comportamento fica “encoberto” no gráfico x1a. Outro aspecto a ser destacado no gráfico x1b é o crescimento, a partir de 2004, do número de mulheres da região 3 que recorreram ao CRM.

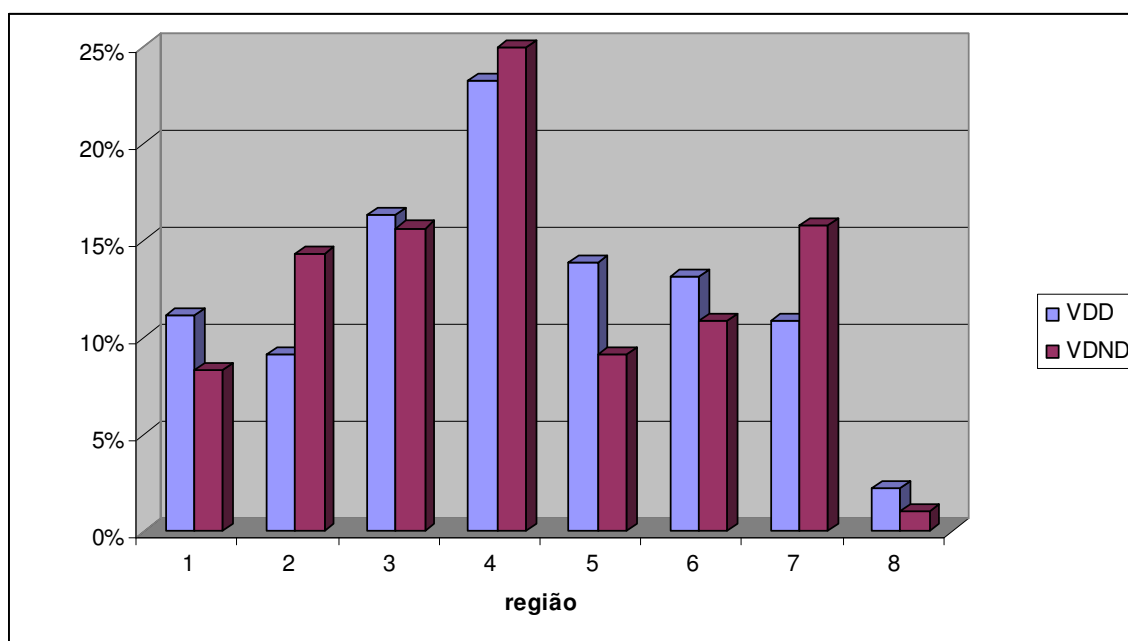
O gráfico x1c, abaixo, mostra o conjunto de mulheres que não declarou ter sofrido violência doméstica. Pode-se observar que os dados apresentam distribuição muito semelhante aos apresentados no gráfico x1a, reforçando os perfis diferenciados das regiões 4 e 8, bem como certa tendência de crescimento (que recua em 2006) na região 3.

Gráfico x1c: Mulheres por região, VDND



A seguir, é possível comparar os dados relativos ao total de mulheres em cada um dos estratos (VDD e VDND), por região.

Gráfico x1d: Total de mulheres por estrato, por região



A primeira observação a ser feita, com base no gráfico x1d, é que as duas curvas têm perfis muito semelhantes. Há uma pequena variação nas regiões 2 e 7 (para mais) e 5 (para menos) em favor das mulheres que declaram ter sofrido violência doméstica. Todavia, os “desenhos” gráficos dos dois estratos se desenvolvem da mesma forma.

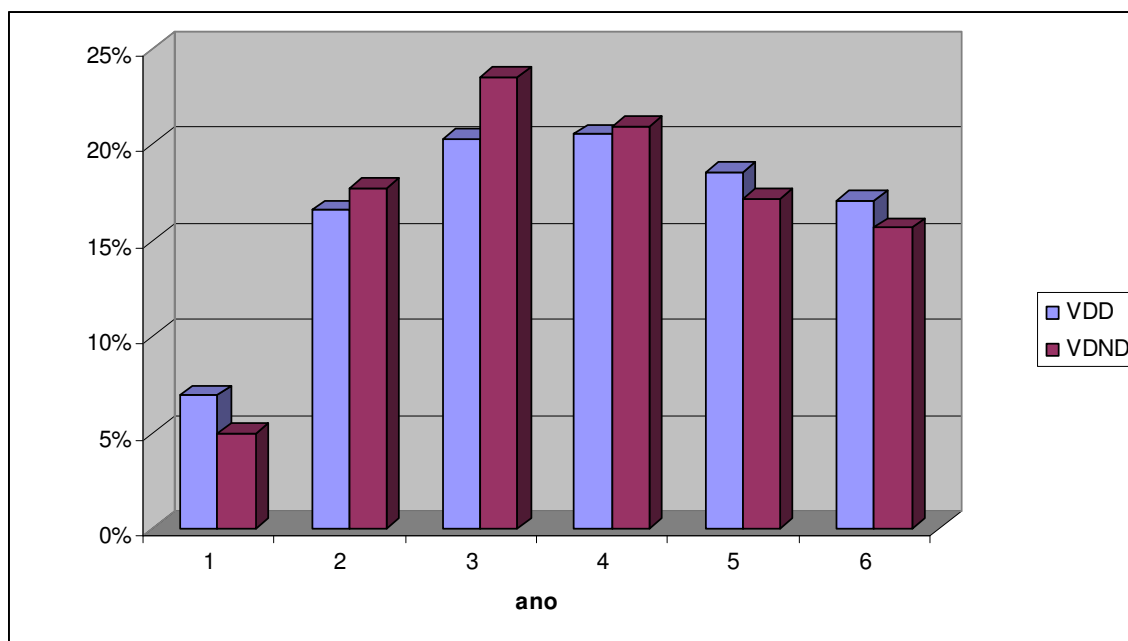
A região 8 apresenta os menores índices de mulheres que recorreram ao CRM. Trata-se de área rural, composta pelos Assentamentos Bela Vista, Monte Alegre e Horto do Bueno, além de pequenos proprietários rurais. Como afirma Siliprandi (2004), é essencial a realização de análises detalhadas sobre como as relações de gênero campo – cidade se expressam, enfatizando as correlações que possibilitem uma discussão mais profunda de que forma as transformações nas formas de organização social têm influenciado a vida das mulheres. Seria interessante conhecer as condições concretas de vida destas mulheres, as possibilidades de sustentabilidade e autonomia econômica, os padrões vigentes de casamento e divisão sexual do trabalho, o acesso aos serviços de saúde, as escolas, as creches, bem como, as informações sobre violência contra mulheres e equipamentos específicos de atendimento na cidade.

O conjunto restante dos dados (regiões 1, 2, 5, 6 e 7) aponta para uma situação relativamente semelhante, sugerindo como a violência contra mulheres está democraticamente distribuída.

Por fim, o gráfico x1e mostra que entre 2001 e 2003 houve um crescimento muito vigoroso (da ordem de 20%) do número de mulheres que recorreu ao CRM, que declararam ou não ter sofrido violência doméstica,

seguido de um declínio mais suave (da ordem de 5%) entre 2003 e 2006. Supõe-se que este crescimento pode estar associado ao fato que o CRM ficou mais conhecido e/ou que a questão da violência contra mulheres esta cada vez mais sendo publicizada, entre outros. O declínio de atendimentos internos a partir de 2004 pode estar associado ao fato de que, deste então, a equipe do CRM focalizou atendimento preventivo em ações externas (oficinas em órgãos da prefeitura, em instituições, nos bairros, entre outros).⁷⁰

Gráfico x1e: Evolução do número de mulheres que procurou o CRM por ano

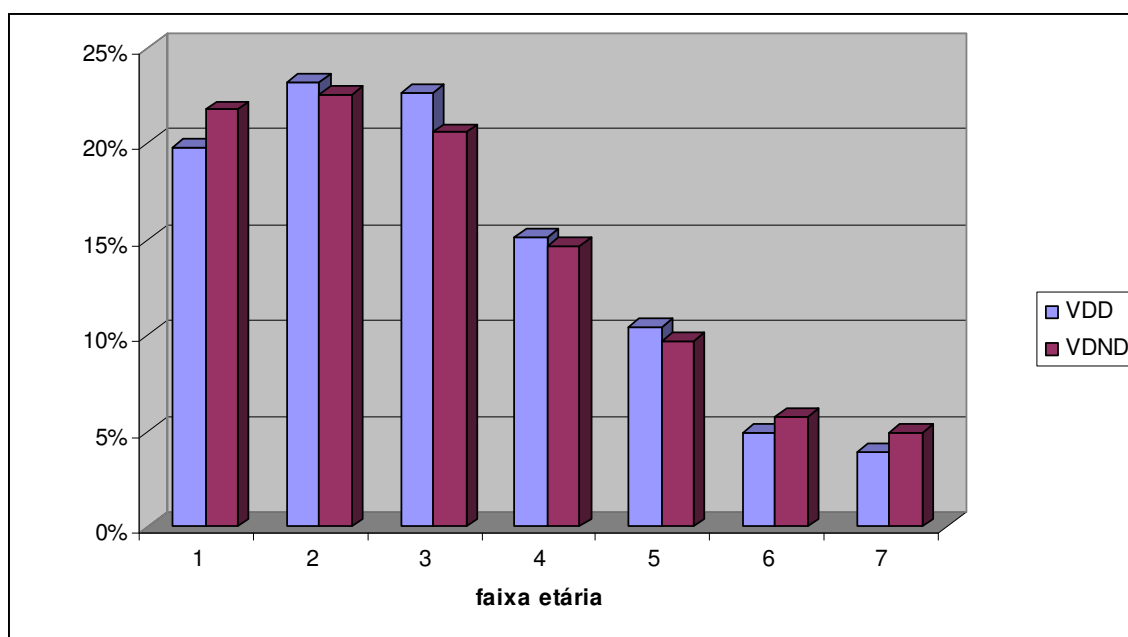


⁷⁰ No período entre 2001 a 2003 693 pessoas participaram de oficinas realizadas pelo CRM, entre 2004 a 2006 este número aumentou para 3645.

- Faixa etária

Outro aspecto que merece destaque está associado à faixa etária das mulheres que recorreram ao CRM.

Gráfico 2xa: Mulheres por faixa etária



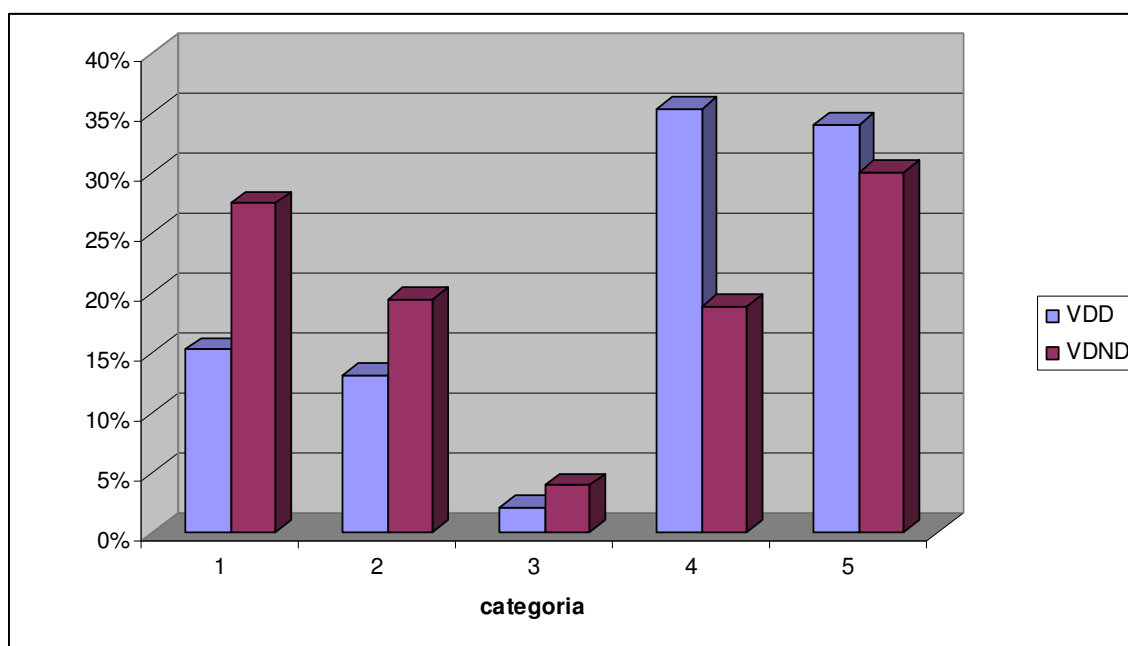
O gráfico 2xa mostra com clareza que a procura pelo CRM caiu significativamente com a idade. As mulheres mais jovens, entre 18 e 38 anos, representam 65% do universo analisado nesta questão, ou seja, 65% das 1394 mulheres que foram ao CRM e declararam a idade. Se incluirmos a faixa 4, de 39 a 44 anos, a proporção se eleva para 80%.

- Estado conjugal

As tabelas x3a, x3b e x3c reúnem os dados de 1362 mulheres que declaram seu estado conjugal ao procurarem o CRM. A distribuição total destas mulheres, em função da declaração ou não de violência doméstica e do estado conjugal, é apresentada no gráfico x3a.

A escala construída procurou não apenas definir as categorias possíveis para o “estado conjugal”, mas também estabelecer certo ordenamento das categorias, associando certo grau de institucionalização formal ao tipo de relacionamento conjugal. Partiu-se, assim, de uma situação (1) (solteira), para (2) (separada/desquitada/divorciada), seguida por outra (3) em que aquele relacionamento não pode mais existir (viúva). Esses três estágios são seguidos por outros dois: união consensual (4) e casada (5).

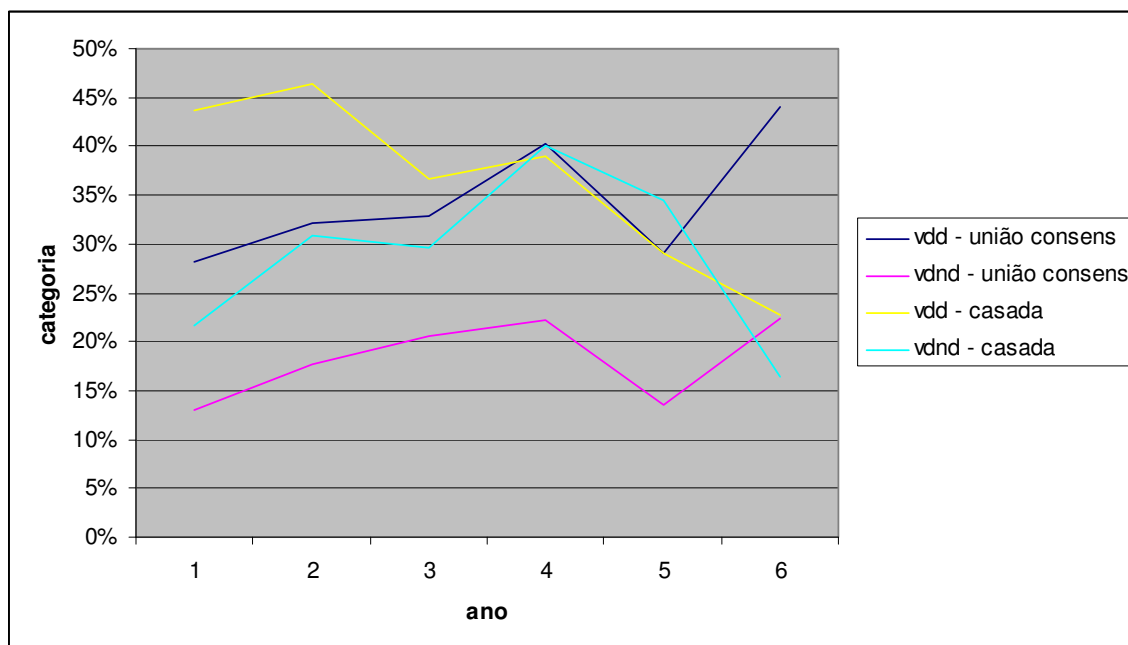
Gráfico x3a: Mulheres em função do estado conjugal



O gráfico mostra, quase que ironicamente, que foram as viúvas quem menos recorreram ao CRM no período analisado. Das 1362 mulheres que declararam o estado conjugal, 47 eram viúvas, sendo que 8 delas declararam ter sofrido violência doméstica (tabelas x3a e x3b).

Um ponto significativo é a inversão das curvas. Neste universo, as mulheres que declararam ter sofrido violência doméstica (VDD), estavam envolvidas em relacionamentos 'mais institucionalizados', categorias 4 e 5, quando comparadas às categorias 1 e 2 da mesma curva. O gráfico x3b, abaixo, mostra a evolução anual do percentual de mulheres em união consensual ou casadas que procuraram o CRM.

Gráfico x3b: Evolução anual da busca de apoio no CRM

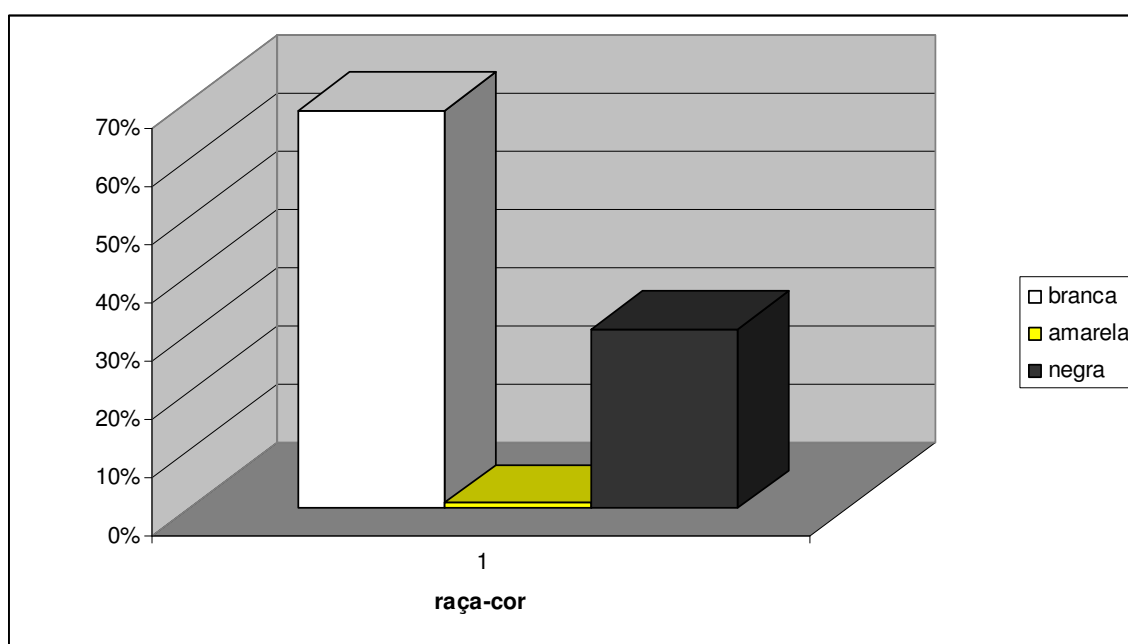


No período analisado, percebe-se que as curvas relativas às mulheres casadas, tendo as mesmas declarado ter sofrido violência doméstica (VDD) ou não (VDND), são declinantes. Em verdade, ainda que a curva de mulheres casadas que não declararam ter sofrido violência doméstica seja crescente entre 2001 e 2004, torna-se fortemente declinante entre 2004 e 2006, com o dado de 2006 atingindo um patamar inferior ao de 2001. Já as curvas relativas às mulheres envolvidas em união consensual apresentam tendência crescente, independentemente de a mulher ter declarado (VDD) ou não (VDND) ter sofrido violência doméstica.

- Raça/etnia

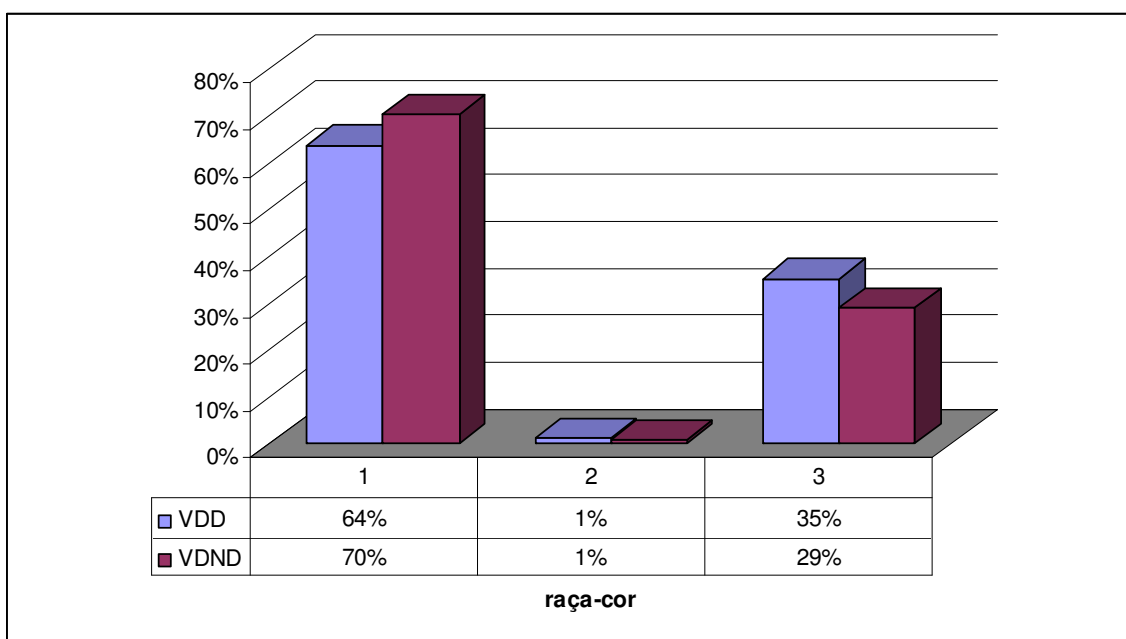
A distribuição das 1315 mulheres que auto-declararam sua raça/etnia ao longo do período analisado está apresentada nas tabelas x4a, x4b e x4c, anexas. O gráfico abaixo apresenta a distribuição geral daqueles dados:

Gráfico x4a: Distribuição geral das mulheres por raça-cor



A grande maioria das mulheres que buscou apoio no CRM (68%), se auto-declarou branca. Uma quantidade insignificante (1%) se auto-declarou amarela e 31% se auto-declarou negra. Esta distribuição se mantém estável ao longo de todo o período analisado. Outro ponto interessante é a composição étnico racial em função da declaração ou não de violência doméstica. Estes dados estão apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico x4b: Mulheres que declararam/não declararam ter sofrido violência, em função da raça/cor da pele



Os dados mostram que das mulheres que declararam ter sofrido violência doméstica, 64% eram brancas e 35% eram negras. Já entre aquelas que não declararam 70% eram brancas e 29% negras.

Esses dados parecem contestar a idéia de que a condição étnico racial implique, necessária e diretamente, uma condição de inferioridade de gênero, ou seja, de que mulheres negras estariam mais sujeitas à violência doméstica do que mulheres brancas. Por outro lado, pode-se também argumentar que o grau de violência simbólica a que as mulheres negras estão submetidas é tão intenso que elas não chegam ao CRM. Ou ainda, com o racismo, com a

ideologia de branqueamento da sociedade brasileira, muitas mulheres não se auto - declaram negras.⁷¹

Para lidar com a segunda perspectiva, verificou-se a porcentagem de mulheres que declararam ter sofrido violência no interior de cada grupo racial/cor, e, neste caso, os dados se alteram um pouco. Entre as mulheres brancas (898), declararam ter sofrido violência doméstica 252, o que representa 28%. Em relação às mulheres negras, os números são 404 e 139, respectivamente, o que representa 34%. Assim, no interior de cada grupo racial/cor da pele, a porcentagem de mulheres que declararam ter sofrido violência é maior entre as negras.⁷² Estas considerações são confirmadas quando articulamos estes dados com a distribuição da população geral. De acordo com a Fundação SEADE (2000), a população branca de Araraquara é de 80,4% branca e 18,8% negra, sendo: sendo 80,8% de mulheres brancas e 18,3% negras, 80,0% homens brancos e 19,3% negros.⁷³

⁷¹ Torna-se essencial a utilização de metodologias mais eficazes no registro das mulheres atendidas no CRM, no que concerne ao quesito cor. Conforme Ribeiro (2004) a inclusão do quesito cor nas pesquisas, nas políticas públicas é essencial para a identificação e a compreensão das especificidades e necessidades das mulheres negras objetivando a superação das injustiças e desigualdades sociais. A conexão gênero e raça têm repercussões bastante perversas resultando que as mulheres negras configurem a base da pirâmide social (BENTO, 2000). Pesquisas realizadas (PERPETUO, 2000; ARAÚJO, 2002; BARBOSA, 2001) evidenciam que as mulheres negras possuem menor expectativa de vida, menos acesso a serviços de saúde, o que inclui menor assistência obstétrica no pré-natal, no parto e no período puerperal. Apresentam as maiores taxas de mortalidade materna em comparação as taxas das mulheres brancas. As mulheres negras constituem a parcela de maior precariedade do mercado de trabalho brasileiro, estando concentradas na prestação de serviço, com preponderância para o serviço doméstico, um dos “nichos femininos mais desfavorecidos de atividade econômica” (BRUSCHINI, 2000).

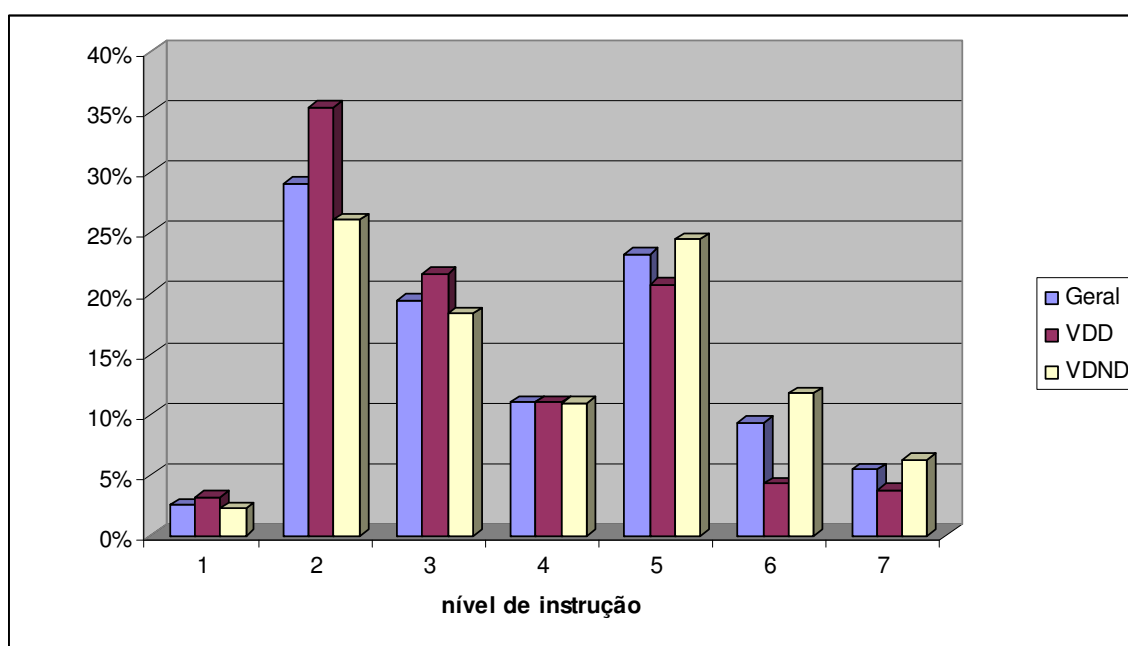
⁷² Rufino (2004) afirma que o Brasil carece de dados sobre a prevalência de violência doméstica em mulheres negras. Citando dados americanos, aponta que: o número de mulheres negras assassinadas é quatro vezes maior que o de mulheres brancas e três vezes mais mulheres negras são vítimas de estupro.

⁷³ Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/idr/dem/dem_pop_05.xls. Acesso em: 07 jul. 2008.

- Nível de instrução

O conjunto completo de dados relativos ao nível de instrução das mulheres que procuraram o CRM é apresentado na tabela x5a, anexa. O gráfico abaixo apresenta as porcentagens totais para o período analisado:

Gráfico x5a: Mulheres que procuraram o CRM, por nível de instrução



O primeiro aspecto a ser destacado é que o número de mulheres não alfabetizadas que procuraram o CRM é muito pequeno, independente de a mulher ter declarado ter sido vítima de violência ou não. Isto está longe de significar que as mulheres não alfabetizadas não possuam razões objetivas para procurar uma estrutura como o CRM. Está, portanto, longe de significar que tais mulheres não sofram nenhum, ou quase nenhum, tipo de violência. É muito mais provável que ou as ações do CRM não atingiram esta categoria de

mulheres, ou o grau de violência a que elas estão submetidas é tão elevado que a própria possibilidade de buscar algum tipo de apoio numa estrutura como esta está descartada.⁷⁴ Estes dados já nos levam a questionar/rever as estratégias de comunicação utilizadas para publicizar o órgão: 70% dos materiais utilizados durante esses sete anos foram materiais escritos como cartilhas, panfletos, jornais. A divulgação do CRM via rádio ocorreu principalmente em épocas de campanhas, a saber, 08 de março e 25 de novembro.⁷⁵

Outro aspecto interessante é que, dentre as mulheres que procuraram o CRM que declararam ter sofrido violência doméstica (VDD) ou não (VDND), as das categorias 6 e 7, com maior escolaridade (curso superior incompleto ou completo), representam uma minoria consistente. O mais provável é que tal estrutura não seja considerada a melhor alternativa para a maioria das mulheres dessas categorias, uma vez que as mesmas possivelmente têm acesso à (terapia, orientação jurídica, aulas de yoga particulares). Com relação à vivência da violência doméstica, os dados em hipótese alguma indicam que a mesma decorre da falta de instrução ou ainda que está presente em classes sociais menos favorecidas.

Em estudo sobre o perfil socioeconômico da mulher agredida pelo parceiro que prestou queixa na Delegacia de Defesa da Mulher do Ceará,

⁷⁴A taxa de alfabetização em Araraquara de acordo com dados do IBGE (2002) é de 95,2%. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> Acesso em: 5 jul. 2008.

⁷⁵ Desde 1996 o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, desdobrou-se em uma Semana da Mulher – Lei Nº 5735/01, de autoria da vereadora Vera Lúcia Silveira Botta. Nas datas 08 de março e 25 de novembro (Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher) são fortalecidas as campanhas de combate à violência de gênero, bem como realizadas atividades diversificadas (teatros, oficinas, entre outros) no município. Desde 2006 durante o 08 de março é lançado periodicamente no município o Caderno Mulheres na Cidade, publicação do Fundo Social de Solidariedade. Em 2007 o caderno lançou duas edições em decorrência da sanção da Lei Maria da Penha (11.340/06). Em uma das edições foram divulgados os avanços da referida lei..

(ADEOTATO, 2005) constatou uma relação indireta entre tempo de estudo e tempo de agressão, ou seja, quanto maior a escolaridade, menor o tempo de agressão enunciado pelas mulheres.

Com os dados disponíveis não há como saber quais são os fatores mais importantes que as mulheres mais escolarizadas mobilizam para, em certo sentido, romper com a situação de violência vivenciada. Todavia, pode-se conjecturar que seja uma combinação de algumas das possibilidades que uma maior instrução oferece, tais como: nível de renda mais elevado, um maior acesso a informações sobre direitos individuais e dos caminhos institucionais disponíveis, e de como percorrê-los, para que tais direitos se efetivem de fato.

- Trabalho

Os dados relativos às ocupações das 1340 mulheres que responderam a esta questão é apresentado nas tabelas x6a, x6b, x6c, anexas. A tabela abaixo apresenta as ocupações:

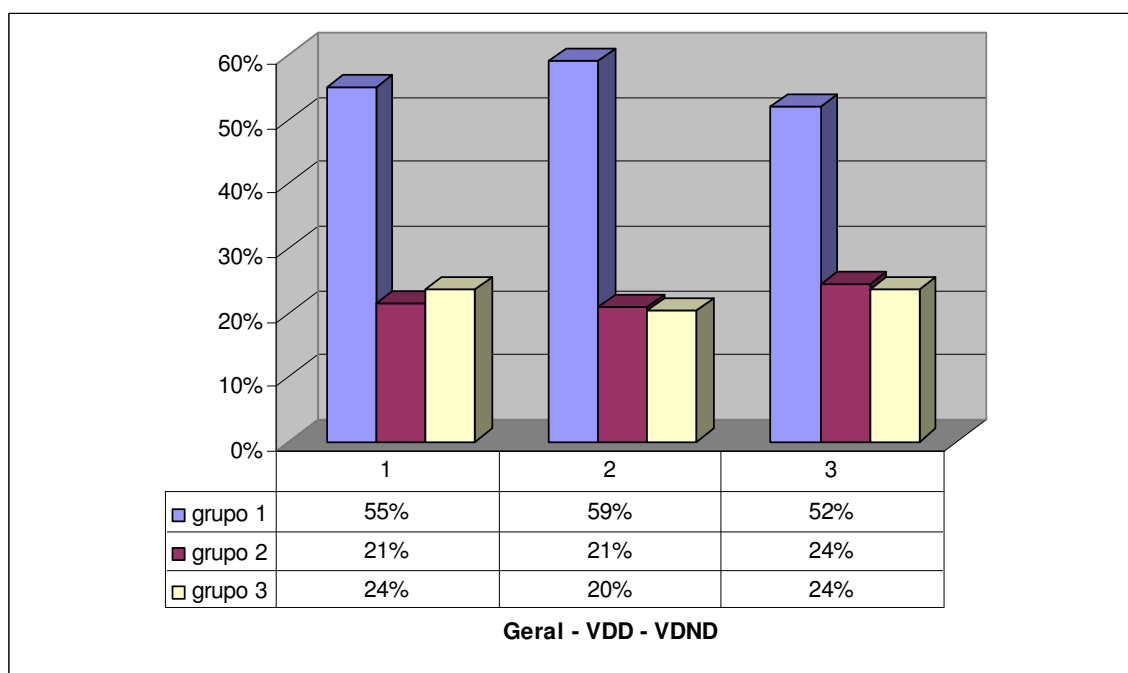
Tabela x6a: Classificação das ocupações para o conjunto das mulheres que procuraram o CRM

	Categoria	Geral	VDD	VDND
1	Trabalho doméstico não remunerado	17%	17%	17%
2	Estudante	7%	3%	9%
3	Empregada doméstica nos serviços gerais	17%	20%	15%
4	Aposentada/pensionista/afastada	6%	5%	6%
5	Desempregada	20%	21%	20%
6	Vendedora no comércio atacadista e varejista	7%	10%	6%
7	Trabalhadoras nos serviços administrativo	1%	0%	2%
8	Cozinheira/costureira	5%	5%	5%
9	Técnicas e auxiliares	2%	1%	2%
10	Professora	2%	2%	2%
11	Recepcionista	1%	0%	1%
12	Trabalhadora nos serviços de embelezamento e higiene	3%	3%	3%
13	Trabalhadora rural	1%	1%	0%
14	Cuidadora/recreacionista	2%	3%	2%
15	Funcionária pública	1%	1%	2%
16	Outros	8%	6%	9%

O grande número de categorias de ocupação dificulta uma compreensão mais clara. Para lidar com esta questão, os dados foram agrupados em três grupos distintos. O grupo 1 reúne as três principais categorias de cada uma das séries (Geral, VDD e VDND), que somam 55%, 59% e 52%, respectivamente. É importante notar que, para os três grupos, as principais categorias são as mesmas, embora em ordens distintas. Os grupos são:

‘desempregada’ (5), ‘trabalho doméstico não remunerado’ (1) e ‘empregada doméstica nos serviços gerais’ (3). O grupo 2 é composto pelas próximas categorias mais representativas que, se somadas às anteriores representam a maioria absoluta das mulheres que foram ao CRM. São elas: ‘vendedora no comércio atacadista e varejista’ (6), ‘estudante’ (e), ‘outros’ (16) e ‘aposentada/pensionista/afastada’ (4). No grupo 3, estão reunidas as porcentagens das demais nove categorias ocupacionais. O gráfico abaixo apresenta estes dados:

Gráfico x6b: Agrupamento de ocupações



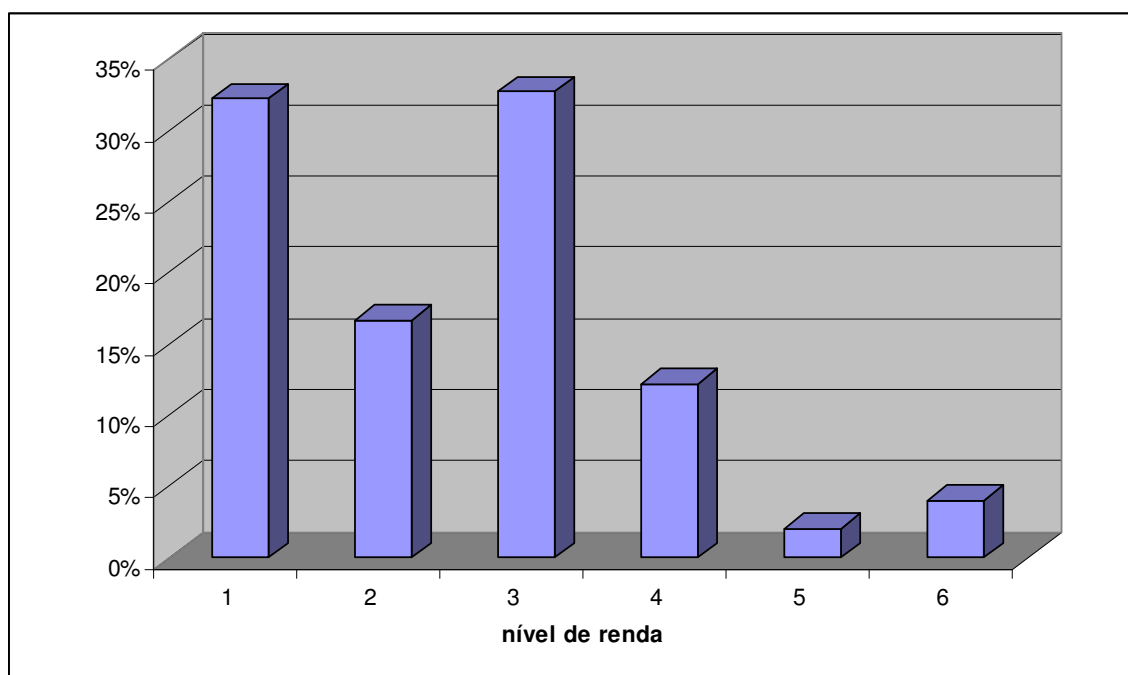
As categorias que compõem o grupo 1 (5,1,3) representam 55% das mulheres que foram ao CRM e 59% daquelas que declararam ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro. É evidente a baixa autonomia que essas categorias oferecem àquelas mulheres. Pode-se, portanto, afirmar que

as ocupações profissionais da maioria absoluta das mulheres que foram ao CRM não lhes oferecem nenhuma, ou quase nenhuma, independência econômica. Tal fato indica maiores dificuldades para romper o ciclo/escada da violência.

- Renda

As tabelas x7a, x7b e x7c, anexas, apresentam os dados das 1163 mulheres que declararam o nível de renda. Os dados para o conjunto delas é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico x7a: Mulheres por nível de renda, geral

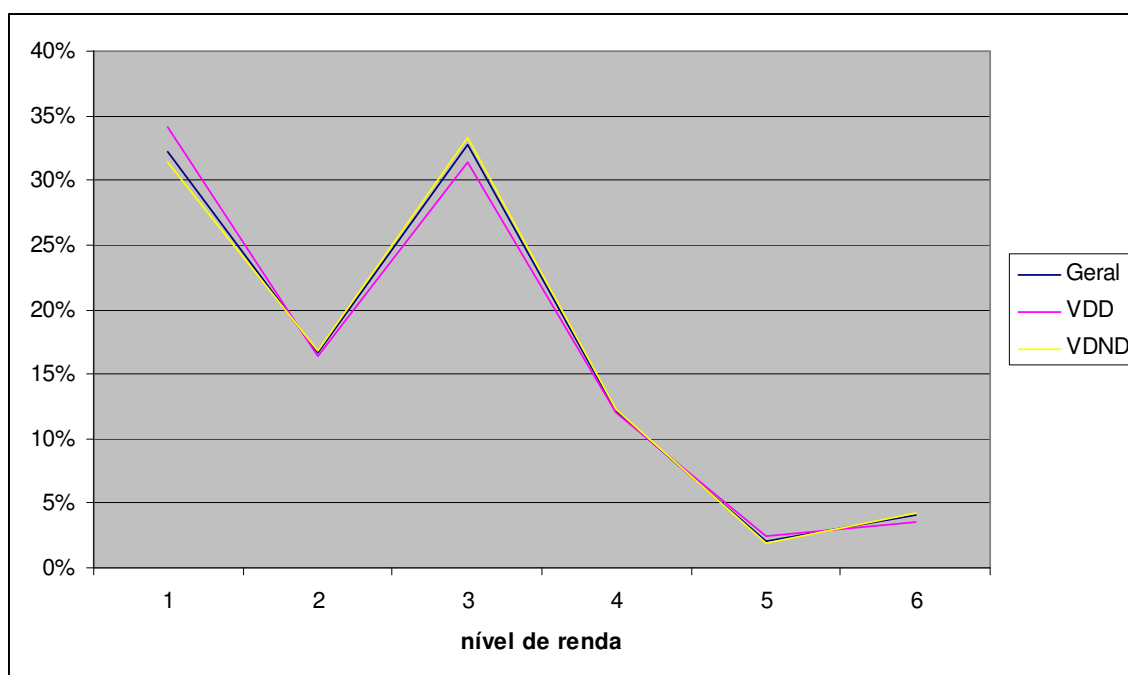


Pode-se observar que a maioria das mulheres possui (33%) entre 1 e 2 salários mínimos, seguidas muito de perto, 32%, pelas mulheres da categoria 1 (sem renda). Assim, ao tomar as três primeiras categorias tem-se que 82%

das mulheres que foram ao CRM recebem até dois salários mínimos, o que está absolutamente de acordo com as ocupações profissionais que possuem.

O gráfico x7b, abaixo, mostra com clareza que o nível de renda evolui de forma fortemente semelhante, seja para o conjunto geral das mulheres, seja para aquelas que declararam ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro, seja para o conjunto daquelas que não declararam ter sofrido tal violência.

Gráfico x7b: Evolução da renda por categoria de análise (Geral, VDD, VDND)

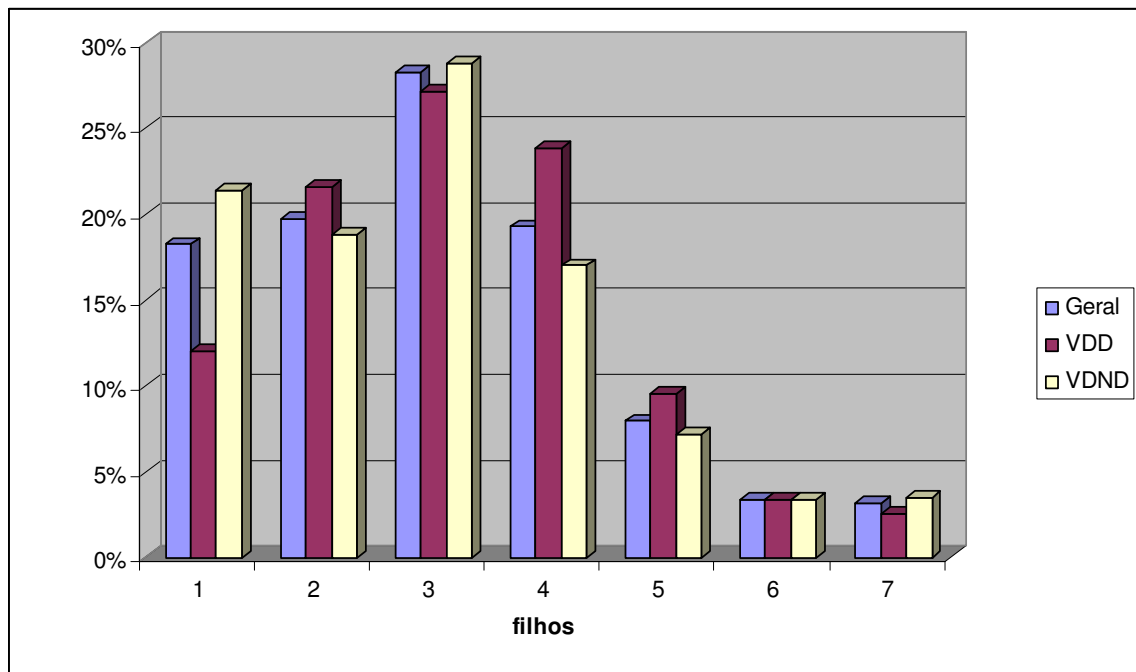


Assim como no caso das mulheres com maior nível de escolaridade, o mais provável é que a estrutura do CRM, órgão público, não seja acessada por mulheres com um melhor nível salarial em decorrência das possibilidades que estas mulheres têm para acessar outros serviços.

- Número de Filhos/as

Os dados relativos às 1069 mulheres para os quais se tem esta informação estão apresentados nas tabelas x8a, x8b e x8c, anexas. Delas, pode verificar que 67% das mulheres que procuraram o CRM têm 1, 2 ou 3 filhos. No caso daquelas que foram vítimas do companheiro/ex-companheiro, este percentual se eleva para 73%. Dentre aquelas que não declaram no primeiro momento que foram vítimas de tal violência, cai para 69%. O gráfico x8a, abaixo, mostra o número de filhos por mulheres.

Gráfico x8a: Número de filhos por mulheres⁷⁶



Um aspecto que fica claro é que os filhos não impedem que a mulher sofra agressão do companheiro/ex-companheiro, mas talvez possamos considerar que configuram como mais um elemento para que as mulheres permaneçam na relação de violência, principalmente quando atestamos que essas mulheres estão em situação de grande vulnerabilidade social.

⁷⁶ Observar que o número de filhos varia de 'zero' (classe 1) a 'seis ou mais' (classe 7)

- Conhecimento do CRM

As tabelas x9a,x9b e x9c contém os dados das 1225 mulheres que informaram sobre como tomaram conhecimento do CRM. Os valores totais destas tabelas, para o período analisado, são apresentados nas tabelas x9d, abaixo:

Tabela x9a: Como conheceu o CRM?

	Classificação	Geral	VDD	VDND
1	delegacia de defesa da mulher	17%	30%	12%
2	defensoria pública do estado	1%	1%	0%
3	delegacia de polícia /polícia	2%	3%	1%
4	funcionária do crm	4%	3%	5%
5	usuária do crm	9%	6%	11%
6	câmara municipal	3%	4%	3%
7	conselho tutelar/ espaço	2%	5%	1%
8	órgãos/funcionário da	12%	13%	12%
9	ongs	1%	1%	1%
10	amigos/as e familiares	26%	18%	29%
11	meios de comunicação/	5%	5%	5%
12	escola/faculdade	3%	2%	3%
13	hospital/posto de saúde,	6%	4%	7%
14	outros	9%	8%	10%

Percebe-se que há um grande conjunto de meios através dos quais as mulheres tomaram conhecimento do CRM, alguns até pouco expressivos. A Defensoria Pública do Estado, por exemplo, mostrou - se insignificante como meio de informação para as mulheres. As escolas/faculdades ou mesmo a Câmara Municipal também tiveram pouco importância nesse processo. Nesse sentido, uma ação voltada para tais meios pode ser muito positiva para a ampliação do conhecimento do CRM, e de seu fortalecimento como estratégia de política pública.

Entretanto, é importante que se analisem os caminhos mais significativos que levaram as mulheres a conhecerem o CRM. Estes dados estão agrupadas na tabela x9e, abaixo:

Tabela x9b: Como conheceu o CRM? (caminhos mais significativos)

	Rede Social	Geral	VDD	VDND
10	amigos/as e familiares	26%	18%	29%
5	usuária do crm	9%	6%	11%
14	outros	9%	8%	10%
	Total	44%	31%	49%
	Instituição			
1	delegacia de defesa da mulher	17%	30%	12%
8	órgãos/funcionário da prefeitura	12%	13%	12%
	Total	29%	43%	23%
	Total das duas categorizações	73%	74%	73%

Percebeu-se que os caminhos mais prevalentes podem ser agrupados em dois conjuntos distintos: as redes e as instituições sociais. Os cinco caminhos através dos quais as mulheres tomaram conhecimento do CRM, dos 14 inicialmente existentes, foi utilizado pela maioria quase absoluta das mulheres. A categoria 'outros'⁷⁷ engloba, predominantemente, um conjunto de possibilidades que podem ser classificadas como formas de redes sociais.

Observa-se que, para a maioria das mulheres, as redes sociais correspondem ao caminho mais importante para tomarem conhecimento do CRM. Entretanto, para aquelas que declararam ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro, o caminho institucional foi o mais acionado.

⁷⁷ A categoria outros engloba: chefe, patroa, trabalha perto, cliente, freguesa do bar, advogada/o, igreja, padre, freira, lar juvenil, Lar Nossa Senhora das Mercês, Secretaria Municipal de São Carlos, Asilo, Delegacia do Idoso, Corpo de Bombeiros, por conta própria/passou em frente.

Estes dados reforçam a necessidade de uma maior articulação entre o conjunto de organizações passíveis de serem acessadas pelas mulheres submetidas a situações de violência em geral, e a grande importância que os órgãos institucionais, especialmente a Delegacia da Mulher e Órgãos/Funcionários da Prefeitura têm nesse processo.

- Síntese do perfil das mulheres

- Mora na área urbana;
- É jovem, a maioria (65%) tem entre 18 e 38 anos. Se for tomado o limite de 45 anos, o percentual sobe para 80%;
- Está envolvida em relacionamento mais institucionalizado, casamento ou união consensual, nesta ordem, sendo que aquelas em uniões consensuais declaram sofrer mais violência;
- É branca ou se define como branca;
- Tem nível de escolaridade variável, com a maioria (83%) estando entre fundamental incompleto e médio completo;
- Tem baixa remuneração ou nenhuma remuneração, com 33% delas ganhando até 2 salários mínimos e 32% sem renda;
- 67% tem 1, 2 ou 3 filhos;
- Teve conhecimento do órgão por meio de redes sociais e de órgãos institucionais, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Órgãos/Funcionários/as da Prefeitura Municipal.

- Síntese das mulheres que declararam ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro.

- Mora na área urbana;
- É jovem, com a maioria (66%) tem entre 18 e 38 anos. Se for tomado o limite de 45 anos, o percentual sobe para 81%
- Está envolvida em relacionamento mais institucionalizado, união consensual ou casamento, nesta ordem, sendo aquelas em uniões consensuais declaram sofrer mais violência.
- É branca ou se declara branca,
- Tem nível de escolaridade variável, com a maioria (89%) estando entre fundamental incompleto e médio completo
- 73% tem 1, 2 ou 3 filhos
- Teve conhecimento do órgão por meio de redes sociais e de órgãos institucionais, como a Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher e Órgãos da Prefeitura Municipal. No caso da que declara ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro, a Delegacia da Mulher e os Órgãos/Funcionários da Prefeitura foram os mais acionados

Comparação dos dois perfis: em geral, o perfil da mulher que foi vítima de violência do companheiro/ex-companheiro não difere substantivamente daquele dado pelo conjunto de mulheres que procurou CRM ou mesmo daquelas que não declararam ter sofrido tal tipo de violência. O fato da proporção relativa das mulheres que não declararam ter sofrido tal tipo de violência aumentar em relação àquelas que sofreram, com o aumento da escolaridade, sugere fortemente que o nível de instrução constitui um fator

importante para se compreender como esta dinâmica se difunde. Apesar disto, o conjunto geral dos dados sugere, quase que tragicamente, que as mulheres que foram ao CRM, mesmo aquelas que não tenham declarado ter sofrido violência do companheiro/ex-companheiro estão, ao menos potencialmente, ameaçadas de sofrer tal tipo de violência.

É possível se considerar a hipótese de que as mulheres que foram buscar apoio no CRM, antes de terem sido agredidas, fiquem menos sujeitas a sofrerem, a permanecerem em relações de violência. Neste sentido, o CRM ganha uma dimensão preventiva importante, uma vez que o potencial de agressão permanece latente e muito próximo.

3.5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Olha, eu nunca fui feliz, nunca soube o que era felicidade, de uns tempos pra cá parece que...que clareou um pouco, sabe?!

Rita nasceu em Itápolis, possui cinqüenta e cinco anos, é branca, descendente de alemães e católica. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, no antigo Mobral. Começou a trabalhar ainda criança, na roça, como empregada doméstica. Aos dezessete anos de idade, conheceu seu primeiro namorado, João, dezoito anos mais velho. Após um ano, uniram-se e mudaram-se para Araraquara em busca de melhores condições de vida.⁷⁸

O casamento significou o aprisionamento de Rita. Durante quase quatro décadas sua vida foi permeada pela violência doméstica, expressa especialmente na modalidade simbólica e rotinizada. (SAFFIOTI, 2004). A violência iniciou-se com o não consentimento de João para que ela realizasse atividade remunerada fora de casa.

[...] Depois que eu mudei pra cá não trabalhei mais de empregada doméstica o marido dizia: “- Não tem nada que mulher trabalhar! Tem que ficar em casa cuidar da comida! [...] Na cabeça dele, pelo que ele falava, ele achava que a mulher quando trabalhava para fora, abandonava a casa e arrumava homem.

A história da instituição familiar brasileira tem como alicerce o modelo patriarcal, no qual as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos

⁷⁸ João é branco, possui ensino fundamental incompleto, exercia a profissão de pedreiro e possui quatro filhas com a primeira esposa.

homens. (NARVAZ; KOLLER, 2006). Na relação estabelecida entre Rita e João, a relação de poder era fortalecida com o dobro de diferença de idade entre ambos. Uma grande disparidade de idade entre os membros do casal têm sido analisada, de acordo com alguns estudos como um elemento de risco para a ocorrência de homicídios. (ALMEIDA, 1988). No discurso de João, apreende-se a incorporação de princípios de percepção enraizados na estrutura de dominação masculina, em que o patriarca detém o “direito” de utilizar diferentes formas de violência contra a esposa caso julgue necessário. (SAFFIOTI, 1999).

[...] Antes da gente morar junto, ele... me respeitava, me tratava bem. Depois que a gente foi morar junto que ele começou [com ameaças]. Acho que ele falou: “Agora ela não vai mais embora.” Daí eu falava: “- Um dia você vai se arrepender do que você faz. Um dia você vai se arrepender!”. Ele dizia: “- É porque não tem ninguém que faz nada comigo, porque eu sou homem direito, eu sou trabalhador.” Eu dizia: - “Mas tudo bem, isso aí não tem nem problema, não tem, nem tem nada de eu falar que você não é, você trabalha, tudo bem! Só que o que você está fazendo não é justo. Eu não mereço isso.” Ele tinha muito essa coisa: “- Eu te estouro a cara!” Sabe? “Uma hora te estouro a cara.” Aí eu ficava quieta, que eu via que ele tava meio alterado. Ficava quieta um tempo [...]

Fica evidente que João agia consciente da complacência social de domínio - exploração dos homens sobre as mulheres. Argumentava ainda que sendo provedor e trabalhador, as bárbaras violências cometidas ficariam impunes.

O cerceamento do direito de exercer trabalho extra-doméstico, de possuir independência financeira veio acompanhado de privações de várias ordens: privação alimentícia imposta propositalmente por João que não fornecia dinheiro à Rita, nem mesmo para a compra de alimentos básicos da casa.

Às vezes eu falava pra ele: “- Escuta vamos comer um lanche, porque hoje é sábado” Ele: “- Não, tem comida dentro de casa! Pra quê comer lanche?” E a minha raiva é que ele saia e eu não comia lanche. Quando ele voltava, eu olhava dentro do carro, tinha papel de lanche que ele comia com as pessoas dentro do carro... Ah, foi me revoltando, sabe?! Aí eu falei: “- Um dia eu vou comer tudo que tenho vontade, sem pedir...”

Rita passou também a viver em cárcere privado, sendo impedida de sair de casa e receber/visitar seus familiares.

[...] Não saía de casa, nem nas vizinhas ia, eu ficava dentro de casa assistindo televisão. Fazia tudo que tinha que fazer, por isso que eu sempre tive cachorro. [...] Porque eu era muito sozinha e eu não conversava com ninguém, só ficava ali naquela vidinha. Fica trancada dentro de casa [...] Ele não saía comigo, era muito difícil, muito difícil. Às vezes eles (familiares) iam em casa, sabe quando você fica com o coração na mão? Porque aí ele respondia mal, ele maltratava, sabe?! Então eu preferia que eles não viessem em casa. [...] Ele dizia: - “É, você não vai querer trazer todo mundo aqui, toda hora pra encher a saco pra isso e pra aquilo! Eu falava: “- Não, é minha mãe, minha família. Inclusive eu me afastei um pouco deles por isso [...]”⁷⁹

⁷⁹ A relação com os familiares do senhor João era diferenciada já que as filhas do mesmo, provenientes do seu primeiro casamento, visitavam constantemente o casal e tinham plena liberdade para freqüentar e morar na residência.

O isolamento social implica afirmação de poder, torna as mulheres vítimas de violência doméstica mais dependentes de seu agressor e limitadas nas possibilidades de procurar ajuda externa. (ALMEIDA, 2007; MONTEIRO; SOUZA, 2007). Agregam-se os impactos negativos na saúde física e psíquica das mulheres expressas em depressão, ansiedade, abortos espontâneos, sentimento de culpa, medo, baixa auto-estima e estado confusional que podem abalar as mulheres em decorrência do processo de violência sistemático vivenciado. (ADEOTADO, 2005; ALMEIDA, 2007; MENEZES, 2003; SCHRAIBER; D' OLIVEIRAR, 1999)

Merece destaque um episódio narrado por Rita, em que o companheiro, há quinze anos, foi morar com outra mulher, argumentando que Rita não era uma mulher interessante, lançava críticas ao fato de ela “ [...] *não fazer nada, só ficar dentro de casa e viver doente.*” Além de não reconhecer o trabalho doméstico realizado por Rita e a dedicação exclusiva a ele anos a fio, João cobrava da mesma comportamentos que ele próprio impedia que ela concretizasse. Durante o período de três meses, Rita ficou “[...] *sozinha na casa de aluguel, sem dinheiro, sem serviço, sem nada*”, sobreviveu com intensas dificuldades. Planejava ir morar com sua mãe, mas em sua fala evidencia que aguardava a volta do companheiro. Enuncia que caso conseguisse emprego não retornaria a relação, mas sua fala ambígua, abaixo descrita, parece indicar que além da dependência financeira, a dependência emocional, os laços de afetividade, a co-dependência da relação e de João tiveram influência na

decisão de aceitar o companheiro de volta três meses depois, mesmo com a possibilidade de trabalhar na casa de uma amiga:

Eu falava assim pra minha cunhada: se ele não voltar mais, eu vou morar sozinha. Eu vou arrumar um emprego, Aí fazia pão, pra vende, rosca doce, essas coisas. Minha cunhada me ajudava, a gente vendia. E um dia eu estava no mercado, no mercadinho lá perto, ele chegou em casa, com a perua carregadinha das coisas que ele tinha levado, eu disse: “- Oras, o que você está fazendo aqui?” Ele disse: “ - Ah, voltei, que aquela mulher não dá pra morar com ela!” Falei: “Ah, mas você falava que eu não prestava, que ela era a melhor mulher do mundo!” Eu falei : “- Não, eu não quero”. Se eu tivesse um emprego jamais eu tinha voltado. E eu ia trabalhar na casa de uma amiga minha que nós morávamos vizinha dela. Aí nisso ele chegou, eu falei pra ela [amiga]: “Ó, não deu, o homem voltou pra casa...”

Rita não se conformava com as violências do companheiro, mas não tinha possibilidades de reconhecer o lugar efetivo de produção da violência – a organização social de gênero. (SILVA, 2001a). Norteada por esquemas interpretativos, recortados do ponto de vista dominante, justificava a ocorrência das agressões pela bebida :

[...] Porque quando ele não bebe não tem pessoa melhor. Ele é estúpido mesmo, ele é o jeito dele, é estúpido mesmo. Mas não agride ninguém, não afeta ninguém, conversa, sabe?! Mas bebeu...aí acabou.

E: E quando ele bebe, ele é agressivo com todo mundo?

R: Com todo mundo!

E: Ameaça todo mundo?

R: Ameaçar não, mas às vezes a pessoa pergunta alguma coisa, ele diz: “- Não sei de nada não, não quero nem saber!” Sabe?! É estúpido.

Revoltava-se com as ações do companheiro não porque ele violava seus direitos de cidadania, não se percebia como sujeito de direitos, mas sim porque ela nunca negligenciou as obrigações de uma boa dona de casa.

[...] Ele não tinha motivo. Porque ele chegava, ele tinha tudo prontinho, comida na mesa, no prato, porque ele não tirava comida. Roupa lavada, passada no banheiro pra ele vestir, todo dia. Chinelo ali perto, tudo assim. Quer dizer ele não tinha motivo, então ele chegava sem motivo ele começava: “- É, porque sua mãe não sei o quê, por que sua família é isso, tua família não presta, sabe?” Essas coisas, umas coisas, que não tinha motivo pra ele me xingar daquele jeito. Daí eu fui pensando: “- Meu Deus, eu não tenho filho, sou sozinha. Que é que eu estou fazendo aqui? Mas ao mesmo tempo eu pensava: “- Eu vou sair sem dinheiro? Por que a gente tem uma casinha lá, mas não tem dinheiro. Até vender isso, como que eu vou ficar? Eu vou ficar na casa dos outros? Nem na casa da minha mãe eu não queria ficar! Porque também ela é aposentada, ganha mixaria... e meu Deus! E...não dá certo ficar na casa dos outros. E muitas vezes eu agüentava por isso.

É essencial destacar que, apesar de ceder às normatizações de João, balizar-se segundo preceitos da consciência dominada, Rita não era passiva, não era cúmplice da violência sofrida. Resistia à sua maneira, utilizando mecanismos diversificados: explicitava não merecer aquele tratamento, vendia pães caseiros para comprar alimentos, fugiu algumas vezes para ir ao posto de

saúde, na aula de ginástica, cortou o cabelo contra a vontade do companheiro e elaborava a procura de apoio externo para romper com a bárbara violência rotinizada, crônica e habitual.

Mas, consciente de suas limitações objetivas, utilizava a estratégia de ficar em silêncio quando previa a escalada da violência, onde as ameaças e xingamentos poderiam ser convertidos em violência física.

Quando sofreu a primeira agressão física, em 2005, Rita foi em busca de apoio externo:

“[...] Ah, eu sempre falava, eu falava. Porque as mulheres falavam pra mim: “- Ah, meu marido falou que vai me bater”. E eu: “- O dia que o meu bater eu vou embora! Ele pode me ameaçar, pode me xingar, tudo bem. Mas se ele relar a mão em mim...” E aí aconteceu...de um dia ele chegar em casa. Ele já vinha, meio esquisito uns tempos, sabe? Falava “Mulher o lugar é em casa”. Aí um dia ele chegou lá e quis me bater. Falei: “- Não!” Eu estava cortando carne e ele veio pra me bater. E lavando roupa eu estava. Aí eu estava com a faca na mão, “ - Peraí que ele vai ver”. Enfiei a faca dentro do tanquinho. Aí ele falou assim, pra um amigo dele que estava lá: “- Ah, ela quer me matar!”. Eu: “- Não eu estou cortando carne.” Ele chegou era duas horas da tarde, pra almoçar, agressivo...” Acho, eu não sei o que ele tinha bebido aquele dia, ele é de beber, bebida ele bebia todas. Aí começou a me agredir, aí ele chegou, me deu empurrão, me bateu que até me machucou. Meus braços ficaram roxos, a cabeça [...] Aí ele saiu e falou: “Bom, eu vou sair, quando eu voltar eu vou te bater mais [...]”..

Imediatamente após a violência sofrida e as ameaças do companheiro de agredi-la mais, Rita pegou moedas que possuía ⁸⁰ e encaminhou-se à Câmara Municipal⁸¹ para obter informações do Centro de Referência da Mulher, o qual sabia da existência através do rádio: *“Então eu ouvi falar no rádio. Ah... eu escutava, mas falava assim: “Meus Deus, onde que é?”.* Não obteve êxito, em virtude de ser feriado de Nossa Senhora de Aparecida, e todos os órgãos de proteção às mulheres estarem fechados, o que aponta a fragilidade da rede serviços no atendimento em feriados e finais de semana. Rita afirmou não ter lembrado de procurar a polícia, parecendo indicar não almejar uma saída policial para o seu problema.⁸² Encontrou uma cunhada e permaneceu quatro dias em sua casa até que encaminhou-se à Câmara Municipal para saber o endereço do CRM.

No acolhimento, realizado por uma das psicólogas do órgão, Rita relatou a situação vivenciada, o medo de retornar à residência e especialmente o desejo de obter informações sobre a separação e a partilha de bens. Na ocasião, o casal possuía duas casas, o local de residência e ao lado um mercado.

⁸⁰ Quando procurou o Centro de Referência da Mulher, João tinha comprado um mercadinho há um ano. Segundo ela, João fez a compra para ele trabalhar no bar, mas devido à demanda de serviços como pedreiro e a impossibilidade de estar no mercado durante todo o dia, Rita começou a trabalhar no mercado. Relata que João nunca deixava dinheiro no caixa com medo que ela pegasse, mas descuidava-se das moedas, as quais ela pouco a pouco ia guardando.

⁸¹ Rita afirma que, em algumas ocasiões foi à Câmara Municipal com João para resolver questões relativas a impostos e fez amizade com a assessora de uma vereadora, com a qual buscava informações sobre o CRM.

⁸² Objetivando “solucionar”, minimizar a fragilidade de atendimento aos finais de semana e feriados, o Centro de Referência da Mulher formulou parceria com a Casa Transitória, órgão também municipal para o acolhimento de mulheres e seus filhos/as. Chegando ao local, em geral através da Polícia Militar, as mulheres utilizam um quarto separado e a equipe do albergue comunica-se com a coordenadora da Casa Abrigo “Alaíde Aparecida Kuranaga” para a tomada de providências cabíveis.

Orientada sobre a existência da Casa Abrigo “Alaíde Aparecida Kuranaga”, concordou em ir para o local, no qual permaneceu por volta de vinte e cinco dias.

[...] Então, eu não sabia como que era. Eu falava: “- Eu vou procurar pra ver o que elas podem fazer pra mim. Se é como ele fala, que eu não tenho direito de nada: “- Isso aqui é meu, o que tem aqui é meu!”. Aí, quando eu fui lá, que conversei com a advogada, aí eu falei: “- Então o negócio é diferente!”. Se fizesse dois dias que estava com ele, não, faz trinta e seis anos....então o que ele tem também é por causa de mim. ?! Achava que eu não tinha nada mesmo!. Porque a gente não é casado no papel, tem nome diferente...e eu...não ligava pra essas coisas também. Porque eu achava que eu tinha que ir embora sem nada. Era isso que ele falava [...] . Por isso que eu era meio revoltada, mas guardava aquilo comigo. E eu acho que agora, muita dor que eu tenho, muita doença, acho que é a respeito disso mesmo... Aí conversaram bastante comigo, falaram, explicaram... daí agora então, estou esclarecida. Só foi coisa boa. Eu gostei muito de ficar lá.

Ao discorrer sobre a experiência na Casa Abrigo, Rita destacou o fato de poder refletir sobre sua vida e poder exteriorizar suas angústias com a psicóloga. Em análise sobre o significado da terapia, enuncia:

Acho que é pra esclarecer a cabeça da gente, que sempre foi só, criada na roça, só trabalhando a vida inteira. Depois arruma um homem, só trabalha também, acha que não tem direito de nada. Acho que esclarece muito a cabeça.

Entretanto, demonstrava impaciência com a prevista demora da Justiça para consubstanciar as questões legais: o afastamento de João da residência, a partilha dos bens e a separação. É preciso evocar também que, dentre as sugestões de Rita para um melhor atendimento dos órgãos, Centro de Referência da Mulher e Casa Abrigo, ela aponta a necessidade de mais atividades, oficinas na Casa Abrigo para ocupar o tempo das mulheres e concomitantemente proporcionar algum tipo de formação profissional. Estabelecido o contato com uma sobrinha, resolveu que iria morar com a mesma em Itápolis, até que fossem resolvidas as questões judiciais, mas tendo João descoberto onde ela estava, a procurou solicitando seu retorno.

Aí ele foi lá, pediu, pediu. Eu falei: “- Não, eu não vou voltar pra casa, pra você fazer o que você fez comigo? Não se faz nem com cachorro!” Ele falou: “- Não, mas agora eu vou mudar, porque agora não sei o que”. Sabe? Mas aí eu pensei bem: A minha parte, é minha, ninguém tira. Aí eu falei: “- Não, sabe que eu vou fazer?” Eu pensei bem, peguei e voltei. Dava medo de ver a casa: tudo abandonado. Estava tudo bagunçado! O bar...ele tava tocando o bar, mas ele tinha posto uma mocinha lá, nossa senhora! Aí eu voltei, aí falei: “- Agora, eu vou ser diferente, eu vou começar a guardar dinheiro, comprar o que eu tenho vontade, e ele vai se virar!” Aí começou, aí eu comprava um perfume, mais caro, roupa. Tudo o que tinha vontade de comer...! Não tinha nem dúvida.

Rita retomou o convívio com João, mas em condições significativamente diferentes. A experiência vivenciada na Casa Abrigo, no Centro de Referência

da Mulher, o contato com novos capitais culturais referentes às relações de gênero, os diálogos travados com outras mulheres, vítimas de violência conjugal, e, em especial, a orientação jurídica sobre seus direitos contribuíram para seu fortalecimento e a materialização de mudanças elaboradas há décadas em sua vida: *“Eu sempre pensava, um dia vai ter que mudar essa situação.”*⁸³

Destacamos o desenvolvimento de sua auto-estima, o cuidado de si, a relação com o corpo e o posicionamento perante o mundo exterior:

Muita coisa mudou. Dentro de mim, assim, porque eu era muito fechada, eu só chorava. Aí parece que foi me abrindo por dentro, sei lá. Agora eu chego em um lugar, eu converso. De primeiro, não. Eu ficava no canto, sabe?! Mudei tudo. Mudei. Mudei roupa, mudei tudo. Cabelo, tinha que ser cabelo comprido. Porque agora eu tenho que fazer minha ginástica, que eu não deixo, vou três vezes por semana, lá no posto de saúde, que tem o professor lá. E vou na hidroginástica também, três vezes por semana. Faço meu serviço, vou na igreja, vou na novena...

Até mesmo o controle do dinheiro passou a ser feito por ela “[...] Quem administra o dinheiro acaba administrando, real, ou simbolicamente, a mobilidade do outro e a de si mesmo (CORIA, 1991, apud SAFFIOTI, ALMEIDA, p, 93).

[...] porque agora mudou também porque ele me dá todo o dinheiro na minha mão. Antes ele enfiava no bolso, eu nem sabia quanto ele tinha, quanto não tinha. Agora não, eu

⁸³ Conta que depois que saiu da Casa Abrigo retirou a queixa contra o companheiro.

recebo. Porque agora a gente está vivendo mais...que eu aluguei tudo lá [duas casas, o mercadinho fechou], estou vivendo mais do aluguel. E as pessoas vem: eu faço recibo, eu que recebo e eu guardo. Ele não sabe nem onde que está, ele não sabe nem quanto tem.

No tocante ao *habitus*, aos esquemas de percepção sobre a violência doméstica, é possível afirmar que permanências e mudanças confluem nos princípios de visão de Rita. Embora ainda apóie a explicação sobre as causas da violência doméstica empreendida por João à bebida e ao “gênio ruim” dele, ou seja, utilizando argumentos derivados da naturalização do social, também reconhece a violência simbólica alicerçada na dominação masculina como propulsora das relações violentas. Identifica que João utilizava a privação econômica para mantê-la aprisionada na relação, reconhece o seu trabalho dentro do espaço familiar e, fundamentalmente, se reconhece no direito a ter direitos.

João, que não teve acesso a recurso externo para problematizar/ressignificar o *habitus*, o ideal viril, os ritos, os códigos [...] que constroem e fortalecem a identidade e a dominação masculina [...] (LANG, 2001, p. 1) alterou seu comportamento perante Rita, mas ainda busca manter os lugares hierárquicos de gênero.

Aí ele melhorou. Aí, hoje, tem discussão, lógico, mas falo: “- Pelo amor de Deus! Pára, hein?! Não vem falar na minha cabeça não! Some de perto de mim, vai pra onde você tem que ir...” [...] Ele fala uma coisa, eu respondo. Ele fala outra, eu respondo. Ele saí, da uma volta lá, vem...

E: E ameaças, xingamentos?

R – Não. Não teve mais não. Agora não. E outra, ele achava que eu não tinha dinheiro, então eu não ia sair de casa nunca. Sabe?! Na cabeça dele acho que tinha isso: “- Ela não tem dinheiro, eu não dou dinheiro, ela vai ficar em casa. Ela não vai poder sair, pra onde ela vai sem dinheiro?”

Aí ele falou: “-Ah, vai sim, vai.”. Então mudou, sabe?! Mudou muito. Não sei se é porque ele tem medo que eu vá embora e não volto mais, porque isso eu prometi: “- O dia que você levantar um dedo, eu saio. Mas dessa vez você não me encontra mais, não!”.

Com o relato de Rita, evidencia-se que a ressignificação de dispositivos consagradores da dominação masculina, em especial da modalidade doméstica, não se restringe às mulheres atendidas no órgão, estende-se aos companheiros das mesmas e as redes de convívio social de mulheres e homens na cidade. É notório que Rita utiliza a existência do Centro, a possibilidade de sumir novamente e nunca mais voltar como instrumento para conter as ameaças de João.

Aí, inclusive, teve um senhor, que a mulher desse homem, ficou na Casa Abrigo. Que eu não sei quem é o homem até hoje, que ele não falou. Mas ele disse que conversou com esse senhor e diz que a mulher dele foi pra outra cidade, ele não sabe até hoje onde que ela está. E ele ficou com medo. Ele tem medo [...] Porque de vez em quando eu falo: “- Ué...porque você não arruma um pessoa, lembra quando você fazia isso comigo? Que você me maltratava? Eu quero ver que pessoa que agüenta, que agüentaria você até hoje”.

E – Ele sabe do Centro de Referência da Mulher? E – E o que ele diz?

R – Nos primeiros dias ele falava: “- Acho que prenderam você pra você falar mal de mim.” Eu falei: “- Se quiser eu levo você,

não lá onde eu fiquei, porque eu não vou dar endereço, mas levo você na casa da Referência da Mulher e você vê as moças lá, você vê a psicóloga, você pode até conversar com elas.”

E – E ele?

R – “- Ah, não, não vou não!”. Aí um dia até queria vim comigo, depois: “- Não, não vou não.”.

Atualmente Rita possui outras referências simbólicas, outros *habitus* sobre a violência doméstica, faz planos, sonha e resgata cotidianamente sua dignidade humana;

E: A senhora é feliz?

*R: Olha, eu nunca fui feliz, nunca soube o que era felicidade, de uns tempos pra cá parece que...que clareou um pouco, sabe?! Totalmente eu não sou não. Porque sempre tem qualquer coisinha. O que eu gostaria de fazer ele não gosta: eu gosto de dançar, eu gosto de ir em festa, eu gosto de fazer uma festinha pra um aniversário, em casa, convidar minhas amigas. Isso aí, até ele não está ligando mais... Mas ir em baile, ele não gosta. Eu não vou, porque também eu acho chato eu ir sozinha. Acho que os outros vão falar: “- Essa mulher é casada tantos anos! Agora sai sozinha, larga o marido em casa.” E ele também não aceita de eu ir sozinha. Isso, acho que não. Nem tentei falar **ainda**. (risos)*

“Eu sou uma pessoa que não desisto da vida!”

Catarina nasceu no Paraná, é branca, católica, possui trinta e seis anos e o segundo grau completo. Veio morar em Araraquara há mais de vinte anos com seu ex-companheiro, Adalberto, branco, 46 anos, ensino fundamental incompleto.

Os dois começaram a namorar quando ela tinha 13 anos e ele 24. Após dois anos de relacionamento, Catarina mudou-se para a residência da irmã de Adalberto, pois seus pais foram morar em Matão e ela não queria afastar-se do namorado por quem era completamente apaixonada. Para se manter financeiramente, trabalhou como empregada doméstica. Nesse período, engravidou do primeiro filho. Adalberto se recusou a assumir o filho, entretanto, em decorrência da intensa pressão familiar, três meses depois do nascimento reconheceu a criança. Muito contrariado foi morar junto com Catarina enunciando desde o princípio que ela era “[...] uma banda morta na vida dele.”

Catarina relatou sua história após uma vivência de cinco meses na Casa Abrigo “Alaíde Aparecida Kuranaga” e de um ano e meio de atendimento terapêutico individual no Centro de Referência da Mulher, entidade com a qual mantém forte vínculo participando de atividades como oficinas de qualificação em relações de gênero, campanhas de combate à violência contra a mulher, conferências de mulheres, entre outras promovidas pelo referido órgão.

Desde 2002, Catarina aproximou-se do CRM em busca de apoio externo para romper com a situação de violência doméstica crônica, habitual, impingida pelo companheiro. Objetivava principalmente abrigar-se em um local

seguro, longe das violências e das tentativas de assassinato perpetradas por Adalberto.

E era assim, ele saía pro bar, bebia, se ele chegasse em casa e tivesse algo fora do lugar e as crianças não tivessem dentro de casa naquele horário ele jáalaria, ele perguntaria “- Por que as crianças não estão? Por que a comida não está pronta?” Era o motivo dele brigar comigo. Ou se eu saísse para ir na casa de alguém e eu não voltasse antes de ele chegar, aquilo era motivo de que ele já vinha me agredir. Ele me agredia assim de... de momentos de uma hora para outra. Ele estava calmo e de repente ele se transformava numa outra pessoa. Agressão física, verbal, olha principalmente psicológica. Eu acho que agressão dele me bater várias vezes, ele me espancou, ele tentou me matar várias vezes com revólver, com faca, ele tentou me matar com martelo, ele tentou me furar com espora de animal, que passa no animal para pular, ele tentou me matar com facão, várias vezes.

Catarina buscou afastar-se de Adalberto várias vezes e de vários modos, procurando a delegacia, fazendo boletins de ocorrência⁸⁴, dirigindo-se ao Centro de Referência da Mulher, contudo, sempre retornava ao convívio com o agressor em decorrência de uma série de elementos, principalmente pelo medo das ameaças recebidas e a ausência de um local seguro na cidade para preservar sua vida, de fato, estava aprisionada na relação violenta:

[...] Passei sim por várias dificuldades, passei por muitos é... como se diz...teve muitos rompantes meus de eu ter... tomar a decisão e voltar atrás na decisão que eu tinha tomado [...] Eu já ficava com medo, ele ia pro bar beber, bebia e voltava para

⁸⁴ Fez três boletins, mas retirou devido à ameaça de Adalberto “[...] Se isso for pra frente e o juiz me chamar, e se acontecer alguma coisa, quando eu for preso, eu mato você.”

casa “estocando”. Aí ele chegava na porta, ele batia a porta de uma vez pra me assustar! Eu tinha tanto medo dele que eu tremia. Eu tive problema de arritmia cardíaca depois! [...] Só de eu ouvir a voz dele, meu coração acelerava, acelerava de tal forma que parece que ia sair pela boca! [...] Aí se eu abrisse a boca ele já me agredia! Ele já vinha espancando, e o que ele tivesse, ele pegava em mim e vinha em cima de mim [...] Até umas vezes eu tentei ir para cima dele, mas era pior porque ele me batia mais ainda!

Diversas pesquisas (ADEOTATO, 2005; SCHRAIBER, D’ OLIVEIRA, 1999; RUFINO, 2004) explicitam que mulheres em situação de violência apresentam vários problemas de saúde, entre eles, sintomas de ansiedade, insônia, depressão, pensamentos suicidas.

Quando Catarina ensejava romper com a relação ou denunciar as agressões Adalberto potencializava as ameaças e violências estendendo-as a familiares da esposa, em especial à mãe de Catarina.⁸⁵ Este aspecto configurava como desestímulo para que a mesma recorresse ao apoio familiar como uma das saídas para a resolução da situação.

Adalberto também não poupava os dois filhos, pelo contrário, era extremamente agressivo com eles [...] *Ele era uma pessoa assim se ele batesse nas crianças ele não batia de mão ele já pegava alguma coisa para bater.*”. Em uma ocasião, ateou fogo na casa com as crianças dentro.⁸⁶

⁸⁵ A mãe de Catarina tinha conhecimento do martírio vivenciado pela filha, em algumas ocasiões enfrentou Adalberto e sugeria que Catarina morasse com ela, mas diante das ameaças ela permanecia no convívio com Adalberto.

⁸⁶ Na ocasião, as crianças foram resgatadas por um amigo do casal. Catarina narra que os/as filhos/as presenciavam e interferiam nas brigas e que conforme seu filho cresceu, Adalberto diminuiu as agressões. Estudos (MALDONADO; WILLIAMS, 2005) mostram que crianças que testemunham violência doméstica apresentam prevalência de problemas comportamentais, como agressividade, isolamento, depressão, baixo auto-estima, entre outros.

A situação vivenciada por Catarina se insere na dinâmica apontada por Almeida (1988), em que a violência de gênero rotinizada segue uma escalada, englobando uma série de “pequenos assassinatos” diários da mulher. São cenas de violências cotidianas, de ameaças de morte lançadas à mulher e/ou aos (às) filhos/as e aos demais familiares, de tentativas de homicídios anteriores que constroem um cenário de terror doméstico, obstruindo as poucas saídas vislumbráveis.

Temendo que a violência física pudesse incidir em *femicídio*, Catarina era obrigada a manter relações sexuais com Adalberto, ou seja, era recorrentemente “estuprada”. Várias pesquisas apontam que uma entre quatro mulheres brasileiras pode ser vítima de violência sexual cometida por parceiro íntimo. Há ainda grande tolerância social com tal prática no interior do casamento em decorrência da lógica patriarcal de gênero garantir a posse dos homens sobre o corpo e a sexualidade das mulheres.⁸⁷

Após as agressões, Adalberto pedia desculpas, afirmava estar muito nervoso e reafirmava a posse, a marca de poder e a ascendência sobre Catarina. (VIGARELLO, 1998).

[...] O depois dele é o seguinte, ele chorava e falava que aquilo aconteceu porque ele estava muito nervoso, porque ele é muito revoltado, porque ele é muito nervoso, porque quando ele bebe fica pior, e aí ele pedia desculpa, pedia perdão

⁸⁷ Em 1988, o Ministério da Saúde criou a Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual, buscando propor e monitorar o desenvolvimento de políticas específicas sobre a questão, articuladas à Área Técnica de Saúde da Mulher. No mesmo ano, foi publicada uma Norma Técnica intitulada “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”. Esse documento estabelece que as unidades com serviços de ginecologia e obstetrícia devem estar qualificadas para o atendimento aos casos de violência sexual, dentro da esfera do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism). (CAVALCANTI, 2007).

*chorando. E ele queria que no momento que ele pedisse desculpa para mim que eu tinha relação com ele. Era assim. Ele achava que ele batia de manhã, de noite ele chegava pedia desculpa e eu deitava com ele e eu tinha que ser a mulher melhor do mundo. E muitas vezes eu tive que fazer as coisas sem querer, pra amenizar a situação e ele não tornar a me bater. Muitas vezes eu fiz isso muitas. Isso para mim era humilhante, nossa, era a pior coisa que tinha! É por isso que eu me sentia muito, me sentia a mulher mais péssima do mundo! Eu achava que nem as prostitutas não era uma pessoa que - nada contra, mas não estaria passando pelas coisas que eu estava passando. Porque a gente sabe que a prostituição hoje é uma profissão. Mas eu não tinha profissão, essa não era minha profissão porque eu tinha que fazer com a pessoa? Porque eu tinha que acalmar ele?*⁸⁸

Nesse contexto, Catarina tinha seu corpo violado, sua auto-estima debilitada, acumulando sofrimentos profundos em sua estrutura psíquica. Relata que a violência psicológica sofrida era a mais dolorida, mais humilhante e difícil de ser superada, especialmente por advir de uma pessoa íntima, com a qual mantém (mantinha) vínculo afetivo.

E eu me sentia péssima, me sentia nojenta, acabou com a minha...auto - estima eu nem tinha. Eu andava parecendo..., sei lá, uma coisa perdida no mundo [...] Mas acho que a agressão pior que ele fez comigo foi a psicológica, que ele “denegria” a minha imagem, ele falava que eu era uma mulher que não prestava, que era vagabunda, biscate, esses nomes

⁸⁸ Alguns estudos realizam análise das relações de violência conjugal através da “Teoria dos Ciclos de Violência Conjugal”. Nesta vertente descreve-se um ciclo com três fases distintas: 1. Formação/Acumulação da tensão; 2. Explosão ou grave incidente de espancamento; 3. Lua – de – mel em que homem é amoroso, pede desculpas e promete mudanças. (WALKER, 2004).

horríveis que eu simplesmente nunca ouvi de outras pessoas, na rua. Por hipótese de eu ter brigado com alguém, alguém nunca me xingou assim não, mas ele me agredia. E a parte psicológica que eu tinha muito problema, por eu me achar uma pessoa inferior a qualquer outra pessoa, eu era, eu me achava feia, eu me achava que eu não era importante, eu não tinha nenhuma importância para ninguém, eu não era importante, eu não tinha valor nenhum. E ele fazia com que eu não tivesse valor, era isso que ele mostrava. “- Você?! Quem vai querer você se você largar de mim? Com dois filhos, feia, com bunda caída.” Como ele falava: “- Peito [...] já não está mais no lugar.” Ele falava isso pra mim assim... como se eu, fosse um bicho. E que ninguém ia gostar de mim, que ninguém ia me querer. Então eu não me cuidava, eu não... Para mim o que ele falava era normal

Outro aspecto que merece destaque incide no fato de Catarina incorporar esquemas dominantes de gênero, ou seja, ela evidencia que tinha sua auto-imagem modelada, definida pela ótica dominante, o que Bourdieu (1999, p. 47) denomina “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação.”

Até o tipo de roupa utilizado por Catarina era normatizado por Adalberto:

[...] Sempre usei calça. Porque mini-saia, saia, short nunca! Roupa fora...costas peladas, imagina! Se eu fosse era... motivo de briga! Aí sim era motivo de briga, quando eu saísse se eu colocasse um brinco maior, tinha que ser bem pequenininho para não me mostrar. Se eu pusesse um batom, era um batom da cor da pele, da cor da boca, porque se eu mostrasse o batom é vagabunda. “-Ah! Porque quem usa batom é vagabunda.” Eu fui tirar minha sobrancelha com 27 anos porque eu não tirava. Mas quando eu tirei ele quase me matou! Porque ele falou que eu era uma biscate, uma

*vagabunda, porque era mulher a toa que tirava sobrancelha.
Ele quase me matou.*

Um intenso processo de socialização contínuo e difuso que perpassa as vias simbólicas da comunicação, as aspirações subjetivas, as representações os discursos, as práticas e os espaços sociais tendem a ditar limites quanto aos “usos legítimos” que as mulheres fazem de seu corpo. Os trajés, as maneiras de se movimentar, de sentar, de andar, de erguer a cabeça, os olhos, de ocultar os espaços físicos estão sobrecarregados de significação moral que buscam encerrá-las numa espécie de confinamento simbólico. (BOURDIEU, 1999).

Catarina desde a infância foi vítima indireta da violência doméstica, assim como seus filhos, presenciou seu pai agredindo sua mãe. Desta forma, afirma considerar “natural, da ordem das coisas” tal situação de violência:

Normal! Acho que se passasse por violência com o marido, era normal, minha mãe passou! Meus avós passaram! Então quer dizer isso era normal, não era normal entender que ele não trabalhava. Isso para mim não era normal. Mas passar por aquela pressão, xingamento, aquelas coisas, tudo eu achava normal. Pra mim não era diferente. Eu achava que por eu ser criada assim, achava que os maridos tinham o direito de falar as coisas, eu achava assim: “- Não, eu estou casada e isso pode passar, isso é direito, era obrigação minha passar.” E com isso eu pensei muito nisso. [...] Já vinha do meu pai, da minha mãe, depois do meu padrasto. Todas essas coisas eu já vinha passando desde lá, eu já via isso. Em uma época que eu passei, antes de eu conhecer o Centro, de eu passar por isso tudo, graças a Deus hoje eu estou com uma cabeça diferente, mas antes eu pensava assim, que era assim...

Visualizamos que o medo, as dificuldades objetivas de acesso a serviços enfrentados por Catarina, aliavam-se à aderência de instrumentos de conhecimento da lógica androcêntrica e dificultavam a saída da relação. As experiências familiares de Catarina, os instrumentos de conhecimento sobre as relações entre mulheres e homens no âmbito do casamento estavam marcados por conceitos normativos que instauram as interpretações do masculino e do feminino ancorados em uma oposição binária tomada como dominante, naturalizada, fixada como a única possível: marido manda x mulher obedece. (SCOTT, 1990). Como ela mesma diz, era “natural” ser tratada daquela maneira.

Outro aspecto importante a ser analisado é que Catarina não era dependente economicamente de Adalberto, pelo contrário, era ela que trabalhava e mantinha a casa. [...] *Ele não trabalhava eu que tinha que trabalhar para tratar dos filhos e até dele porque ele não tinha nada até roupa, calçado, remédio tudo que ele tinha era eu que dava [...]*. Adalberto realizava o trabalho doméstico, lavando, limpando a casa e cozinhando, mas não desempenhava o trabalho na terra, ocasionando a perda do lote em que residiam. Fazia “rolos” e “bicos”, mas o dinheiro que recebia gastava praticamente todo no bar.

A implantação da Casa Abrigo “Alaíde Aparecida Kuranaga” foi fundamental para a alteração daquele “estado de coisas”. Conhecedora da instauração do órgão, Catarina sentia-se mais fortalecida para materializar o que dizia para Adalberto em todas as discussões “[...] *Um dia eu saio, mas não volto e eu vou esperar a oportunidade certa [...]*”.

E eu participava muito nas plenárias que tinha sobre violência da mulher mesmo sendo ele contra, mas como ele sabia que eu gostava de estar envolvida na política, e às vezes eu falava que tinha compromisso, mas era uma plenária da mulher [...] só que eu não tinha força de tomar uma decisão aí foi quando eu soube que tinha Casa Abrigo já em Araraquara. Depois de muito tempo que isso já estava acontecendo. Acontecia agressões eu vinha aqui em Araraquara fazia Boletim de Ocorrência, mas acabava voltando para casa porque não tinha pra onde eu ir, não tinha onde eu ficar e acabava eu tendo que voltar para casa com os filhos. Mas foi quando eu soube que aqui em Araraquara tinha sido inaugurada a Casa Abrigo que protege as mulheres, aí eu fiquei guardando aquilo, depois de muito tempo eu fiquei..., a próxima vez que ele me agredir eu vou tomar uma decisão [...]

A última tentativa de homicídio foi motivada por uma situação em que Catarina posicionou-se contrariamente a postura de Adalberto sobre uma mulher de um programa televisivo:

Aí, até então ele correu atrás de mim lá fora com uma faca tentando me matar, e meu filho ficou tentando segurar ele. Eu fui parar na casa de uma amiga da gente lá. Aí foi lá ele gritando lá fora que não era para eu pegar o telefone e ligar para o dono da casa. Aí eu falei: “- Não, você não vai fazer isso, mas eu vou.” Aí eu peguei o telefone da casa da mulher eu liguei para a polícia. Levou 40 minutos para a polícia chegar, mas chegou. [...] Aí ele foi até a casa e eu falei para o meu filho: “-Eu estou indo embora, mas eu não volto. [...]” Foi a última vez que ele me agrediu. Hoje tem um lugar que vai me proteger, que é o Centro de Referência da Mulher, junto com a Casa Abrigo, e eu não vou voltar para casa mais, hoje eu vou tomar uma decisão!”

Ciente de que Catarina chamou a polícia, Adalberto fugiu. Ela registrou queixa na Delegacia, passou a noite na Casa Transitória e na manhã seguinte foi encaminhada para o Centro de Referência da Mulher junto com a filha.⁸⁹

Mas aí no outro dia no Centro de Referência, eu cheguei até o Centro de Referência, fiquei muito feliz, porque fui muito bem tratada. [...] Aí fiquei quando eu fui abrigada, eu vi que lá dentro eu poderia ficar o tempo que eu precisasse pra eu poder conseguir tomar minha decisão, e foi onde que eu consegui tomar minha decisão porque eu sei que lá dentro eu tinha proteção. Sei que ele não saberia onde que era, sei que ele não poderia me ver, porque eu teria proteção, de eu estar saindo e alguém que pudesse me levar, ou a polícia, eu sabia que ele não ia me achar. Então eu fiquei muito feliz com isso. Toda vez que eu precisava sair de lá eu estava com alguém que me protegia. Então foi o...ponto principal de eu ter conseguido tomar minha decisão, foi eu ter tido apoio do Centro de Referência da Mulher e da Casa Abrigo para eu poder estar lá dentro.

A: Nessa fase, você não amava mais ele?

B: Não. Eu já não amava há muito tempo, só que eu tinha medo de separar dele. Esse era o motivo.

Adalberto não aceitava a separação e encaminhava-se ao Centro de Referência da Mulher, buscando informações sobre Catarina, afirmando saber que Catarina estava em uma Casa Abrigo. Nas primeiras visitas, apresentava um comportamento muito calmo, sendo extremamente educado. Dizia que havia tido uma “pequena” discussão com a companheira, mas a amava muito e estava profundamente arrependido. O intenso amor pela filha também era

⁸⁹ O filho de Catarina com dezesseis anos resolveu ficar com o pai.

mencionado, de modo que afirmava não conseguir viver sem a mesma e que a criança deveria estar sofrendo por ser muito apegada a ele.

Embora orientado a procurar um advogado, Adalberto insistia em obter informações no CRM. Numa ocasião chegou agitado no órgão dizendo para uma funcionária da equipe que necessitava falar urgentemente com Catarina porque a mãe da mesma havia sofrido um enfarte e estava entre a vida e a morte, informação não verdadeira.⁹⁰

Catarina narra que a experiência na Casa Abrigo significou a possibilidade de refletir sobre sua vida, fazer planos, vencer o medo e a angústia que a acompanhavam durante muitos anos. Enfatiza muitas vezes na entrevista o fortalecimento de si mesma, “[...] *tenho muito alegria de ter passado por lá, porque eu sei que lá eu consegui a força que eu tenho hoje.*”

Aí quando eu cheguei aqui eu falei: “- Não, agora eu vou tomar uma decisão e eu não vou voltar atrás!”. Tive sim, muito medo dele, várias vezes! [...] Tive muitos rompantes meus de eu ter ... tomar a decisão e voltar atrás na decisão que eu tinha tomado, só que com a ajuda da psicóloga que eu tive, que foi muito boa comigo, muito paciente [...] eu ficava brava porque não queria ser atendida, queria embora, mas ela não, ela teve paciência comigo e ele me mostrou que tinha um caminho além daquilo que eu estava passando, tinha uma coisa, que aquilo era uma parte que ia passar [...]

⁹⁰ Alguns homens encaminham-se ao CRM, buscando informações sobre as mulheres. A maioria reproduz o mesmo discurso, terem tido um pequeno desentendimento com a esposa, estarem arrependidos e almejarem pedir desculpas. A orientação dada a eles é para procurarem um advogado. As funcionárias do CRM não confirmam a estadia das mulheres na Casa Abrigo, mas muitas vezes os homens dirigiam-se ao CRM após terem vindo da DEAM e lá as funcionárias do local forneceram vários detalhes do abrigo da mulher, prejudicando o sigilo do trabalho. O CRM não possui policial 24 horas, mas a Guarda Municipal ronda, faz visitas ao local durante o dia. Além disso, o órgão possui alarme monitorado e um acesso rápido à empresa de segurança, caso necessário, seguranças encaminham-se até o local.

Aponta como positivo a proteção, a orientação sobre direitos, leis, apoio psicólogo, mas indica também as tensões, a ansiedade experimentada por estar fechada, os comportamentos de resistência para acompanhar a terapia, os rompantes para retornar para casa e as fragilidades do órgão para a resolução integral da situação de violência:

*[...] Que a mulher teria que ter um pouco mais de condições quando sair de lá. Porque quando a gente sai de lá assim, o Centro dá um apoio psicológico, o Centro dá um apoio moral, sabe, dá um apoio. Mas eu digo casa! Local! Moradia! Onde a mulher tem que arrumar um emprego para pagar seu aluguel. E simplesmente essa força ela não tem. E por isso muitas mulheres acabam voltando para seus maridos por não ter proteção depois! Não proteção de polícia, não proteção física... Aquela proteção de ter, sabe, material! Um lugar onde ela tenha uma casa para morar com seus filhos, entendeu? E até então um emprego, porque muitas vezes a mulher não consegue emprego mesmo estando dentro da Casa Abrigo. Ou, depois que ela sai de lá, porque, é difícil! Eu... sugeri na época, que, as mulheres, aqui em Araraquara ou em outros lugares também, teria tipo uma cota de empregos garantidos pelas empresas [...] É, em uma entrega de casas, pela Cohab, pela Cdh, pela Caixa, coisa assim que moradia.*⁹¹

⁹¹ Buscando minimizar essa carência e promover a reintegração social e a autonomia pessoal e econômica das mulheres foram desenvolvidas articulações com Coordenadoria de Habitação do município e criado em 2007 a “Política habitacional para mulheres em situação de violência doméstica.” Neste projeto as mulheres têm assegurado cotas em projetos habitacionais da Prefeitura. Podem trabalhar em sistema de mutirão ou pagar pequenas parcelas pela casa. Até o momento 14 mulheres atendidas no CRM e na Casa Abrigo tiveram acesso ao programa. Outra alternativa criada também em 2006 foi o aluguel social. Neste a Prefeitura custeia o aluguel por um período de seis meses para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Há ainda a necessidade fortalecer programas neste sentido. No tocante a questão do emprego, não existe uma política articulada de emprego com empresas do município apesar da Coordenação do Abrigo ter buscado projetos desta natureza. As mulheres abrigadas são inseridas em projetos de geração de trabalho e renda e qualificação profissional da Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico. Durante a permanência no abrigo as mulheres saem do local para enviar currículo, fazer entrevista de emprego com uma profissional da equipe técnica. Uma das dificuldades encontradas para acesso a emprego é a ausência de formação profissional da maior parte das mulheres. Os dados do perfil das mulheres que procuram o CRM contribuirão para traçar ações e políticas neste sentido.

Catarina ficou na Casa Abrigo no período de cinco meses, saiu após sentir-se internamente fortalecida e conseguir um emprego. Ficou um mês na casa de uma tia até o apartamento que tinha alugado ser desocupado. Demorou um ano para a Justiça definir a partilha de bens, o que lhe causou muitos transtornos, pois teve que comprar/emprestar móveis para sua nova casa. Atualmente ganha R\$ 470,00 reais, vende bijuterias para aumentar a renda, mora com a filha⁹² em um apartamento “[...] *Tenho uma casinha e tenho meu apartamento! Agora vou conseguir meu carro, aos poucos. [...] Eu tinha um jipe na época que ele .perdeu a terra, então eu consegui que esse jipe fosse vendido, e essa parte eu comprei o apartamento.*

A relação de Catarina com seu corpo, com sua auto – imagem e auto – estima foi profundamente transformada, subverteu a alienação simbólica a qual as mulheres são condenadas pelo fato de que são socializadas a serem percebidas e se perceberem pelas categorias dos dominantes, ou seja, masculinas. Nessa dinâmica o corpo imposto como modelo é o corpo –para – o – outro, um corpo que existe pelo olhar dos outros, um ser percebido, um ser para o olhar suscetível de ser manipulado como capital simbólico. Como transcrito abaixo Catarina resignifica esses dispositivos sociais, estabelece uma relação com o corpo denominada por Bourdieu de corpo em si. “[...] um corpo que é por si mesmo seu fim. (BOURDIEU, 1996b, p. 39).

Ai...mudou cem por cento! Aí eu senti bem porque eu mudei a minha vida, hoje eu saí, me divirto e procuro conversar com as pessoas que eu gosto, de estar com as pessoas que eu

⁹² O filho de dezoito anos foi trabalhar no Paraná.

gosto, sabe? Namorar, que era uma coisa que eu achava que eu nunca ia achar alguém que gostasse de mim. Encontrei uma pessoa muito mais nova que eu, mas que gosta de mim do jeito que eu sou! Como ele falava que por eu ter dois filhos, de eu poder...de eu ter o corpo...já, todo deformado por ser mãe, ele achava que eu nunca ia arruma.

E: Você gosta de você?

Muito. Muito porque, eu estou sempre assim tentando arrumar alguma coisa, tentando melhorar, sabe? Eu gosto de tomar meu solzinho pra estar bem, tirar minha sobancelha, usar meu batom mais escuro, pôr meus brincos maiores, eu sempre gostei de pôr e não colocava por causa dele. Nossa! Hoje procurar, fazer uma ginástica, uma caminhada, procurar me alimentar bem, “ich!”...hoje eu sou completamente diferente, graças a Deus, minha auto estima é outra. Eu estou muito feliz.

Podemos afirmar que Catarina reconhece os princípios arbitrários, as disposições sociais alicerçadas na dominação masculina que aprisionam as mulheres nas relações de violência. Ao analisar os aspectos que balizam a violência doméstica não mais se encontra condicionada pelo “habitus” de aderência ao opressor, pela naturalização dos comportamentos sociais e pela acidentalidade das relações de violência. Catarina problematiza o controle dos homens sobre as mulheres como estratégia de manutenção da dominação masculina.

Porque ele era o homem de casa. É por isso que ele batia em mim, para mostrar que ele era o macho, que ele mandava em casa [...] Mas ele batia em mim para mostrar para todo mundo, olha ele é o homem, ele é o machão! Era isso que ele fazia.

. Ao discorrer sobre a Lei Maria da Penha, a qual considera um avanço nos direitos das mulheres, Catarina realiza uma profunda discussão sobre a necessidade de um trabalho de intervenção com os homens, pois reconhece que a categoria social homens também é estruturada por esquemas, referenciais hierárquicos dentro da lógica patriarcal de gênero.⁹³ –

A: Mas você, qual a sua expectativa com relação a Lei? O que você gostaria que acontecesse com ele, quando você procurou o Centro?

B: Eu queria que ele ficasse preso, e ele passasse pelos momentos difíceis que eu passei ao lado dele. Pra ele sentir como que é ser humilhado por outras pessoas, estar preso a uma pessoa que você não quer, no local que você não quer, numa vida que você não quer. Eu acho que ele tinha que ter passado por isso, principalmente, pra ele sentir! Sim, depois de lá acho que também tinha que ter um lugar, um Centro que cuidasse da cabeça dos homens também. Porque não adianta, a gente sabe que mesmo que os homens... mesmo que as mulheres tenham seu direito garantido, mas eu acho que os homens também tinham que ter, porque muitos homens acreditam que da maneira que eles estão agindo está certo. Eu acho que tinha que ter um local onde eles também pudessem: “- Ó fulano, você está errado! Vamos mudar, vamos tentar melhorar” Sabe, ter um lugar apoiando eles, que eles façam tratamento, que eles melhorem, porque daí acho que o casamento daria mais certo, não teria tanta violência no mundo. O homem também tinha que ter uma educação melhor, principalmente nesse termo.

⁹³ Estratégias de ação nesse sentido têm sido formuladas pela Campanha Brasileira do Laço Branco que tem objetivo geral sensibilizar e envolver os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. A Universidade de São Carlos também vem atuando nesta ótica. Em Araraquara não há trabalhos formulados neste sentido.

A resignificação do “habitus” de Catarina através do contato com o Centro de Referência da Mulher, da Casa Abrigo, fortaleceu a tomada de decisão da mesma de não mais viver na situação de violência. O conhecimento adquirido na práxis, o anseio por justiça estimularam - a engajar - se politicamente no enfrentamento da violência de gênero. Como evidenciado em sua narrativa Catarina percebe-se como sujeito de direitos, atua sobre a realidade sabendo que o destino de gênero pode ser transformado.⁹⁴

Mudou tudo, hoje a minha vida é totalmente...nossa! Hoje é totalmente, mudou tudo, tudo, tudo, hoje eu sou uma pessoa muito mais feliz. Mudou pelo fato de, quando eu vejo alguém sendo agredida, eu vou dizer como, não chegar na pessoa e vou falar: “- Olha eu vou denunciar você”, mas eu tenho coragem de pegar no telefone e denunciar a pessoa. Porque eu sei que eu passei por isso. E eu falo para as pessoas que, “passa” por isso: “- No momento exato você vai sentir dentro de você, que você vai ter uma hora que você vai ter que denunciar, e que você vai ter proteção!” Aí eu falo sobre o Centro de Referência da Mulher, eu falo sobre a Delegacia, falo sobre a Casa Abrigo, que você pode ficar lá, que você vai ter apoio, que você vai ter psicólogo que te ajuda sua cabeça, para você conseguir tomar a decisão exata. Não que eles influam para você tomar a decisão, mas eles te apóiam, no que você tomar de decisão, na decisão que você tomar, entendeu? E eu falo sobre isso, então quer dizer, só de eu estar hoje e poder ajudar alguém e falar: “-Fulano, a pessoa tem uma ajuda, você tem proteção, você tem direito, você pode mudar!” Eu consegui isso, e não ter mais o medo que eu

⁹⁴ Ela conta que Adalberto continua morando no Assentamento e há muito tempo não a procura mais. Depois de meses que ela saiu do abrigo ele procurou a filha, que às vezes passa os finais de semana com o pai.

tinha dele. Antes eu não podia imaginar andar na rua e encontrar com ele, Deus me livre! Eu tinha até medo. Hoje não, eu sei que se eu encontrar com ele eu vou ter força, dentro de mim de falar: “- Não, ele não tem esse direito, ele não pode fazer isso comigo, eu tenho muita gente do meu lado”, então mudou por completo, hoje eu sou uma pessoa muito feliz! A vida é muito importante pra gente e a gente tem que lutar por ela! Eu estou muito feliz, e por isso que eu consigo minhas coisas. Hoje eu estou bem feliz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O objetivo da presente pesquisa foi, inicialmente, traçar um perfil descritivo das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher (CRM) “Heleieth Saffioti”, vítimas de violência doméstica, durante o período de junho de 2001 a dezembro de 2006.

O “retrato” das mulheres que procuraram o CRM no período mencionado revela o alto grau de vulnerabilidade social em que as mesmas estão inseridas: baixo nível de escolaridade, precariedade da ocupação profissional e econômica. Sem dúvida, tais condições restringem as possibilidades de desenvolvimento pessoal em diversos domínios da vida social.

O panorama quantitativo apresentado nesta pesquisa, relativo à faixa etária, estado civil, grau de escolaridade, região de moradia, raça/etnia, profissão, nível de renda e quantidade de filhos/as e a análise das “falas” de algumas dessas mulheres mostram uma realidade que aponta à necessidade de fortalecermos e materializarmos políticas públicas, cursos profissionalizantes, cooperativas, para minimizar a situação de exclusão e marginalização das mesmas.

Importante destacar que o panorama apresentado indicou que a violência de gênero não está exclusivamente atrelada a estratos sociais de baixa renda. Contudo, o que se pode inferir é que o Centro de Referência da Mulher tem sido acessado, principalmente, pelas mulheres mais excluídas socialmente, uma vez que as mesmas, freqüentemente, não têm acesso a atendimento psicológico e jurídico, necessários para garantir sua integridade

física e moral. Dessa forma, o órgão configura-se como uma política pública afirmativa de inclusão social e resgate da cidadania.

Os dados indicam também que uma média de 30% das mulheres que se encaminharam ao CRM afirmou no primeiro atendimento ter sofrido violência doméstica do (ex) companheiro. Esta constatação pode indicar que as mulheres procuraram o Centro de Referência da Mulher para resolver outros tipos de violência, como também pode indicar que o órgão ampliou seu raio de ação, ou seja, se configura efetivamente como referência para as mulheres no município, no tocante à busca de informações sobre direitos, sobre encaminhamentos sociais, atendimento psicológico, entre outros. Há ainda a hipótese de que as mulheres não declararam ter sofrido violência doméstica por desconhecer os diversos atendimentos prestados no local, ou seja, extrapolando a ótica policial.

Esse quadro articulado com os demais dados existentes no CRM, na cidade, como as especificidades dos bairros, registros da Delegacia de Defesa da Mulher, entre outros, possibilitarão planejar, monitorar e aprimorar ações e políticas públicas mais efetivas para alterar a situação de desigualdade que afeta a vida das mulheres.

Importante salientar que este primeiro estudo busca traçar o perfil quantitativo das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher, no período de 2001 a 2006. Almejamos que os dados coletados possam estimular o desenvolvimento de novas pesquisas, o delineamento de análises sobre o tema, bem como o cruzamento com outros registros do Centro de Referência e demais órgãos implantados na cidade para possibilitar a compreensão do

fenômeno e o avanço no desenvolvimento de ações integradas para a garantia da autonomia das mulheres.

Num segundo momento da pesquisa, buscou-se conhecer os esquemas de percepção sobre a violência doméstica introjetados por mulheres vítimas de violência cometida pelo (ex) companheiro. Pelos relatos apresentados nas entrevistas, pode-se dizer que a intervenção externa, no caso, o contato com o Centro de Referência da Mulher pôde contribuir para o reconhecimento/ressignificação de disposições sociais alicerçadas na dominação masculina.

Nos discursos das mulheres entrevistadas foram reveladas compreensões da vida real, demonstrando que, por meio de suas falas, é possível captar os valores, os esquemas de percepção, os significados que os agentes sociais criam e como direcionam os fenômenos e as práticas sociais.

È importante destacar essas considerações para evidenciar que os depoimentos das mulheres entrevistadas não se configuram como meros enunciados informativos que desembocam e se diluem no vazio social. A construção da realidade e a representação de determinado fenômeno social manifestadas nas entrevistas não operam somente “como idéias na cabeça”, representação mental (BOURDIEU, 1999, p. 59), mas repercutem na maneira de conceber as práticas sociais e nas atuações sobre as mesmas.

Pode-se dizer também que a compreensão da gramática, da modelagem, dos discursos dos indivíduos, só pode ser dinamizada quando se vincula os agentes aos lugares por eles/as ocupados na estrutura social constituída pelo tripé: gênero, classe e raça/etnia, do qual se derivam várias subjetividades (SAFFIOTI, ALMEIDA 1995). No caso específico da presente

pesquisa, foram analisados, pelos relatos das mulheres, os esquemas de percepção sobre violência doméstica, incorporados e transformados pelas mesmas tendo como eixo a organização social de gênero.

Nesse contexto foi possível apreender e confirmar as orientações metodológicas elencadas acima, ou seja, o *habitus* das mulheres vítimas de violência doméstica, os conceitos normativos, os instrumentos de conhecimento que estavam profundamente balizados pela aderência à dominação masculina. Nesses termos, durante décadas, muitas mulheres vivenciaram e analisaram a situação de violência doméstica como um problema privado, concebido como “normal”, “evidente”, “na ordem das coisas”, como explicitado no relato de Catarina, era algo tão “normal”, “evidente” que dispensava justificção.

Adalberto e João, através da violência simbólica, possuíam o controle sobre a forma como a realidade era percebida por Rita e Catarina. As duas, hospedando o opressor dentro de si, se reconheciam, se percebiam, se avaliavam, utilizando as classificações da categoria social dominante, tornando difícil romper com a situação de violência ritualizada. Esta situação atrelada ao medo paralisante, a ausência de estruturas de apoio, à existência de vínculo afetivo, à dependência econômica, no caso de Rita, as mantinham presas às relações de dominação.

Mas, apesar dessas disposições sociais, fica claramente perceptível nos relatos que, durante toda a sucessão de violências, Rita e Catarina reagiram, não foram cúmplices, passivas com a violência vivenciada. Com estratégias distintas, com doses profundamente desiguais de poder, produziram clivagens e rompimentos na relação de dominação. O que também é fundamental

destacar é que o limite para suportar as humilhações e as privações é distinto, difere de acordo com as condições objetivas, com o *habitus* introjetado. Rita, por exemplo, sofreu décadas de violência psicológica, considerada por ela a mais dolorosa, mas rompeu com o ciclo/escalada quando teve marcas físicas no corpo. Compreender esse processo é essencial para uma abordagem que respeite o reconhecimento da diversidade, do tempo e das necessidades das mulheres em situação de violência.

A procura pelo Centro de Referência da Mulher configura-se como um ato de coragem, uma vez que ao dirigirem-se ao órgão, as mulheres rompem com as barreiras do medo, da vergonha e da culpa.

Pode-se constatar nas entrevistas analisadas que o contato com o órgão por meio do atendimento terapêutico, da orientação jurídica, e de atividades específicas sobre as relações de gênero contribuiu para o reconhecimento/ressignificação de disposições sociais alicerçadas na dominação masculina. Essencial enfatizar que essa dinâmica não se consubstancia de forma linear e homogênea, é diversificada e mesclada por permanências e mudanças.

Para a concretização de uma política integral, para que as mulheres não sejam revitimizadas, não sejam obrigadas a permanecer na relação de violência por falta de apoio externo é imprescindível enfrentar alguns desafios, como os apontados por Catarina: o fortalecimento de políticas mais concretas de geração de trabalho e renda, de moradia; a materialização do Protocolo de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência; o aumento e diversificação do fluxo de informações sobre a existência dos órgãos de proteção às mulheres, entre outros.

Ao ser abordada a questão da ressignificação, do rompimento das mulheres com as relações violentas, é imperioso atentar para o fato de que a violência se reatualiza e aumenta de grau, na proporção em que as mulheres subvertem a situação de opressão, passível de superação.

Nessa vertente, outra dimensão a ser analisada seria o trabalho com os homens, como apontado enfaticamente por Catarina. Segundo Saffioti e Almeida (1995), não é o homem o inimigo da mulher, mas a organização social de gênero na lógica patriarcal.

Nesse sentido, torna-se fundamental refletirmos sobre ações de reeducação em gênero para que os homens desapropriem-se dos processos, dos ritos, dos códigos que os tornam homens guiados pelo domínio e posse das mulheres. Assim, para a superação da contradição dominante - dominado é essencial à libertação de mulheres e homens.

Os desafios são grandes, a dominação cristaliza-se de forma profunda, mas temos vitórias alcançadas e muitas a serem contempladas, as histórias de Catarina e Rita exemplificam que a ressignificação é lenta e gradual, mas é possível com a tomada de consciência e ação dos agentes sociais sobre a realidade. As duas resgataram a auto - estima, transformaram sua relação com seu corpo, os esquemas de percepção que tinham sobre elas, modificando a relação com o mundo exterior, relataram fazer planos, sonhar e atuar sobre a realidade.

Neste sentido, como postula Saffioti (2004), não há clivagens, separação entre a “malha fina” e a “malha grossa”, entre sujeito e estrutura, há trocas, permanente reciprocidade.

Para concluir podemos com certeza inferir que a implantação do Centro de Referência da Mulher no município de Araraquara rompe, confronta, subverte disposições arraigadas na banalização e complacência à violência doméstica disseminadas no imaginário social. Ao assumir este compromisso político o governo evidencia que a violência doméstica não é um problema privado, interpessoal ocasionando mudanças nas mentalidades de mulheres e homens. O órgão vem assumindo papel significativo na produção de novos referenciais simbólicos norteados pelo respeito e dignidade das mulheres.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. **Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado**. São Paulo: Reivinter, 1998.

ALMEIDA, S. S. Essa violência mal dita. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 23 – 42.

ALVAREZ, S. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315 - 380.

AMARAL, S.G.P. **O Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo: um estudo acerca das bases históricas da sua constituição, limites e contradições**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Maria José O. **Mortalidade Materna: uma tragédia evitável** In: Aborto Legal: implicações éticas e religiosas. Católicas pelo Direito de Decidir. São Paulo, p.107-14, 2002.

ARDAILLON, D.; DERBET, G. **Quando a vítima é mulher**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BANDEIRA, L. O que não estamos conseguindo alterar na questão da violência contra a mulher? In: **Seminário Monitoramento da Violência contra a mulher**. 2003, Recife/PE. 9 / 12 out. 2003. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/violencia/violencia%20contra%20mulher%20. Acesso em: 02 jun. 2008.

BANDEIRA, L; ALMEIDA, T.M.C. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁDIO, E; LIBARDONI, M. (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006.

BARBOSA, M.I.S. **É Mulher, mas é Negra: perfil da mortalidade do “quarto de despejo”**. Jornal da Redesaúde. N. 23, p.34-36, março de 2001.

BARSTED, L. L. O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: LEOCADIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006. p. 65 – 90.

BENTO, M. A. S. Raça e Gênero no Mercado de Trabalho. In: ROCHA, M.I.B. **Trabalho e Gênero: mudanças, permanência e desafios**. São Paulo: ED. 34, 2000

BLAY, E. A. - Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo: , v.17, n.49, p.87 - 98, 2003.

BOSELLI, G. **Instituições, gênero e poder: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Especial Criminal**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996a.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M.J.M. et al. (Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. p. 28 - 40.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, E. R. Renunciando de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 207-231, 2006.

BRASIL, **Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Perfil Organizacional das delegacias especiais de atendimento à mulher** (dados referentes a 2003). 2004. Disponível em: <http://www.m.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/relatório%20diagnóstico.pdf>

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica de Padronização. **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs**. Brasília, 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Centro de Referência de Atendimento à Mulher**. Norma Técnica de Padronização. Brasília, 2006b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Memória 2003 – 2006**. Brasília, 2006c.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Brasília, 2007.

BRITO, B. R. P. Casa Abrigo: Uma questão de saúde pública. In: *Violência contra a Mulher: um novo olhar*. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2002. p. 133 – 134.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M.I.B. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanência e desafios. São Paulo: ED. 34., 2000.

CAMARGO, M. Novas políticas públicas de combate à violência. In: FARIA, N; BORBA, A; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 121 – 136.

CAMARGO, M. AQUINO. S. Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres. In: **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres**. Brasília: A Secretaria, 2003.

CAMPOS, C.H. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. V. 11, n. 1, p. 1 - 13, jan./jun. 2003a.

CAMPOS, C. H. Os Juizados Especiais Criminais e a conciliação da violência conjugal. In: ALMEIDA, S.S; SOARES, B.M; GASPARY, M. (Orgs.). **Violência doméstica: Bases para Formulação de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Reivinter, 2003b.

CAVALCANTI, L. F. Prevenção da violência sexual e avaliação dos programas de saúde: tendências atuais. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CONRADO, M. P. **A fala dos envolvidos sob a ótica da lei**: Um balanço da violência a partir da narrativa e de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo (USP), 2001.

CORREA, M. **Os crimes da paixão**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

COSTA, A. A. A. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. In: Labrys, Estudos feministas. n.3, jan./jul. 2005.

DAGORT, A.L. Experiência de Porto Alegre: Casa de Apoio Viva Maria. In: **Violência contra a Mulher: um novo olhar**. Santos: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2002. p. 135 - 137.

DEBERT, G. G; OLIVEIRA, A.B. **Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

DELGADO, M. C. G. **Estrutura de governo e ação política feminista - a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. 2007. f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil. In: DINIZ, S.G; SILVEIRA, P.L; MIRIN, L.A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 15 - 44.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. vol. 17, n. 49, p. 1 -26, set./dez. 2003.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-72, jan./abr. 2004.

FARGANIS, S. O. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M; BORDO, S. R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: 1988a.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS; CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. **Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência**. Fundação SEADE, Conselho Estadual da Condição Feminina, São Paulo: SEADE, 1987.

GARCIA, I. Gênero e políticas públicas municipais. In: In: FARIA, N; BORBA, A; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 173 – 189.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183 - 221.

HERMANN, J. A violência contra a mulher em números; dificuldades e desafios. In: LEOCADIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006. p. 91 – 112.

IZUMINO, W.P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

IZUMINO, W.P. **Justiça para todos: os juizados Especiais Criminais e a violência de gênero**. 2003 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LAIA, M. A. Conselho Estadual da Condição Feminina. **Sua história, suas lutas, seu futuro**. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina. 2003.

LIMA, G. **Violência conjugal: um retrato das relações de gênero em preto e branco**. 2002. 259 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

MACHADO, L.Z. Eficácia e desafios das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres: o futuro dos direitos à não-violência. In: **Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres**. Relatório Final. CNDM/ Ministério da Justiça, Brasília, 2001. In www.cfemea.org/temasedados

MACHADO, L. Z. **Atender Vítimas, Criminalizar Violências. Dilemas das Delegacias da Mulher**. Série Antropologia. v. 319, p.1 - 23, Brasília, 2002. Editora UNB.

MACHADO, L.Z.; MAGALHÃES, M.T.B. **Violência conjugal; os espelhos e as marcas**. In: SUARÉZ, M et al. (Orgs.). Brasília: Paralelo 15, 1999.

MASSUNO, E. Delegacia de defesa da mulher: uma resposta à violência de gênero. In: BLAY, E. (Org.). **Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

MONTERO, Paula; SORJ, Bila. "SOS Mulher e a luta contra a violência". In: CHAUI, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia; SOS MULHER (Orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, vol. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

MORAES, M. L. Q. **Feminismo, movimento de mulheres e a (re) construção da democracia em três países da América Latina**. 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago, Chile, n.4, p.104, 14 - 18 de jul. 2003. Mulher, , RJ: Zahar Editores, 1984.

MUNIZ, J. O direito dos outros e outros direitos: um estudo sobre negociação de conflitos nas Demás/RJ. In: SOARES, L. E. (Org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. P. 125 - 164.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In: **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher**. Brasília: A Secretária, 2003.

MELO, M.; TELES, M.A. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Organização Mundial de Saúde, 2002. Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <http://www.patriciaagalvao.org.br>. Acesso em: 20 de mai. 2006.

ORTIZ, Renato Pierre Bourdieu. **Grandes Cientistas Sociais**. Editora Ática. São Paulo, 1983.

PANDJIARJIAN, V. Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação. In: MORAES, M.L; NAVES, R. (Orgs.). **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima da violência**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 75 – 106.

PERPÉTUO, I.H.O. Raça e Acesso às Ações Prioritárias na Agenda da Saúde Reprodutiva. **Jornal da Redesaúde**, n.22, p.10-6, nov. 2000..

PINTO, C.R. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H; VARGAR, M. (Orgs.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

RANGEL, Olívia. (2001) **Violência contra a mulher: as desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade**. Presença da Mulher. Acedido em 11, ago, 2007, em: http://www.ubmulheres.org.br/telas/revista/enc_39.asp

RIBEIRO, M. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais. In: In: VENTURI, G. RECAMAN, M, OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 87 – 105.

RIFIOTIS, T. **As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a <judicialização> dos conflitos conjugais**. Antropologia em primeira mão. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, Florianópolis: UFSC, 1995.

ROCHA, L. M.L.M. **Casas Abrigo no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

RUFINO, A. **Pancada de Amor Dói. E Muito. Violência contra a Mulher e Saúde**, São Paulo: Casa da Cultura da Mulher Negra, 2004.

SAFFIOTI, H. **Movimentos sociais: Face Feminina**. In: Carvalho, N. V. (Org.). A Condição Feminina. São Paulo: Vértice. 1988. p. 143 – 178.

SAFFIOTI, H. I B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183 – 215.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142 - 163.

SAFFIOTI, H. I B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: **SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA**, 2001, Itu, São Paulo, 2001a, 21p. Mimeografado

SAFFIOTI, H. I B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 16, p. 115 - 136, 2001b.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. SAFFIOTI, H.I; MUNÓZ VARGAS, M. (Orgs.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 151 – 186.

SAFFIOTI, H. I B; ALMEIDA, S.S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. I B. discriminação de gênero nos processos judiciais e as diversas formas de violência contra a mulher. In: MORAES, M.L.Q & NAVES, R. (Orgs). **Advogacia Pro Bono em defesa da mulher vítima de violência**. São Paulo: IMESP. Unicamp, 2002.

SAFFIOTI, H.B.I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell. Delegacias da Mulher em São Paulo: Percursos e Peralços. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange (Org.). **Relatório de Direitos Humanos no Brasil**, 2001. Rio Janeiro: Parma, p. 185 - 196.

SANTOS, M.C. ; IZUMINO, W. P.; Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. IN: **Revista Estudos Interdisciplinários de America Latina y El Caribe**. Universidade de Tel Aviv, vol. 16 – no.1, 2005, p. 147-164, 2005.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. In: XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Chicago, 1998. p. 1-10.

SCAVONE, L. **Tecnologias reprodutivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

SCAVONE, L. (Org) **Gênero y salud reproductive em América Latina**. Universal Regional, 1999. p. 257-304.

SCAVONE, L. **Feminismo e Democracia no Brasil**. São Paulo. No prelo. 2008

SCHUMACHER, S. **Panorâmica dos anos de feminismo no Brasil. Sexualidade em perspectiva gênero e sociedade**. São Paulo, ano 12, n. 23/24/25, out. 2005. Disponível em: <<http://www.smm.org.br/boletins2006/fevereiro2006.htm>> Acesso em: 10 set. 2008.

SCHUMAHER, S; BRAZIL, E.V. **Mulheres negras no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Sociedade. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Grande do Sul, 1990. v.16. p. 5 - 22,

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Enfrentamento à violência contra a mulher**. Brasília, 2007, 62 p.

SILIPRANDI, E. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, G. RECAMAN, M, OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 121- 135.

SILVA, A.T.S. **Violência sexual: do conto à notícia**. 2001, 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001a.

SILVA, K. C. As DEAMs, as corporações policiais e a violência contra as mulheres: representações, dilemas e desafios. In: **Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres**. Relatório Final. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/ Ministério da Justiça, Brasília, 2001b. Disponível em: <http://www.cfemea.org/temasdados>. Acesso em: 08 ago. 2006.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S.G; SILVEIRA, P.L; MIRIN, L.A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45 -77.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, B. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

SORJ, B. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, CUNBEHAUM, S. G.. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 99 - 107.

SUAREZ, M; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295 -320.

SUAREZ, M; BANDEIRA, M. **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília; Paralelo XV, 1999.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é Violência Contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, M. A. A; **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, M.A.A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

TUBERT, Silvia. **Mulheres sem sombra: maternidades e novas tecnologias reprodutivas**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

VENTURI, G; RECAMAM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIGARELLO, G. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998.

ANEXOS

ANEXO A.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 5.616

De 08 de junho de 2001

Denomina o Centro de Referência da Mulher e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão extraordinária de 08 de junho de 2001, promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica denominado Professora Doutora HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI o Centro de Referência da Mulher, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, com atribuição de trabalhar com políticas públicas voltadas às mulheres.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 08 (oito) dias do mês de junho do ano de 2001 (dois mil e um).

EDSON ANTONIO DA SILVA

- Prefeito Municipal -

Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

CLÉLIA MARA SANTOS FERRARI

- Secretária de Governo -

Arquivada em livro próprio nº 01/2001. ("PC").

ANEXO B.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

CÓPIA

LEI Nº 5.427

De 1º de junho de 2000

Projeto de Lei nº 49/00

Processo nº 000/00

Autor: Vereador Edson Antonio da Silva

Dispõe sobre a criação da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência e dá outras providências.

O PREFEITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, estado de São Paulo, tendo em vista a **sanção tácita do Prefeito Municipal**, promulga nos termos do artigo 57, parágrafo 8º, da lei Orgânica do Município de Araraquara, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criada no Município de Araraquara a Casa Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência.

Artigo 2º - A Casa Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência, além de acolher temporariamente as mulheres vítimas de violência, tem por objetivo oferecer amparo material, sócio-econômico, jurídico e psicológico para as mesmas.

Parágrafo Único- As despesas para a estruturação da Casa Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência serão supridas através de convênios com a iniciativa privada.

Artigo 3º - Os programas governamentais implantados em decorrência da aprovação da presente lei, poderão ser gestados em parceria com entidades da sociedade civil que já desenvolvem trabalhos na área de defesa dos direitos das mulheres no município.

Artigo 4º - A presente lei será regulamentada em 30 (trinta) dias após a sua aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, ao 1º (primeiro) dia do mês de junho de 2000 (dois mil).

DR. FLÁVIO FERRAZ DE CARVALHO

- Presidente -

Publicada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de Araraquara, na mesma data.

LUZIA APARECIDA FRAGALÁ KARAM

- Diretora Geral -

Registrada à página 47, do livro competente nº 06.

ANEXO C.

CLASSIFICAÇÕES DAS VARIÁVEIS

A - Regiões do Orçamento Participativo: distribuídas em oito regiões:

1. a 8.

B. Faixa etária: distribuídas em intervalos de 7 em 7 anos.

1. 18 a 24 anos

2. 25 a 31 anos

3. 32 a 38 anos

4. 39 a 45 anos

5. 46 a 52 anos

6. 53 a 59 anos

7. acima de 60 anos

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNDA.

C. Estado conjugal:

1. solteira,

2. separada/desquitada/divorciada

3. viúva

4. união consensual

5. casada.

D. Raça/Cor

1. branca

2. amarela

3. negra (1)

1. inclui a população de raça/cor parda e preta.

<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/>

E. Nível de instrução

1. não alfabetizada

2. fundamental incompleto

3. fundamental completo

4. médio incompleto

5. médio completo
6. superior incompleto
7. superior completo

FONTE: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNDA

F. Ocupação

1. Trabalho doméstico não remunerado
2. estudante
3. empregada doméstica nos serviços gerais
4. aposentada/pensionista/afastada
5. desempregada
6. vendedora no comércio atacadista e varejista
- 7- trabalhadoras nos serviços administrativos (envolve bancárias, assistente administrativa – operadores de equipamentos
- 8 – cozinheira /costureira
- 9 - técnicas e auxiliares
- 10 – professora
- 11- recepcionista
- 12 – trabalhadora nos serviços de embelezamento e higiene
- 13 – trabalhadora rural
- 14 – cuidadora – recreacionista
- 15 – funcionária pública
- 16 - outros

Fonte: Ministério do Trabalho

G. Renda mensal individual

1 - sem renda

2 - até 1 sm

3 - 1 a 2 sm

4 - 2 a 3 sm

5 - acima de 3 até 4 sm

6 - acima de 4 sm

H. Número de filhos

1.

2.

3.

4.

5.

6.

acima de 6

Tabela x2a: Mulheres por faixa etária, geral														
Geral	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	17	22%	37	15%	68	21%	56	21%	60	23%	58	26%	296	21%
2	17	22%	55	22%	74	23%	71	26%	51	20%	49	22%	317	23%
3	16	21%	59	24%	78	25%	52	19%	55	21%	35	15%	295	21%
4	10	13%	47	19%	44	14%	33	12%	39	15%	33	15%	206	15%
5	8	11%	31	12%	26	8%	21	8%	25	10%	27	12%	138	10%
6	5	7%	9	4%	15	5%	20	7%	14	5%	14	6%	77	6%
7	3	4%	11	4%	13	4%	15	6%	12	5%	11	5%	65	5%
N	76		249		318		268		256		227		1394	
%	5%		18%		23%		19%		18%		16%			

Tabela x2b: Mulheres por faixa etária, violência doméstica declarada														
VDD	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	4	15%	5	8%	10	14%	15	18%	25	31%	17	28%	76	20%
2	9	33%	13	22%	12	16%	29	34%	17	21%	9	15%	89	23%
3	6	22%	20	34%	21	29%	16	19%	13	16%	11	18%	87	23%
4	7	26%	11	19%	9	12%	10	12%	11	14%	10	17%	58	15%
5	1	4%	7	12%	10	14%	9	11%	6	8%	7	12%	40	10%
6	0	0%	2	3%	7	10%	4	5%	3	4%	3	5%	19	5%
7	0	0%	1	2%	4	5%	2	2%	5	6%	3	5%	15	4%
N	27		59		73		85		80		60		384	
%	7%		15%		19%		22%		21%		16%			

Tabela x2c: Mulheres por faixa etária, violência doméstica NÃO declarada														
VDND	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Faixa Etária	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	13	27%	32	17%	58	24%	41	22%	35	20%	41	25%	220	22%
2	8	16%	42	22%	62	25%	42	23%	34	19%	40	24%	228	23%
3	10	20%	39	21%	57	23%	36	20%	42	24%	24	14%	208	21%
4	3	6%	36	19%	35	14%	23	13%	28	16%	23	14%	148	15%
5	7	14%	24	13%	16	7%	12	7%	19	11%	20	12%	98	10%
6	5	10%	7	4%	8	3%	16	9%	11	6%	11	7%	58	6%
7	3	6%	10	5%	9	4%	13	7%	7	4%	8	5%	50	5%
	49		190		245		183		176		167		1010	
N	49		190		245		183		176		167		1010	
%	5%		19%		24%		18%		17%		17%			

Tabela x3a: Mulheres por estado conjugal, geral															
Geral		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Est.Conj.	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	22	28%	52	21%	70	22%	44	18%	64	26%	77	34%	329	24%	
2	14	18%	54	22%	59	19%	30	12%	52	21%	33	15%	242	18%	
3	3	4%	13	5%	12	4%	5	2%	6	2%	8	4%	47	3%	
4	15	19%	48	19%	75	24%	68	28%	46	18%	67	30%	319	23%	
5	24	31%	81	33%	99	31%	97	40%	82	33%	42	19%	425	31%	
N	78		248		315		244		250		227		1362		
%		6%		18%		23%		18%		18%		17%			

Tabela x3b: Mulheres por estado conjugal, violência doméstica declarada															
VDD		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Est.Conj.	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	4	13%	5	18%	12	15%	7	9%	13	16%	16	21%	57	15%	
2	3	9%	1	4%	11	13%	7	9%	19	24%	8	11%	49	13%	
3	2	6%	0	0%	2	2%	2	3%	1	1%	1	1%	8	2%	
4	9	28%	9	32%	27	33%	31	40%	23	29%	33	44%	132	35%	
5	14	44%	13	46%	30	37%	30	39%	23	29%	17	23%	127	34%	
N	32		28		82		77		79		75		373		
%		9%		8%		22%		21%		21%		20%			

Tabela x3c: Mulheres por estado conjugal, violência doméstica NÃO declarada															
VDND		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Est.Conj.	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	18	39%	47	21%	58	25%	37	22%	51	30%	61	40%	272	28%	
2	11	24%	53	24%	48	21%	23	14%	33	19%	25	16%	193	20%	
3	1	2%	13	6%	10	4%	3	2%	5	3%	7	5%	39	4%	
4	6	13%	39	18%	48	21%	37	22%	23	13%	34	22%	187	19%	
5	10	22%	68	31%	69	30%	67	40%	59	35%	25	16%	298	30%	
N	46		220		233		167		171		152		989		
%		5%		22%		24%		17%		17%		15%			

Tabela x4a: Mulheres por raça/cor, geral

Geral raça_cor	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	47	77%	148	66%	189	62%	193	71%	160	68%	161	74%	898	68%
2	2	3%	1	0%	3	1%	1	0%	4	2%	2	1%	13	1%
3	12	20%	75	33%	112	37%	76	28%	73	31%	56	26%	404	31%
N	61		224		304		270		237		219		1315	
%		5%		17%		23%		21%		18%		17%		

Tabela x4b: Mulheres por raça/cor, violência doméstica declarada

VDD raça_cor	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	18	69%	39	62%	47	59%	52	68%	47	62%	49	66%	252	64%
2	0	0%	0	0%	2	3%	1	1%	1	1%	1	1%	5	1%
3	8	31%	24	38%	31	39%	24	31%	28	37%	24	32%	139	35%
N	26		63		80		77		76		74		396	
%		7%		16%		20%		19%		19%		19%		

Tabela x4c: Mulheres por raça/cor, violência doméstica NÃO declarada

VDND raça_cor	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	29	83%	109	68%	142	63%	141	73%	113	70%	112	77%	646	70%
2	2	6%	1	1%	1	0%	0	0%	3	2%	1	1%	8	1%
3	4	11%	51	32%	81	36%	52	27%	45	28%	32	22%	265	29%
N	35		161		224		193		161		145		919	
%		83%		68%		63%		73%		70%		77%		

Tabela x5a: Mulheres por nível de instrução, geral														
Geral	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Instrução	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	3	4%	8	3%	15	5%	3	1%	3	1%	3	1%	35	3%
2	44	58%	86	36%	64	20%	80	29%	64	27%	61	27%	399	29%
3	6	8%	48	20%	85	27%	52	19%	45	19%	30	13%	266	19%
4	4	5%	35	15%	42	13%	32	11%	22	9%	16	7%	151	11%
5	14	18%	44	18%	59	19%	68	24%	74	31%	60	27%	319	23%
6	1	1%	9	4%	31	10%	25	9%	24	10%	38	17%	128	9%
7	4	5%	10	4%	17	5%	19	7%	9	4%	16	7%	75	5%
N	76		240		313		279		241		224		1373	
%	6%		17%		23%		20%		18%		16%			

Tabela x5b: Mulheres por nível de instrução, violência doméstica declarada

VDD	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Instrução	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	3	10%	4	4%	4	5%	1	1%	0	0%	2	3%	14	3%
2	18	58%	37	37%	21	25%	22	28%	24	32%	35	47%	157	35%
3	3	10%	20	20%	26	31%	25	32%	15	20%	7	9%	96	22%
4	0	0%	13	13%	8	10%	10	13%	10	13%	8	11%	49	11%
5	6	19%	22	22%	17	20%	12	15%	21	28%	14	19%	92	21%
6	0	0%	2	2%	5	6%	6	8%	2	3%	4	5%	19	4%
7	1	3%	3	3%	2	2%	3	4%	4	5%	4	5%	17	4%
N	31		101		83		79		76		74		444	
%	7%		23%		19%		18%		17%		17%			

Tabela x5c: Mulheres por nível de instrução, violência doméstica NÃO declarada

VDND	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Instrução	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	0	0%	4	3%	11	5%	2	1%	3	2%	1	1%	21	2%
2	26	58%	49	35%	43	19%	58	29%	40	24%	26	17%	242	26%
3	3	7%	28	20%	59	26%	27	14%	30	18%	23	15%	170	18%
4	4	9%	22	16%	34	15%	22	11%	12	7%	8	5%	102	11%
5	8	18%	22	16%	42	18%	56	28%	53	32%	46	31%	227	24%
6	1	2%	7	5%	26	11%	19	10%	22	13%	34	23%	109	12%
7	3	7%	7	5%	15	7%	16	8%	5	3%	12	8%	58	6%
N	45		139		230		200		165		150		929	
%	5%		15%		25%		22%		18%		16%			

Tabela x6a: Mulheres por ocupação, geral														
Geral	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Ocupação	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	8	10%	35	15%	49	16%	76	28%	44	18%	20	9%	232	17%
2	4	5%	9	4%	25	8%	12	4%	21	9%	23	10%	94	7%
3	21	27%	43	18%	43	14%	40	15%	34	14%	47	21%	228	17%
4	8	10%	9	4%	16	5%	5	2%	23	10%	15	7%	76	6%
5	18	23%	66	28%	64	22%	39	14%	33	14%	52	24%	272	20%
6	5	6%	17	7%	19	6%	24	9%	19	8%	10	5%	94	7%
7	2	3%	2	1%	3	1%	5	2%	1	0%	5	2%	18	1%
8	4	5%	13	5%	13	4%	12	4%	15	6%	5	2%	62	5%
9	1	1%	3	1%	5	2%	7	3%	4	2%	3	1%	23	2%
10	2	3%	5	2%	7	2%	6	2%	7	3%	4	2%	31	2%
11	1	1%	1	0%	2	1%	4	1%	1	0%	1	0%	10	1%
12	1	1%	6	3%	9	3%	3	1%	10	4%	7	3%	36	3%
13	0	0%	3	1%	2	1%	0	0%	1	0%	3	1%	9	1%
14	0	0%	6	3%	11	4%	7	3%	4	2%	3	1%	31	2%
15	0	0%	4	2%	6	2%	5	2%	2	1%	2	1%	19	1%
16	2	3%	15	6%	23	8%	25	9%	19	8%	21	10%	105	8%
N	77		237		297		270		238		221		1340	
%	6%		18%		22%		20%		18%		16%			

Tabela x6b: Mulheres por ocupação, violência doméstica declarada

VDD	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Ocupação	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	4	13%	15	15%	16	21%	24	30%	13	17%	4	6%	76	17%
2	0	0%	2	2%	2	3%	2	3%	3	4%	3	4%	12	3%
3	8	25%	18	18%	13	17%	17	21%	15	20%	17	24%	88	20%
4	3	9%	3	3%	4	5%	1	1%	5	7%	6	8%	22	5%
5	9	28%	27	28%	16	21%	11	14%	11	15%	19	26%	93	21%
6	2	6%	10	10%	8	10%	8	10%	7	9%	8	11%	43	10%
7	2	6%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	0%
8	3	9%	6	6%	1	1%	4	5%	5	7%	2	3%	21	5%
9	0	0%	1	1%	0	0%	1	1%	2	3%	2	3%	6	1%
10	1	3%	3	3%	1	1%	1	1%	2	3%	1	1%	9	2%
11	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%	2	0%
12	0	0%	2	2%	6	8%	0	0%	2	3%	2	3%	12	3%
13	0	0%	1	1%	2	3%	0	0%	0	0%	2	3%	5	1%
14	0	0%	3	3%	5	6%	3	4%	2	3%	2	3%	15	3%
15	0	0%	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%	0	0%	4	1%
16	0	0%	6	6%	3	4%	6	8%	6	8%	4	6%	25	6%
N	32		98		78		80		75		72		435	
%	7%		23%		18%		18%		17%		17%			

Tabela x6c: Mulheres por ocupação, violência doméstica NÃO declarada																
VDND		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total		
Ocupação	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1	4	9%	20	14%	33	15%	52	27%	31	19%	16	0,11	156	17%		
2	4	9%	7	5%	23	11%	10	5%	18	11%	20	0,13	82	9%		
3	13	29%	25	18%	30	14%	23	12%	19	12%	30	0,2	140	15%		
4	5	11%	6	4%	12	5%	4	2%	18	11%	9	0,06	54	6%		
5	9	20%	39	28%	48	22%	28	15%	22	13%	33	0,22	179	20%		
6	3	7%	7	5%	11	5%	16	8%	12	7%	2	0,01	51	6%		
7	0	0%	2	1%	3	1%	5	3%	1	1%	5	0,03	16	2%		
8	1	2%	7	5%	12	5%	8	4%	10	6%	3	0,02	41	5%		
9	1	2%	2	1%	5	2%	6	3%	2	1%	1	0,01	17	2%		
10	1	2%	2	1%	6	3%	5	3%	5	3%	3	0,02	22	2%		
11	1	2%	1	1%	2	1%	3	2%	0	0%	1	0,01	8	1%		
12	1	2%	4	3%	3	1%	3	2%	8	5%	5	0,03	24	3%		
13	0	0%	2	1%	0	0%	0	0%	1	1%	1	0,01	4	0%		
14	0	0%	3	2%	6	3%	4	2%	2	1%	1	0,01	16	2%		
15	0	0%	3	2%	5	2%	4	2%	1	1%	2	0,01	15	2%		
16	2	4%	9	6%	20	9%	19	10%	13	8%	17	0,11	80	9%		
N	45		139		219		190		163		149		905			
%		5%		15%		24%		21%		18%		16%				

Tabela x7a: Mulheres por nível de renda, geral														
Geral	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
renda	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	20	29%	79	0,36	110	39%	59	29%	53	28%	54	28%	375	32%
2	14	20%	44	0,2	20	7%	2	1%	52	27%	62	32%	194	17%
3	11	16%	49	0,22	99	35%	127	63%	49	26%	46	24%	381	33%
4	18	26%	34	0,15	33	12%	4	2%	31	16%	22	11%	142	12%
5	2	3%	7	0,03	4	1%	0	0%	5	3%	6	3%	24	2%
6	4	6%	7	0,03	19	7%	11	5%	2	1%	4	2%	47	4%
N	69		220		285		203		192		194		1163	
%		6%		19%		25%		17%		17%		17%		

Tabela x7b: Mulheres por nível de renda, violência doméstica declarada

VDD	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
renda	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	9	32%	32	38%	28	39%	19	35%	13	20%	24	38%	125	34%
2	5	18%	14	17%	5	7%	0	0%	22	34%	14	22%	60	16%
3	3	11%	20	24%	27	38%	35	64%	14	22%	16	25%	115	31%
4	7	25%	12	14%	4	6%	1	2%	14	22%	6	10%	44	12%
5	1	4%	3	4%	1	1%	0	0%	2	3%	2	3%	9	2%
6	3	11%	3	4%	6	8%	0	0%	0	0%	1	2%	13	4%
N	28		84		71		55		65		63		366	
%		8%		23%		19%		15%		18%		17%		

Tabela x7c: Mulheres por nível de renda, violência doméstica NÃO declarada

VDND	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
renda	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	11	27%	47	35%	82	38%	40	27%	40	31%	30	23%	250	31%
2	9	22%	30	22%	15	7%	2	1%	30	24%	48	37%	134	17%
3	8	20%	29	21%	72	34%	92	62%	35	28%	30	23%	266	33%
4	11	27%	22	16%	29	14%	3	2%	17	13%	16	12%	98	12%
5	1	2%	4	3%	3	1%	0	0%	3	2%	4	3%	15	2%
6	1	2%	4	3%	13	6%	11	7%	2	2%	3	2%	34	4%
N	41		136		214		148		127		131		797	
%		5%		17%		27%		19%		16%		16%		

Tabela x8a: Mulheres por número de filhos, geral

Geral	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	3	4%	27	12%	59	20%		0%	42	17%	64	28%	195	18%
1	22	30%	46	20%	57	19%		0%	48	20%	38	17%	211	20%
2	17	23%	79	34%	86	29%		0%	66	27%	54	24%	302	28%
3	21	29%	45	19%	58	20%		0%	46	19%	36	16%	206	19%
4	7	10%	16	7%	17	6%		0%	29	12%	16	7%	85	8%
5	2	3%	9	4%	10	3%		0%	5	2%	10	4%	36	3%
6	1	1%	10	4%	8	3%		0%	6	2%	9	4%	34	3%
N	73		232		295				242		227		1069	
%		7%		22%		28%		0%		23%		21%		

Tabela x8b: Mulheres por número de filhos, violência doméstica declarada

VDD	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	1	3%	10	11%	10	13%		0%	8	10%	14	18%	43	12%
1	8	26%	19	20%	16	21%		0%	22	28%	12	16%	77	22%
2	5	16%	33	35%	21	27%		0%	19	24%	19	25%	97	27%
3	10	32%	22	23%	20	26%		0%	14	18%	19	25%	85	24%
4	5	16%	5	5%	8	10%		0%	11	14%	5	7%	34	10%
5	1	3%	4	4%	2	3%		0%	2	3%	3	4%	12	3%
6	1	3%	1	1%	1	1%		0%	2	3%	4	5%	9	3%
N	31		94		78				78		76		357	
%		9%		26%		22%		0%		22%		21%		

Tabela x8c: Mulheres por número de filhos, violência doméstica NÃO declarada

VDND	2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	2	5%	17	12%	49	23%		0%	34	21%	50	33%	152	21%
1	14	33%	27	20%	41	19%		0%	26	16%	26	17%	134	19%
2	12	29%	46	33%	65	30%		0%	47	29%	35	23%	205	29%
3	11	26%	23	17%	38	18%		0%	32	20%	17	11%	121	17%
4	2	5%	11	8%	9	4%		0%	18	11%	11	7%	51	7%
5	1	2%	5	4%	8	4%		0%	3	2%	7	5%	24	3%
6	0	0%	9	7%	7	3%		0%	4	2%	5	3%	25	4%
N	42		138		217				164		151		712	
%		6%		19%		30%		0%		23%		21%		

Tabela x9a: Mulheres por conhecimento do CRM, geral															
Geral		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Conhec. CRM	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1		0%	32	16%	74	25%	37	14%	28	11%	33	15%	204	17%	
2		0%	2	1%	3	1%	0	0%	0	0%	2	1%	7	1%	
3		0%	4	2%	3	1%	2	1%	8	3%	3	1%	20	2%	
4		0%	7	4%	16	5%	13	5%	13	5%	3	1%	52	4%	
5		0%	14	7%	52	17%	42	15%	1	0%	6	3%	115	9%	
6		0%	14	7%	8	3%	10	4%	6	2%	3	1%	41	3%	
7		0%	2	1%	5	2%	9	3%	6	2%	4	2%	26	2%	
8		0%	31	16%	42	14%	27	10%	29	12%	19	9%	148	12%	
9		0%	5	3%	1	0%	4	1%	4	2%	1	0%	15	1%	
10		0%	36	18%	49	16%	55	20%	87	36%	86	40%	313	26%	
11		0%	17	9%	8	3%	13	5%	8	3%	12	6%	58	5%	
12		0%	9	5%	5	2%	10	4%	6	2%	6	3%	36	3%	
13		0%	13	7%	15	5%	17	6%	19	8%	12	6%	76	6%	
14		0%	9	5%	19	6%	34	12%	29	12%	23	11%	114	9%	
N			195		300		273		244		213		1225		
%			0%		16%		24%		22%		20%		17%		

Tabela x9b: Mulheres por conhecimento do CRM, violência doméstica declarada

VDD															
Geral		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total	
Conhec. CRM	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1		0%	12	32%	34	43%	20	26%	15	19%	21	30%	102	30%	
2		0%	1	3%	1	1%	0	0%	0	0%	2	3%	4	1%	
3		0%	0	0%	1	1%	1	1%	6	8%	2	3%	10	3%	
4		0%	2	5%	1	1%	0	0%	6	8%	0	0%	9	3%	
5		0%	6	16%	3	4%	10	13%	0	0%	0	0%	19	6%	
6		0%	6	16%	2	3%	3	4%	1	1%	0	0%	12	4%	
7		0%	2	5%	2	3%	6	8%	4	5%	2	3%	16	5%	
8		0%	9	24%	9	11%	6	8%	12	15%	8	11%	44	13%	
9		0%	0	0%	1	1%	1	1%	0	0%	0	0%	2	1%	
10		0%	0	0%	14	18%	11	14%	19	24%	17	24%	61	18%	
11		0%	0	0%	4	5%	5	7%	3	4%	5	7%	17	5%	
12		0%	0	0%	2	3%	2	3%	2	3%	1	1%	7	2%	
13		0%	0	0%	2	3%	1	1%	3	4%	7	10%	13	4%	
14		0%	0	0%	4	5%	10	13%	7	9%	5	7%	26	8%	
N			38		80		76		78		70		342		
%			0%		11%		23%		22%		23%		20%		

Tabela x9c: Mulheres por conhecimento do CRM, violência doméstica NÃO declarada														
VDND		2001		2002		2003		2004		2005		2006		Total
Conhec. CRM	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1		0%	20	13%	40	18%	17	9%	13	8%	12	8%	102	12%
2		0%	1	1%	2	1%	0	0%	0	0%	0	0%	3	0%
3		0%	4	3%	2	1%	1	1%	2	1%	1	1%	10	1%
4		0%	5	3%	15	7%	13	7%	7	4%	3	2%	43	5%
5		0%	8	5%	49	22%	32	16%	1	1%	6	4%	96	11%
6		0%	8	5%	6	3%	7	4%	5	3%	3	2%	29	3%
7		0%	0	0%	3	1%	3	2%	2	1%	2	1%	10	1%
8		0%	22	14%	33	15%	21	11%	17	10%	11	8%	104	12%
9		0%	5	3%	0	0%	3	2%	4	2%	1	1%	13	1%
10		0%	36	23%	35	16%	44	22%	68	41%	69	48%	252	29%
11		0%	17	11%	4	2%	8	4%	5	3%	7	5%	41	5%
12		0%	9	6%	3	1%	8	4%	4	2%	5	3%	29	3%
13		0%	13	8%	13	6%	16	8%	16	10%	5	3%	63	7%
14		0%	9	6%	15	7%	24	12%	22	13%	18	13%	88	10%
N			157		220		197		166		143		883	
%		0%		18%		25%		22%		19%		16%		

ANEXO E.

REGIÃO 1

R1.1 - Sub Maria Luiza

Maria Luiza I e II, Jardim Cambuí, Jardim Botânico, Cidade Jardim, Jardim dos Flamboyants, Condomínio Estância Primavera, Chácara Flora Araraquara, Bueno de Andrada, Recanto dos Nobres.

R1.2 - Sub Vale do Sol

Vale do Sol, Jardim Águas do Payol, Jardim Igaçaba, Jardim Residencial Paraíso, Jardim Acapulco, Jardim Nova Araraquara, Residencial Lupo.

REGIÃO 2

R2.1 - Centro / Fonte

Centro, São Geraldo, Jardim das Oliveiras, Jardim Domingos Sávio, Vila Harmonia, Loteamento Eldorado, Vila Ferroviário, Jardim Maracanã, Jardim Primavera, Fonte, Vila Godoy.

R2.2 - Sub Santa Angelina

Santa Angelina, Jardim D. Pedro I, Jardim Biagioni, Vila José Bonifácio, Jardim Tangará, Bosque da Saúde, Vila Sampaio, Vila Yamada, Vila Nina, Vila Girassol, Jardim Res. Barbugli, Vila Do Servidor.

REGIÃO 3

R3.1 - SUB Selmi Dei

Jardim Roberto Selmi Dei, Jardim Adalberto Roxo, Jardim Veneza.

R3.2 - Sub Imperador

Jardim Imperador, Jardim Uirapuru I e II, Jd. Santo Antônio, Jardim Celimar, Jardim Marivã, Jardim Vale das Rosas, Jardim Aclimação e Jardim Adalgisa, Jardim Primor, Jardim Maria Luiza III, Jd. do Bosque e Jardim Thien.

R3.3 - Sub Jd. Brasília

Jardim das Roseiras, Vila Velosa, Vila Sedenho, Jardim Morada do Sol, Jardim Brasília, Chácara Velosa, Jardim Zavanella, Sítio São João.

R3.4 - Sub Indaiá

Jardim Indaiá, Jardim São Rafael I e II, Chácara Velloso, III Distrito Industrial.

REGIÃO 4

R4.1 - Sub Pinheiros/Pq São Paulo

Jardim Pinheiros I e II, Vila Biagioni, Jardim Europa, Jardim Santa Clara, Jardim Ana Adelaide, Vila Joinville, Jardim Altos de Pinheiro I e II, Parque Residencial São Paulo, Parque Sabiá.

R4.2 - SUB Jardim Brasil

Jardim América, Jardim Brasil, Vila Vieira, Parque Gramado I e II, Jardim Silvania, Jardim Santa Júlia I e Chácara Floresta I, II, III.

R4.3 - Sub Eloá/Vicentina

Vila Xavier, Jardim Cristo Rei, Cidade Industrial, Vila Santo Malara, Vila Karú , Fundação Casa Popular, Parque São Benedito, Vila Esperança, Vila Santa Maria, Jardim São Jorge.

R4.4 - Sub Paulistano/Estações

Jardim das Estações, Jardim Tabapuã, Jardim Floridiana, Cidade Azul, Jardim Paulistano, Vila Gaspar, Jardim Viaduto e Jardim Lisboa, Vila Freitas, Vila Odete.

REGIÃO 5

R5.1 - SUB Hortênsias

Parque das Hortênsias, Condomínios Satélite, Vila Nossa Senhora Aparecida e Guanabara.

R5.2 - SUB Yolanda

Yolanda Ópice, Jardim Palmares, Jardim Palmeiras, Jardim Florença, Jardim Santa Júlia III, Jardim Residencial Itália, Jardim Paulista, Jardim Araraquara.

R5.3 - SUB Eliana

Jardim Eliana, Jardim das Paineiras, Jardim Água Branca, Jardim Martinez, Jardim Higienópolis, Jardim Santa Rosa, Jardim Nova Época, Jardim Mangiacapra, Jardim Almeida, Vila Normanda, Jardim Padre Anchieta e Parque Alvorada, Vila Nova e Vila Renata.

R5.4 - SUB Melhado

Vila Melhado, Vila Furlã, Vila Suconasa, Vila Teixeira, Jardim São Jorge, Jardim Arangá, Jardim das Gaivotas, Jardim Panorama, Jardim Guanabara, Jardim Guaianazes.

REGIÃO 6

R6.1 - SUB Cruzeiro

Cruzeiro do Sul I e II, Jardim Dumont, Jardim Arco Íris, Jardim Del Rey, Jardim Ieda, Jardim Esplanada, Jardim Imperial, Jardim Silvestre, Jardim Santa Marta, Jardim Santa Adélia, Vila Bonilha, Jardim dos Industriários.

R6.2 - SUB Cecap

Cecap, Jardim Victório de Santi I e II, Parque Iguatemy, Vila Apacoara, I, II e V Distrito Industrial, Jardim Regina, Jardim Rafaela Micelli, Jardim Guanabara.

REGIÃO 7

R7.1 - SUB São José

São José, Vila Higia, Jardim Nova América, Jardim Ártico, Jardim Tamoio, Parque do Carmo, Jardim Santa Lúcia.

R7.2 - SUB Quitandinha

Quitandinha, Campus Ville, Jardim Vitória, Jardim Cecília, Vila Kátia, Jardim dos Ipês, Vila Progresso, Jardim Vitória, Vila Bela Vista, Chácara Califórnia, Bairro dos Machados.

R7.3 - SUB Morumbi

Morumbi, Carmo, Vila DEER, Jardim Santa Mônica, Jardim São Paulo, Vila Santana, Jardim São Gabriel.

R7.4 - SUB Universal

Jardim Universal, Parque das Laranjeiras, Jardim dos Manacás, Jardim das Flores.

REGIÃO 8

R8.1 - SUB Bela Vista

Assentamento Bela Vista.

R8.2 - SUB Monte Alegre

Assentamento Monte Alegre, pequenos Produtores Rurais, Assentamento do Horto de Bueno.